

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

ROSELI ADÃO

**A PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS NEGROS E NEGRAS NOS CONTEÚDOS DO
LIVRO DIDÁTICO COM ACESSO DIGITAL DE HISTÓRIA DO ESTADO DO
PARANÁ**

**Curitiba
2017**

ROSELI ADÃO

**A PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS NEGROS E NEGRAS NOS CONTEÚDOS DO
LIVRO DIDÁTICO COM ACESSO DIGITAL DE HISTÓRIA DO ESTADO DO
PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias - Mestrado Profissional da linha de pesquisa: Formação Docente e Novas Tecnologias na Educação, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, como requisito à obtenção ao título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Frontino de Medeiros

**Curitiba
2017**

A195p

Adão, Roseli

A presença/ausência dos negros e negras nos conteúdos do livro didático com acesso digital de historia do estado do Paraná / Roseli Adão. - Curitiba, 2017.

141 f. : il. (algumas color.)

Orientador: Prof. Dr. Luciano Frontino de Medeiros

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional Uninter.

1. Educação - Negros. 2. Discriminação na educação – História – Paraná. 3. Racismo nos livros didáticos. 4. Livros didáticos – Influências tendenciosas. 5. Livro eletrônico. I. Título.

CDD 370.19342

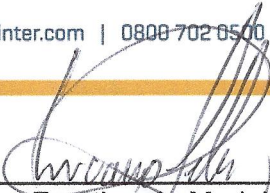
Catálogo na fonte: Vanda Fattori Dias – CRB-9/547.

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PGPE
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO-ESE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS
Secretaria do Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias**

Defesa Nº 002/2017

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

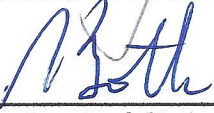
Aos seis dias do mês de março de 2017, às 14h30, 3º andar – sala 32 - do Campus Divina do Centro Universitário Internacional UNINTER, à Rua do Rosário, 147 em Curitiba-PR, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: Luciano Frontino de Medeiros (Presidente – Orientador – PPGENT/UNINTER), Nuria Pons Vilardell Camas (UFPR), Ivo José Both (PPGENT/UNINTER) e Siderly do Carmo Dahle de Almeida (PPGENT/UNINTER) para julgamento da dissertação: “A PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS NEGROS E NEGRAS NOS CONTEÚDOS DO LIVRO DIDÁTICO COM ACESSO DIGITAL DE HISTÓRIA DO ESTADO DO PARANÁ”, da aluna Roseli Adão. O presidente abriu a sessão apresentando os professores membros da banca, passando a palavra em seguida a mestrande, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, passou-se à arguição. Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e exarou Parecer Final de que a mestrande está apta a receber o título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias. O Presidente da Banca Examinadora declarou que a mestrande foi aprovada e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título Mestre em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 90 dias, a contar desta data, a versão final da dissertação devidamente aprovada pelo professor orientador, no formato impresso e em CD-ROM. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora.



Luciano Frontino de Medeiros
Presidente da Banca




Nuria Pons Vilardell Camas
Titular



Ivo José Both
Titular

Siderly do Carmo Dahle de Almeida
Suplente



Roseli Adão
Aluna

Recomendações: A ALUNA DEVERÁ AJUSTAR O TRABALHO
FINAL CONFORME AS SUGESTÕES DA BANCA E FAZER
UMA REVISÃO GRAMATICAL E CONFORME AS NORMAS
DA ABNT.

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram nesta etapa tão importante em minha vida, aos meus familiares e, em especial, à minha mãe e amigos.

AGRADECIMENTOS

Sou grata primeiramente a Deus por estar comigo em todas as horas, nos momentos mais difíceis, por me amparar e acolher nas circunstâncias conflituosas e dar-me força e coragem para continuar neste caminho com tanta dedicação e luta para vencer.

Contudo, agradeço a minha mãe Isolina Maria Adão, a pessoa mais importante de todos os tempos, que me deu à luz, educação, saúde, direcionamento na vida e incentivo, tanto pessoal como acadêmico e profissional. Aos meus familiares, que me ajudaram e apoiaram nesta caminhada, incluindo meus irmãos: Amauri, muito obrigada pelas orações e incentivo; Rosa Maria e Flavio, reconheço todos os esforços, sobretudo por ajudar a cuidar da família nos momentos mais difíceis com a Ana Maria.

Além disso, agradeço ao meu querido ex-orientador, professor Dr. Jacques de Lima Ferreira, que abriu as portas do Mestrado para que eu pudesse viver esse sonho, sendo a peça fundamental na minha caminhada para a Pós-Graduação, acreditando em mim, ajudando e orientando, algo que foi de suma importância para que eu pudesse desenvolver, nos mínimos detalhes, a dissertação. Tenho um enorme reconhecimento por tudo que proporcionou na minha vida acadêmica e por ter me aceitado como orientanda durante minha trajetória no Mestrado. Diante disso, manifesto o meu orgulho em tê-lo como orientador de e em tão pouco tempo ter feito a diferença.

Ao querido professor Dr. Ivo José Both, sou grata por fazer parte da minha banca, pelo acolhimento e pelas contribuições.

É com muita honra que agradeço às professoras Dr.^a Marilda Aparecida Behrens e Dr.^a Barbara Raquel do Prado Gimenez Corrêa pelas valiosas contribuições e orientações desta dissertação e por fazerem parte da banca de qualificação.

Aos meus queridos amigos, expresso minha gratidão pelo apoio, incentivo e pelos momentos que passamos juntos, em especial a uma grande amiga do curso de Pedagogia, Daniele.

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, pode ser ensinado a amar.

Nelson Mandela

RESUMO

Na investigação desta dissertação, são apresentados os resultados do processo de análise realizado nos livros didáticos impressos e digitais referente à presença ou ausência de negros em seu conteúdo. A identidade negra, no Brasil, ainda é pouco valorizada, principalmente em livros utilizados nas escolas, com conteúdo que remete à escravidão. Nestes, a presença do negro ainda é pouco explicitada, fragmentada, camuflada e comentada de maneira que não contribui para a conscientização da sua relevância para a construção da História. A relevância da pesquisa se associa com a trajetória profissional do pesquisador e a importância de se discutir a questão dos negros na escola, principalmente nos livros didáticos impressos ou de acesso digital, que são utilizados, muitas vezes, como únicos recursos a favor do processo de ensino nas escolas públicas. Diante desta perspectiva, tem-se como problema de pesquisa a seguinte indagação: Quais as contribuições e implicações que o livro didático, do Estado do Paraná, apresenta em seus conteúdos para a temática referente aos negros? Para responder esse problema de pesquisa, apresentam-se os objetivos geral e específico. Objetivo Geral: Analisar os conteúdos do livro didático de História, tanto digital como impresso, que é utilizado nas escolas públicas do Estado do Paraná diante da temática referente aos negros e negras. Como objetivo específico busca-se: - evidenciar a história do livro e da sua importância para a educação; - Conceituar e caracterizar o livro impresso e didático com acesso digital; - Identificar as contribuições e implicações dos conteúdos do livro didático com acesso digital diante da temática referente aos negros e negras; - Criar um blog para divulgar informações pertencentes a temática pesquisada. Optou-se por uma metodologia de abordagem qualitativa, do tipo descritiva, para a compreensão e interpretação do fenômeno pesquisado. A fundamentação teórica orientou-se para a relação da importância do livro didático, digital e impresso, à presença ou ausência de negros nos conteúdos, em especial, no livro de história do Estado do Paraná. Diante da investigação, pode-se expor que a maioria dos livros utilizados nas escolas públicas aparentemente não trazem imagens e textos que valorizem a história dos negros em ascensão social. No entanto, segundo a apresentação marxista, percebe-se seu legado histórico na população brasileira e o desrespeito referente à desvalorização do ser humano perante a escravidão. Com base nesta análise, viu-se a necessidade de criação de um *blog* como produto capaz de expandir informações por meio de diversidade, como contribuição de apresentar a história de valorização e de autoestima, em ascensão social. É vista a necessidade de divulgação de histórias como a de José do Patrocínio, João Cândido, Joaquim Barbosa, Milton Santos, Rui Barbosa e Machado de Assis, bem como uma infinidade de personagens, que contribuíram e contribuem no desenvolvimento da sociedade brasileira. Por meio da pesquisa realizada, foi possível identificar a deficiência de conteúdo sobre a utilização da imagem e de texto de negros, em livro didático impresso e digital.

Palavras-chave: Livro didático. Digital. Educação. Negros.

ABSTRACT

In the investigation of this dissertation, we presented the results of the analysis process carried out in printed and digital textbooks regarding the presence or absence of blacks in their content. Black identity in Brazil is still undervalued, especially in books used in schools, with content that refers to slavery. In these, a presence of the Negro is still explained, fragmented, camouflaged and commented in a way that is not contributory to an awareness of its relevance to the construction of History. The relevance of the research is associated with a professional trajectory of the researcher and the importance of discussing the issue of blacks in school, especially our printed textbooks or digital access, which are often used as the only resources in favor of the process of In public schools. In view of this perspective, one has as a research problem and continuation: What contributions and implications does the textbook, from the State of Paraná, present its contents for the theme related to blacks? To respond to this search problem, general and specific updates. General Objective: To analyze the contents of the textbook of History, both digital and printed, and used in the public schools of the State of Paraná in the face of black and black themes. The specific objective is: - to highlight a history of the book and its importance for education; - Conceptualize and characterize the printed and didactic book with digital access; - To identify as contributions and implications of the contents of the didactic book with digital access in relation to the theme related to blacks and blacks; - Create a blog to divulge information belonging to the researched topic. We chose a methodology of qualitative approach, of the descriptive type, for an understanding and interpretation of the phenomenon researched. A theoretical basis oriented to a relation of importance of the didactic book, digital and printed, the presence or absence of blacks in the contents, especially, without history book of the State of Paraná. Before the investigation, one can export most of the books used in public schools apparently do not bring images and texts that value a history of the blacks in social ascension. However, according to the Marxist presentation, one can perceive its historical legacy in the Brazilian population and disrespect regarding the devaluation of the human being in the face of slavery. Based on the analysis, we see the need to create a blog as a product capable of expanding information through diversity, as a contribution of presentation of a history of valuation and self-esteem, in social ascension. The view of the need to spread stories such as José de Patrocínio, Joao Cândido, Joaquim Barbosa, Milton Santos, Rui Barbosa and Machado de Assis, as well as a multitude of characters, contribute and do not contribute to the development of Brazilian society. Through the research, a deficiency of content on the use of the image and text of blacks was published in a printed and digital textbook.

Keywords: Textbook. Digital. Education. Black.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Machado de Assis, personagem negro representante da sociedade civil brasileira.....	42
Figura 2 – Os irmãos engenheiros Rebouças: Antônio e André.....	43
Figura 3 – .Representante social entre negros e negras na sociedade brasileira....	446
Figura 4 – .. Livro didático digital - História: ensino Médio	65
Figura 5 – Livro didático digital - História: ensino Médio	67
Figura 6 – Texto sobre Filosofia e Escravidão	85
Figura 7 –Texto sobre escravidão no Brasil retirado do livro: A Abolição da escravidão nos Estados Unidos da América e no Brasil	86
Figura 8 – “A expansão do capitalismo”.....	89
Figura 9 – De Martin Luther King (1929-1968). O Movimento Negro e a luta por direitos civis.....	91
Figura 10 – Rotas do comércio de escravos negros entre a América e a África.....	94
Figura 11 – Filmes: Ecos da Escravidão Caminhos da Reportagem.....	103
Figura 12 – Ana Carolina Maria de Jesus, escritora brasileira.....	108
Figura 13 – Enedina Alves Marques.....	109
Figura 14 – Tereza Benguela, Dia 25 de julho dia Internacional da Mulher.....	109
Figura 15 – Clipe – Consciência Negra – O Brasil é isso aí	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conforme o texto retirado do jornal da Gazeta do Povo, que trata da luta contra a Escravidão.....	44
Quadro 2 - Desigualdade social entre negros e negras sociedade brasileira.....	46
Quadro 3 - Representação de Igualdade na Sociedade Civil.....	47
Quadro 4 - Mundo do trabalho no Brasil: início do século XX.....	88
Quadro 5 - A expansão do capitalismo, conteúdo retirado do livro didático com acesso digital.....	90
Quadro 6 - O Movimento Negro e a luta por direitos civis	91
Quadro 7 - A Instituição da Escravidão Africana no Continente Americano, retirado do livro.....	93
Quadro 8 - A proibição sobre a escravidão indígena, a não ser daqueles hostis ou antropófagos.....	94
Quadro 9 - O Trabalho escravo no novo mundo.....	96
Quadro 10 - As cidades na história do Brasil.....	97
Quadro 11 - As revoltas dos escravos.....	99
Quadro 12 - Reforma Protestante e o fim do monopólio religioso da Igreja Católica retirado do livro.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGU	Advocacia Geral-Geral da União
ART	Artigo
CEET	Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades
CIES	Centro de Informação e Educação ao Desenvolvimento
COPE	Centro de Operações Policiais Especiais
CF	Constituição Federal do Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Código Penal
DNET	Departamento Nacional de Rodagem
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura
CPC	Código de Processo Penal
EAD	Ensino a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEB	Escolas de Educação Básica
E.M	Ensino Médio
HQs	História em Quadrinhos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IDH	Índice de desenvolvimento Humano
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
MEC	Ministério da Educação e Cultura
LD	Livro Didático
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
SEED-PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
STF	Supremo Tribunal Federal
SPPIR	Secretaria Política de Promoção de Igualdade Racial
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDF	Portable Document Format

PPP	Preto pobre periférico
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação Programa Nacional do
PNLA	Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adulto
PNLEM	Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio
PNLD	Plano Nacional de Livro Didático
PROINF	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PROUNI	Programa Universidade para Todos
UFPJ	Universidade do Rio de Janeiro
UNINTER	Centro Universitário Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	JUSTIFICATIVA.....	17
1.2	PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA	17
2	HISTÓRIA DO LIVRO.....	20
2.1	CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO LIVRO DIDÁTICO.....	22
3	LIVRO DIDÁTICO DIGITAL	26
3.1	CARACTERÍSTICA DO LIVRO IMPRESSO.....	27
3.2	CARACTERÍSTICAS DO LIVRO DIDÁTICO COM ACESSO DIGITAL	29
4	A UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO COM ACESSO DIGITAL NO AMBIENTE ESCOLA.....	33
5	A PRESENÇA OU A INVISIBILIDADE DOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS COM ACESSO DIGITAL A PARTIR DA LEI 10.639/2003	38
5.1	A PRESENÇA DOS NEGROSEM DESTAQUE NA SOCIEDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI.....	40
6	DIREITOS FUNDAMENTAIS: HISTÓRICO BRASILEIRO BASEADO NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS DE 1948.....	54
7	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	63
8	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CONTEÚDO DO LIVRO DIDÁTICO IMPRESSO E DIGITAL	65
9	CRIAÇÃO DE BLOG A PARTIR DA PESQUISA.....	103
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS	118
	ANEXOS.....	128

1 INTRODUÇÃO

O meu desejo de ser professora iniciou muito cedo. Minha origem vem de uma família pobre e humilde, porém de muita garra e honestidade. Devido às dificuldades enfrentadas na infância, realizava atividades que eram pertinentes aos adultos. Sou a segunda filha de seis irmãos e com nove anos de idade ajudava a cuidar e a ensinar as tarefas escolares aos meus três irmãos mais novos: uma irmã de nove meses, um irmão de dois anos e uma irmã de quatro anos. Em momentos livres brincava de escolinha e ensinava meus irmãos. Nesta época já tinha o grande anseio de aprender e poder transmitir esse conhecimento.

Meu pai trabalhava em uma empresa de sacaria, carregava sacos de 60 quilos de alimentos. Aos trinta e sete anos de idade teve problemas cardíacos e faleceu. Com o falecimento do meu pai (um dos momentos mais difíceis de minha vida) e logo após o da minha avó, precisei ter responsabilidades maiores, tendo a fase da infância e da adolescência comprometida. Durante essa época, os momentos de aprendizagem aconteciam na própria realidade vivida. Minha mãe trabalhava como empregada doméstica, ficou viúva aos trinta e dois anos e ficou com seis filhos pequenos para criar e sustentar. Com isso, tive que começar a trabalhar muito cedo como babá.

Mesmo com muitas dificuldades para alcançar os meus objetivos, sempre tinha em mente a Docência como profissão. Mas, em meio a essa paixão havia outra profissão que me chamava a atenção, o Direito. Cada profissão com características diferentes, porém, ambas semelhantes no dom da arguição, da oralidade, na aspiração do conhecimento, dos desafios e da luta pela justiça.

No Ensino Fundamental I estudei em escola pública. Também cursei o supletivo da 6ª série a 8ª série (hoje o Ensino Fundamental II) em uma Escola Particular na cidade de Jacarezinho. Aos quinze anos iniciei o curso de Magistério, (cujá nomenclatura atual é Formação Docente para atuar em séries iniciais), devido as dificuldades encontradas no percurso da vida, não consegui concluir. Fui buscar melhores condições de vida, fazendo uma mudança da cidade de Jacarezinho para Curitiba. Ao chegar na capital fui inicialmente trabalhar como babá, na casa de uma família em troca de moradia e estudos. Nesse período cursei o Supletivo (Ensino Médio).

Após concluir esta etapa, retomei o curso de Magistério, no Colégio Estadual Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto. Nesta Instituição realizei até o terceiro ano do Magistério, participei de vários estágios e paralelamente frequentei o curso de Contabilidade para garantir um estágio na Caixa Econômica Federal e outro no Teatro Guaíra, como meio de sustento.

Logo em seguida, fiz o vestibular para Licenciatura Plena em Pedagogia e ingressei na faculdade. Mas, infelizmente tive que trancar por falta de condições financeiras. Quase um ano depois voltei aos estudos e consegui me formar em Pedagogia e logo após em Direito, como havia almejado. Buscava atuar no que fosse necessário em sala de aula, tanto na questão de abuso, de violência, no caso de discriminação racial e preconceito.

O curso de Direito me deu maior subsídio para lidar com questões embaraçosas, que muitas vezes são consideradas como um fato isolado ou que a justiça é morosa. Realizei o Trabalho de Conclusão de Curso na graduação de Direito com o tema: “Direitos Sociais: a Educação e Identidade Afrodescendente”. Diante dessa circunstância, percebi a necessidade de melhorar o panorama, a importância da orientação jurídica no cotidiano escolar. E a partir de então, tive um novo olhar para cada aluno, para cada criança, não deixando a impunidade tomar conta da situação, com orientações, dirigindo ações para que todos possam ter os seus direitos de cidadania, de igualdade, de dignidade da pessoa humana.

Meu percurso profissional foi amplo: atuei como professora alfabetizadora, corregente, regente, professora de Artes, Educação Ambiental, Ciências (Ensino Fundamental I e II), pedagoga e várias disciplinas do Ensino Médio na cidade de Piraquara e Curitiba (concurso público para Docência I na Prefeitura de Curitiba).

Cursei Pós-graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização em Magistério da Educação Básica com concentração em Interdisciplinaridade na Escola, além de concluir duas Pós-Graduações, cujo tema da pesquisa foi Gênero, Trabalho e Educação. Realizei também Pós-graduação *Lato Sensu* em Magistério Superior e Metodologia do Ensino.

Nas minhas atuações profissionais, percebi que muito alunos apresentavam grandes dificuldades, tanto na questão de aprendizagem e de desestrutura familiar, crianças que sofriam abusos, violências, discriminação racial e preconceitos. Desta forma, identifiquei-me com determinados problemas dos alunos. Também sofri discriminação racial e preconceito quando era criança. Uma dessas situações se

passou na escola nos preparativos para a festa junina. Me tiraram da aula de dança com a justificativa de que eu era muito alta, o que não era verdade, e mesmo se fosse não seria uma justificativa plausível. Na verdade, eu era a única negra da sala de aula, e possivelmente de toda a escola. Mesmo pequena senti a dor e o desrespeito e da discriminação. Que professores eram aqueles? Que escola era aquela que permitia isso? O que ensinavam com esse tipo de atitude? Que valores morais e éticos permeavam aquele recinto educacional?

Infelizmente, esse sentimento sempre esteve presente em minha vida, mesmo adulta suportei injúrias na minha graduação. Colegas de faculdade descaradamente me insultavam preconceituosamente. Essas passagens me fizeram empunhar com convicção meus ideais de justiça, de benevolência e de respeito à dignidade humana.

Baseando-se em minhas formações acadêmicas e vivências pessoais, iniciei a busca por estudar sobre a temática: a posição dos negros nos ambientes educacionais. Por meio desse estudo procuro destacar a importância que o professor tem em discutir com seus alunos a questão da presença dos negros na sociedade, bem como, o que os conteúdos do livro de História expressam sobre esse tema.

Para aprofundar ainda mais os estudos acerca deste assunto, no segundo semestre de 2014, fui buscar aperfeiçoamento no Centro Universitário Internacional (UNINTER). Realizei uma disciplina isolada do Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias. Houve toda uma preparação de estudo e prestei a seleção de exames de prova escrita, entrevista, idioma, e fui aprovada com a seleção de 200 candidatos, para 15 vagas. Aprovada no Mestrado iniciei essa nova etapa de minha vida como aluna do *Stricto Sensu*.

Mesmo com as Políticas Públicas, e a implementação da Lei 10.639/2013, referente a obrigatoriedade pelos estudos da História da África como resgate histórico, percebe-se que ainda têm poucas imagens e conteúdo histórico dos negros e negras nos livros didáticos com acesso digitais. De acordo com a análise do Livro didático digital com acesso digital da Secretaria da Educação do Estado do Paraná e segundo dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatístico), concluiu-se que atualmente apenas 1% dos alunos negros consegue concluir o nível superior, e número de evasão escolar e repetência ainda é maior comparado com o aluno branco.

Esta é a minha trajetória, desde a infância até o presente momento do mestrado, da militância com o tema que compõe a minha identidade, minha vida

acadêmica e a profissionalização docente. A pesquisa desenvolvida no mestrado intitula-se de: A presença/ausência dos Negros no conteúdo do Livro Didático com acesso Digital de História do Estado do Paraná.

1.1 JUSTIFICATIVA

Neste trabalho de pesquisa foram utilizados argumentos extraídos de livros tradicionais e de acesso digital, para justificar a importância da introdução de assuntos históricos relacionados aos negros em material disponibilizado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Atualmente, os conteúdos apresentados nas escolas públicas abordam a etnia negra de forma estereotipada e muitas vezes inferiorizada, explorando figuras de escravos e pessoas sendo humilhadas pelos brancos.

Desta forma, por meio dos processos inclusivos e com a diversidade, a sociedade e principalmente a escola necessitam contemplar e esclarecer as questões que são referentes ao papel do negro na sociedade contemporânea e isso pode-se refletir no conteúdo dos livros didáticos com acesso digital.

1.2 PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

Diante da minha trajetória profissional e da importância de se discutir a questão dos negros na escola, tem-se como problema de pesquisa a seguinte indagação: Quais as contribuições e implicações que o livro didático tanto digital como impresso de História, do Estado do Paraná, apresenta em seus conteúdos a temática referente aos negros? Para responder esse problema, apresentam-se os objetivos geral e específicos da pesquisa:

Objetivo Geral:

- Analisar os conteúdos de livros didáticos digital e impresso de História, utilizado no ambiente escolar do Estado do Paraná, diante da temática referente aos negros.

Objetivo específicos:

- Evidenciar a história do livro e a sua importância para a Educação;
- Conceituar e caracterizar o livro didático e impresso e com acesso digital;

- Identificar as contribuições e implicações dos conteúdos do livro didático de História diante da temática da pesquisa;
- Criar um *blog* para divulgar informações pertinentes.

Para atingir os objetivos propostos na dissertação, optou-se pela metodologia de abordagem qualitativa do tipo descritiva para a compreensão e interpretação do fenômeno pesquisado.

A pesquisa foi estruturada em 7 capítulos, tendo como base os autores Chizzotti (2006) e Stake (2011), sendo o primeiro capítulo destinado a introdução, justificativa, problema de pesquisa e objetivos.

O segundo capítulo, denominado “Livro Didático”, apresenta o conceito e as características do material, bem como sua utilização no processo de escolarização, de acordo com Campos (1994), Chatier (1999) e Martins (1998).

O terceiro capítulo foi destinado à temática “Livro Didático com acesso Digital”, com o intuito de se explicitar as características de livros impressos e digitais, com ideias fundamentadas por Hallewell (2005), Dutra (2006) e Barbier (2008).

O quarto capítulo, “A utilização do livro didático com acesso digital no ambiente escolar”, levanta a questão da importância do livro impresso e digital, tanto no aspecto mercadológico como no ambiente escolar, principalmente nos Ensinos Fundamental e Médio, de maneira especial nas esferas públicas, por muitas vezes como único instrumento de trabalho valorativo ao professor. Este capítulo foi fundamentado em Castells (2001), Libâneo (2007) e Demo (2008).

O quinto capítulo, “A presença ou a invisibilidade de negros nos livros didáticos com acesso digital”, aborda a negligência ou interpretação dos negros no ambiente escolar, além de um breve relato histórico sobre a escravidão no Brasil e sua identidade, caminhos e percursos. Os autores consultados para o desenvolvimento deste capítulo foram Gomes (1995), Cavalleiro (1998), Gorender (2000), Souza (2005) e Trindade (2010).

No sexto capítulo, denominado “Percurso Metodológico da Pesquisa”, apresentam-se a descrição do livro didático com acesso digital e sua análise a partir da abordagem qualitativa do tipo descritiva, além da descrição da criação de um *blog* para a divulgação da temática em questão. Nesta investigação, optou-se por analisar o material utilizado por alunos do Ensino Médio em escolas públicas. Para isso, o processo de análise de dados atendeu às orientações da pesquisa de abordagem

qualitativa do tipo descritiva, conforme, Borges *et al.* (2002) Chizzotti (2006) e Lopes (2007).

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e, enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles.

O estudo qualitativo é interpretativo, experimental, situacional, e quando bem conduzido, tem opções estratégicas que podem facilitar a triangulação dos dados (STAKE, 2011).

Na pesquisa descritiva, realizada com o auxílio de documentos, estudos de campo, levantamentos, entre outras possibilidades, realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico, com a finalidade de descrever os fenômenos sem a interferência do pesquisador, que deverá apenas descobrir a frequência com que o fenômeno acontece ou como se estrutura e funciona a realidade investigada. O processo descritivo visa a identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo investigado.

O sétimo capítulo, “Criação do blog a partir da pesquisa realizada”, teve como objetivo apresentar informações e esclarecer novos formatos a respeito dos negros nos livros didáticos com acesso digital. Os principais documentos consultados foram a Lei de Diretrizes e Bases de 2003, em especial a Lei nº 10.639/2003 e alguns autores com histórias biográficas e bibliográficas seguidas de imagens ilustrativas apresentada no *blog*, produzido em 2015.

2 HISTÓRIA DO LIVRO

Há muito tempo, o livro é um atributo de superioridade intelectual e, muito notadamente, social, além de ser o “símbolo de todos os poderes” (CHARTIER, 1997).

A história do livro é muito antiga e surgiu há aproximadamente quatro mil anos, no Egito, com o uso de folhas de palmeira para o registro de acontecimentos. No entanto, historiadores como Chartier (2001), Barbier (2008) e Paiva, (2010) afirmam que o surgimento se deu há mais ou menos seis mil anos, com o emprego de variados materiais, utilizados por diferentes povos e épocas (BARBIER, 2008).

No início, o homem começou a escrever nas paredes das cavernas e evoluiu para as tábuas de argila com a escrita cuneiforme. Segundo Martins (1998), o povo sumério preservava seus conhecimentos em tijolos de barro, maias e astecas faziam uso de casca de árvore e romanos registravam acontecimentos em tábuas de madeiras recobertas com cera. Na visão de Barbier *et al.* (2008), Chartier (2001) e Paiva (2010), as tabuletas de argila mesopotâmicas eram consideradas como livros utilizados na época.

Das paredes até as tábuas de argila, o homem aperfeiçoou os suportes da escrita para os papiros e pergaminhos (CAMPOS, 1994). Os antigos egípcios desenvolveram o papiro (do latim *papirus*) em 2200 a.C., utilizando-se a escrita hieróglifa, para a confecção de rolos com manuscritos de até 20 metros de comprimento. Para a leitura do papiro era necessário o uso de ambas as mãos, pois tinha que ser desenrolado e apenas certas autoridades podiam executar a leitura, sem nenhum tipo de anotação. Este formato foi utilizado na Antiguidade em diversos gêneros literários, religiosos e documentos jurídicos (BARBIER, 2008; PAIVA, 2010).

No início do século II, surgiu na China o papel que se conhece hoje, produzido a partir do córtex de plantas e outros materiais associados, como a cortiça. (BARBIER, 2008). Já o livro impresso em papel surgiu no século XV, com a invenção da prensa de tipos móveis feita por Johann Gutenberg. A partir daí os horizontes da informação se abriram para todos os cantos do mundo e o papel é considerado o principal suporte para divulgação de informações e conhecimento (MARTINS, 1998).

Chartier & Gutenberg (1970) comentam que a história do livro propriamente dito tem menos de cinco séculos, porém, este material existe há 1.500 anos com a divulgação do códice. Segundo Chartier:

[...] há grandes transformações hoje na comunicação e informação por meio do livro e não podem ser comparadas com a inovação da prensa, portanto, com a mudança do *volumen* para o *códice*¹, mudanças significativas ocorreram no formato do livro (CHARTIER, 1999,).

O “*volumen*”, que era apresentado em rolos na Antiguidade, surgiu com os livros, mesmo que em seu formato não existisse páginas

Com o passar do tempo, houve inúmeras modificações e implementações no desenho, estilo, formatos e tipos de livros, até alcançar as inovações tecnológicas do momento.

Como conceito, um livro é um conjunto de folhas de papel ou de qualquer outro material semelhante que, uma vez encadernadas, formam um volume. Um livro deve conter pelo menos 50 folhas, caso contrário, é considerado um folheto. Convém também destacar a existência dos livros digitais, que apresentam arquivos para leitura em dispositivo eletrônico.

A inserção do livro impresso na sociedade, entre os séculos III e IV, tornou a leitura individualizada, visto que a passagem de conhecimento antes era feita de forma oral, e tal característica acarretou significativas melhorias no processo de pesquisa e transporte do material (DALTON, 1991).

A publicação de livros impressos e editoriais deu-se no Brasil na segunda metade do século XIX por dois editores franceses Eduard e Heinrich, que chegaram na cidade do Rio de Janeiro em 1827 e abriram uma livraria gráfica. Assim, as publicações de livros impressos de História conquistaram espaço no século XX, chegando ao campo universitário a partir de 1938.

Na década de 1940, algumas coleções e títulos que reportavam à história do Brasil foram investimentos da Editora Brasilienses, que tinha a intenção de atingir um público maior, do ensino médio até as Universidades, com a maior parte das obras abordando a história geral (DUTRA, 2006).

De acordo com a trajetória da escrita do livro no formato *versus*, Barbier (2008, p. 294-295) enfatiza que:

¹ Os *códices* (ou *codex*, da palavra em latim que significa "livro", "bloco de madeira") eram os manuscritos gravados em madeira, em geral do período da era antiga tardia até a Idade Média. Manuscritos do Novo Mundo foram escritos por volta do século XVI. O *códice* é um avanço do rolo de pergaminho, e gradativamente substituiu este último como suporte da escrita. O *códice*, por sua vez, foi substituído pelo livro (BARBIER, 2008).

[...] começa a ganhar sustentabilidade nas características de leituras individualizada, na gramática, paginação, sumários, e diferentes sistemas referenciais, abrem-se espaço, clareza de leitura e estes acontecimentos ocorreram a partir dos séculos XVI e XVII.

No ambiente educacional, os livros impressos auxiliaram na divulgação do hábito de leitura e da escrita para a população humilde culturalmente (RIBEIRO *et al.*, 2007). Contudo, o livro didático, publicado como iniciativa do Estado no governo de Getúlio Vargas, é um recurso de caráter pedagógico e surgiu como complemento aos livros clássicos, utilizados na escola, buscando ajudar na alfabetização e na divulgação das Ciências, História e Filosofia. (VERCENE; SILVINO, 2008).

A história do livro didático no Brasil iniciou-se com a Legislação criada em 1938, pelo Decreto Lei nº1006. Naquela época, o livro era considerado um instrumento de educação política e ideológica, sendo o Estado caracterizado como censor no uso desse material. Os professores escolhiam os livros a partir de uma lista pré-determinada, com base na deliberação legal (VERCENE & SILVINO, 2008).

O artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal do Brasil, assegura que o livro didático é um Direito Constitucional do estudante brasileiro (BRASIL, 1988).

Diante desta perspectiva, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) é responsável por criar comissões com o objetivo de avaliar e melhorar a qualidade dos livros didáticos oferecidos nas escolas públicas.

Além disso, é importante frisar que este material também está em constante evolução e seu conteúdo deve caminhar em paralelo com os avanços, pois é chave importante na formação intelectual da sociedade (BRASIL, 2006). Desta forma, o livro didático é uma ferramenta que disponibiliza conteúdos úteis para o crescimento e desenvolvimento do cidadão.

Conforme o avanço das tecnologias na era moderna, a produção e a reprodução dos livros foram se modificando e muitos livros não foram reproduzidos, perdendo o efeito da originalidade, além do fato de tornarem-se obsoletos e indisponíveis para consulta (BARBIER, 2008).

2.1 CARACTERÍSTICAS DO LIVRO DIDÁTICO

O livro didático, apesar de ser um instrumento impresso muito comum entre a maioria das pessoas que frequentam ou já frequentaram a escola, não tem a sua

funcionalidade definida em sala de aula. Em contraposição, Frison *et al.* (2008) afirmam que este é um material organizado a ser utilizado no processo de ensino com o objetivo de aprimorar sua eficácia”. Além disso, seu uso tem importância diferenciada, pois se adapta a lugares e situações e promove diferentes tipos de aprendizagem.

Em 2016, o Ministério da Educação (MEC) apresentou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), executado em ciclos trienais alternados, que tem como subsídio o uso deste para o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Assim, a cada ano, o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. Há exceção dos livros consumíveis e os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos por um período de três anos. O PNLD também atende aos alunos que são público-alvo da educação especial, para os quais são distribuídas obras didáticas em braille de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia.

De acordo com o sistema educacional dirigido pelo Ministério da Educação (MEC, 2016), os livros didáticos passam por avaliação chamada de “Guia do Livros Didáticos”, que tem o objetivo de analisar os livros da rede pública, de todas as disciplinas e em todo o país, abordando todas as etapas da educação básica (anos iniciais, ensino fundamental e médio), dividido em quatro segmentos de avaliação:

- 1) Avaliação e recomendação do livro didático;
- 2) Legislação da escolha do livro;
- 3) Envio e recebimento dos livros diretamente para as escolas, sem influência de editoras, por questões éticas e sem influência de escolhas;
- 4) Uso dos livros didáticos pelos professores de acordo com a disciplina lecionada.

Por meio desses critérios, é possível compreender a necessidade do conteúdo étnico neste material, pois está relacionado com temas pertinentes aos direitos humanos, além de contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Contudo, a maioria do material pedagógico, sobretudo o livro didático utilizado em sala de aula, mesmo passando por avaliação e escolha, ainda apresenta

problemas em relação à acessibilidade do livro e as questões por conta da diversidade de alunos que se encontram hoje no ambiente escolar.

Existem questionamentos importantes acerca do livro, como por exemplo a frequência de atualização dos livros didáticos disponíveis na internet e esta situação já ocorre há aproximadamente trinta anos. (CHARTER, 1999). Diante desse contexto, seria necessário a atualização sempre que necessário, ao mesmo tempo dos livros impressos (TRIVELATO, 1988).

Atualmente, existe uma grande variedade de livros impressos, dos tipos mais variados. Os livros também passaram a ser disponibilizados em outros recursos, além de impresso, como por exemplo, a internet, pois nela há uma fonte imensurável de informações que podem ser acessadas por meios de diversas ferramentas: computador, telefone, *tablet*, *smartphone* ou qualquer outro aparelho com acesso à rede. Dessa maneira, podemos afirmar que a leitura do século XXI tem uma visão mais ampliada, porém existem ressalvas, pois segundo Chartier (1999) que alerta que mudanças requerem a renovação de informação constante. Assim, faz-se necessária a atualização constante dos docentes e dos materiais a serem trabalhados, sejam eles livros tradicionais ou digitais, pois são essenciais para formar e transformar a qualidade da educação.

Além disso, é importante reavaliar a apresentação e discussão sobre os conteúdos dos livros didáticos, pois percebe-se o quanto alguns livros estão desatualizados. Segundo Ometto *et al.* (2000), muitas mudanças devem ser feitas; por exemplo, destacam-se os conteúdos dos livros didáticos de Biologia, especificamente o conteúdo de Genética, que sofreu fortes mudanças nestas últimas décadas e que trazem conceitos em linhas gerais, inclusive comentando sobre algumas doenças da humanidade que foram superadas, e quando passam por mudanças se restringem a algumas mudanças nos recursos visuais, ou com inserção de exercícios para vestibular, sem aprofundamento necessário e/ou atualização de conteúdos enfatiza que:

Deve-se esclarecer sobre os conteúdos, independente da disciplina, que estejam inseridos nos livros didáticos, ou seja, a compatibilidade do ensino e aprendizagem do aluno envolvidos numa rede de tecnologia exuberante e que os conteúdos inseridos no livro didático deveriam ser pertinentes ou pelo menos próximos dessa riqueza de informações modernizadas. Observa-se que há maior preocupação com a comercialização editorial, deixando a desejar o conteúdo relevante (NASCIMENTO, 2000).

Com isso, faz-se necessário explorar o conteúdo de forma mais rígida, inserindo momentos históricos reais, sem ocultar ou mascarar quaisquer acontecimentos e com linguagem objetiva que desperte a atenção e o interesse do aluno ao conteúdo apresentado (NASCIMENTO, 2000).

Ainda nesta vertente, o livro didático tem importância ao professor, porém não deve ser utilizado como recurso único, sendo necessário consultar outras fontes e ampliar a abordagem dos conteúdos para suprir a necessidade em sala de aula.

3 LIVRO DIDÁTICO DIGITAL

Para o entendimento do livro digital, torna-se indispensável a apresentação de alguns conceitos de tecnologia, direcionados ao processo educacional no desenvolvimento deste material, bem como os conteúdos nele inseridos. Neste formato, o objetivo deste capítulo é buscar a definição de livro didático com acesso digital e do livro impresso, pontuando sua evolução histórica.

O livro didático com acesso digital, denominado *e-book*, é um termo que designa a aproximação com a tecnologia. Um livro em formato digital pode ser lido em equipamentos eletrônicos como computadores, leitor de livros digitais, *tablets* ou celulares que suportem esse recurso (MOTA; GOMES, 2013).

A importância do livro físico e as mudanças ocorridas em vocabulários e formatos, ao longo dos anos, levam a refletir sobre o advento do “livro digital”, que possibilita acesso diferenciado e que pode vir a atender as necessidades de adaptação de conteúdo exigidas nos moldes deste segmento.

No início dos anos de 1970, havia disponibilidade gratuita de material didático (GUTENBERG, 1970) e, em razão disso, no final dos anos de 1980 e no início de 1990, ocorreu o desenvolvimento das editoras de forma acadêmica e dinâmica em diversos equipamentos, podendo ser no computador (VASSILIOU, 2008).

O livro didático com acesso digital não expõe apenas páginas ilustradas e a indicação de atividades, também são livros com textos, músicas, reprodução de obras de arte, áudio, filmes e animações, jogos, *hiperlinks*, ou seja, múltiplas associações e modos de acesso às informações.

Na maioria das escolas, o estudo é informatizado e parte dos alunos sentem mais atração pelas aulas com recursos tecnológicos. Com isso, os professores precisam capacitar-se de maneira urgente para acompanhá-los nessa perspectiva digital, devido à importância do desenvolvimento de novas tecnologias que influenciam na maneira com que os alunos desenvolvem a alfabetização e o letramento (MOTA & GOMES, 2013).

Conforme Silva (2003), a diversidade de formato dos livros permite que questionamentos sejam feitos, principalmente em relação ao livro didático com acesso digital em relação aos textos e suporte da leitura. São as mudanças de paradigmas de sentido de ler diante das rápidas transformações tecnológicas que enfatiza Vassiliou (2008):

Ainda que esses textos sejam produzidos por meio da escrita, o que recoloca a importâncias do seu domínio (da escrita) num mundo que, até recentemente, tendia a hegemonia das imagens da televisão, eles se representam dentro de um suporte específico (a tela do computador) e adquirem configurações únicas, permitindo por exemplo, as ações de interatividade por parte do leitor e as múltiplas possibilidades de leitura de trajetos de leitura pelas janelas do hipertexto.

Percebe-se em virtude dessas mudanças ocorridas a forma de divulgar o conhecimento, principalmente, no sistema educacional, que as escolas terão que se adequar as novas possibilidades de ensino e aprendizagem mediada pelos livros didáticos digitais, principalmente as escolas públicas.

Os livros didáticos com acesso digital podem apresentar hipertextos para facilitar a leitura. De acordo com Lévy (2000), os hipertextos possibilitam novos padrões de articulação da vida social com a rede de informações e conhecimentos digitais.

O conteúdo, conforme apresentado pelo autor, leva ao pensamento de que a geração de hipertextos com configurações híbridas tem relação direta com o “*modus operandi*” da *Cibercultura*, nos veículos onde circulam as informações que estão no livro didático com acesso digital. *Ciberespaço* é o campo da atualização acessado de diversos pontos e em muitos suportes, criando na *internet* o ambiente de leitura e demonstrando o texto de forma que se dará na particularidade do suporte, remodelando-se sempre.

3.1 CARACTERÍSTICA DO LIVRO IMPRESSO

O livro didático impresso surgiu no século XV no Brasil, passando por diversas mudanças de aperfeiçoamento em seu contexto. Nesta época, existiam as chamadas cartinhas, pequenos livros que ensinavam o abecedário, as sílabas e o catecismo e, mais tarde, esses mesmos livros passaram a ser chamadas de cartilhas, trazendo fortes componentes religiosos (PFROMM NETTO, 1974).

Mesmo de forma precária, escassa e ligada a um determinismo cultural de classe, as cartilhas apontaram o nascimento da literatura didática para o ensino. Apenas no início do século XVIII, mais precisamente em 1722, foi encontrado um livro no âmbito escolar idealizado por um brasileiro, intitulado de “Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar”, de Manuel de Andrade Figueiredo. Esta cartilha era utilizada para apenas o ensino da leitura, escrita e noções básicas de cálculo (OLIVEIRA, 1968).

Os programas do material didático do Governo Federal, em particular o PNLD, têm a intenção de contribuir para a garantia de materiais didáticos de qualidade, disponíveis para auxiliar o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem nas escolas, e são desenvolvidos com o intuito de dar conta de um dos aspectos que, desde a Constituição de 1988, constitui o dever do Estado com a educação, a saber: “VII – atendimento ao aluno no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 2012).

O Programa foi criado a partir do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Em 1993, o MEC instituiu uma comissão de especialistas encarregada de avaliar a qualidade dos livros didáticos mais solicitados pelos professores e de situar critérios gerais de avaliação do livro didático. No ano subsequente, foi feita a publicação do documento intitulado “Definição de critérios para avaliação dos Livros Didáticos” e, em 1996, iniciou-se a metodologia de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o ano seguinte (BRASIL, 2006). Logo, está e conhecida como a primeira fase do PNLD.

Na segunda fase do PNLD, houve três programas do Governo Federal, anunciados com o intuito de distribuir obras didáticas de qualidade para os alunos de toda a Educação Básica: o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, abordando os segmentos de 1ª à 4ª séries e de 5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental. O Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), criado em 2004 pela Resolução nº 38 do FNDE, previu a universalização de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o país e Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos - PNLA (BRASIL, 2006).

Já em 2010 foram criados, pelo Decreto nº 7.084 de 27 de janeiro de 2010, os Programas de Material Didático, compostos por dois grandes programas: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a Educação Básica e Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) (BRASIL, 2010).

Em busca de qualidade na educação dos alunos brasileiros, houve a compreensão impetuosa da participação do Governo para a contribuição do processo de ensino e aprendizagem na escola pública de forma gratuita e padronizada, no qual todos os alunos devem ter acesso de maneira justa e igualitária.

Dentre as pesquisas que investigam a escolha de livros em análise sobre a seleção do livro de ciências por professores dos anos iniciais, constatou a diversidade de critérios utilizados, a variedade de condições para as escolhas, a pouca utilização

do Guia do Livro Didático e a falta de conhecimento extraordinário de fases da instrução (NETO, 2003).

Cassab & Martins (2008) reforçam a importância da aplicação de figuras e imagens nos conteúdos de ciências, a fim de evidenciar o assunto trabalhado pelos professores. Esta característica do livro didático impresso é incorporada à carga demasiada de trabalho de muitos professores, que colabora muitas vezes para que a preparação e o planejamento das aulas sejam deixados de lado:

Desta forma, o professor acaba ocupando um papel secundário no contexto de ensino, exercendo, muitas vezes, a função de execução de tarefas ao invés de seguir fielmente o programa estabelecido pelo livro didático para a realização dos exercícios e das atividades nele apresentadas (TARDELLI, 2002).

Os livros didáticos na contemporaneidade se dispõem da seguinte maneira: livros que compõe em sala de aula, publicação que agrupam páginas ou cadernos de papel com textos impressos ou com diversas ilustrações, trazendo obra literária, prosa ou verso, sobre qualquer assunto, contendo identificação, assinaturas, capas, dentre outros. O livro, independente da obra ou do assunto, sempre traz contribuição de conhecimento para qualquer público, de qualquer faixa etária, e a leitura além de ser aquisição de informação e ciência, torna-se abertura de novos horizontes, como se fosse um divisor de águas.

3.2 CARACTERÍSTICAS DO LIVRO DIDÁTICO COM ACESSO DIGITAL

Os recursos utilizados em sala de aula e outros meios de comunicação, como por exemplo o livro didático, o jornal, a televisão e o computador, são elementos essenciais na contribuição para a educação. Ainda nessa vertente, o livro didático é um material impresso, organizado, que visa destinar seu uso ao processo de ensino e aprendizagem (OLIVEIRA, 1984).

Atualmente, tem-se uma grande variedade de livros distribuídos em forma digital ou seja. Portanto, o livro digital nada mais é do que uma outra forma de distribuição do texto produzido por um autor, seja ele um livro didático, livros de literatura, jornais, revistas, HQs, textos ou áudio-livros. Seja qual for o material lido, o livro digital acaba englobando todos.

Vale lembrar que não se deve confundir o livro digital com o livro eletrônico. Apesar do termo “livro eletrônico” ser muito utilizado, é uma forma equivocada que

leva o consumidor ao erro, pois o livro digital é apenas um livro distribuído de forma eletrônica. Martins (2012) descreveu os seguintes termos:

E-BOOK: termo americano para “livro digital”, ou seja, uma forma de distribuição de textos. Um *e-book* pode ter diversos formatos, sendo os mais comuns o ePub, o MOBI e o PDF, que serão interpretados de forma diferente pelos dispositivos (computadores, *iPad*, *iPhone* e *Kindle*) para sua leitura.

EPUB: quer dizer “publicação eletrônica”. O ePub é um formato aberto, criado pelo Fórum Internacional de Publicação Digital – IDPF e sua ideia é permitir que a experiência de leitura seja similar em qualquer tamanho de tela do dispositivo de leitura, podendo ser totalmente feito em HTML e CSS. Nesse formato, pode-se fazer pesquisa de um termo no texto, aumentar ou diminuir o tamanho da fonte, alterar o tipo de fonte utilizada e alterar a cor que a fonte irá utilizar.

PDF: é um formato muito difundido na internet, principalmente por já ser utilizado em larga escala, porém não é um formato ideal para leitura em dispositivos móveis. A sigla inglesa significa *Portable Document Format*, ou seja, Formato Portátil de Documento. O PDF é um formato para arte final, isto é, uma vez produzido o arquivo, não há como alterá-lo.

MOBI: O MOBI é um padrão utilizado somente pelo dispositivo da Amazon, o Kindle. O funcionamento do MOBI é muito similar ao *ePub*, porém, por ser utilizado somente no Kindle, é um formato fechado e pouco conhecido.

Com relação ao desenvolvimento do uso das tecnologias na educação, Moran (2000), em sua tese, comenta que ensinar com as novas mídias será um período de modificações no processo de ensino, onde os paradigmas convencionais do ensino serão superados com o auxílio das tecnologias utilizadas e adaptadas na educação.

De acordo com o contexto exposto, as tecnologias aliadas à educação irão transformar o ensino, a forma de ensinar, a maneira de aprender e com isso melhorar a qualidade da educação.

Os crescimentos do uso das tecnologias em sala de aula das escolas públicas, em todas as etapas, permitem que o livro didático digital seja bem visto pelos alunos,

uma vez que a grande maioria dos alunos tem grande interesse pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC).

De acordo com Coutinho (2007) e Simofusa (2005), tal material apresenta suas contribuições de diferentes formas. Atualmente, o livro didático com acesso digital tornou-se muito amplo e as tecnologias estão transformando o seu formato e conteúdo de uma maneira bem significativa. Em relação ao conteúdo do livro didático digital, ele pode ser cada vez mais interativo e ter mais condições de hipertextualidade.

O livro didático com acesso digital apresenta significativas contribuições para a educação como, por exemplo, o texto sonoro do livro, que colabora com o aluno que possui necessidade especial de audição e também o braile para o portador de deficiência visual. Pinski (2009) observa:

[...] livro eletrônico é um livro digital em arquivo de texto ou sonoro que pode ser vendido, (ou disponibilizado) total ou parcial; alugado por um determinado tempo indispensável uso da Internet; vendido por capítulos encontrados em arquivo digital, porém impressos para o consumidor em local para ser comercializado.

De acordo com o contexto, busca-se a facilidade do leitor com a disponibilidade do livro digital, por intermédio da conquista de novas tecnologias e com as novas modalidades do livro impresso. De acordo com Pizidoro (2010), o livro didático digital pode apresentar-se de quatro maneiras diferentes:

- 1) Livro digitalizado: é todo material digitalizado de forma original, mantendo a preservação do mesmo;
- 2) Livro digital: é o livro criado para uso do leitor de forma digital, seja o texto, o livro e também por meio de áudio, sem intervenções;
- 3) Livro áudio: ele traz uma diferença neste conteúdo, livro é a base para o áudio;
- 4) Livro multimídia: o livro todo com desenvolvimento e recursos de mídia.

Os livros didáticos tanto impressos como digital são ferramentas que vêm ganhando destaque na sociedade, sobretudo no meio acadêmico e no ambiente escolar. As tecnologias buscam aprimoramento de novas leituras e conquistas de como enfrentar estes desafios em sala de aula.

O livro didático com acesso digital não pode manifestar preconceitos, sejam eles de cunho étnico, religioso, de gêneros sociais ou econômicos. O livro didático, seja impresso ou digital têm a obrigatoriedade de transmitir conteúdo de qualidade,

incentivando, por meio de textos, imagens e exercícios, a dignidade da pessoa humana e o princípio da isonomia (BRASIL, 2015).

Para dar seguimento nesta pesquisa, tornou-se indispensável a apresentação de alguns conceitos da tecnologia direcionada ao livro digital, o qual será exposto no contexto geral de seu desenvolvimento e a utilização do mesmo no âmbito escolar.

Segundo Paiva (2010), a leitura realizada pelo livro digital tornou-se mais fácil para o leitor devido a sua disponibilidade. Nesse contexto, busca-se a facilidade do leitor com a disponibilidade do livro didático com acesso digital, por intermédio da conquista de novas tecnologias e com as novas modalidades de livros digitais.

Desta forma os livros didáticos com acesso digital são soluções educacionais, que trazem ao professor e ao estudante uma série de vantagens no processo de ensino e aprendizagem, principalmente aos alunos que gostam de aprender utilizando tecnologias como instrumento de facilitação.

4 A UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO COM ACESSO DIGITAL NO AMBIENTE ESCOLA

Não há intenção de substituir o livro impresso pelo digital, pois cada um tem seu espaço e importância, tanto no mercado quanto no âmbito escolar. Desta forma, tratando-se do meio educacional, o livro é utilizado de forma específica nas esferas públicas, sobretudo no ensino fundamental e médio, e inúmeras vezes é o único instrumento a ser trabalhado em sala de aula.

Porém, muitas vezes o tempo de uso do livro didático impresso é limitado, tendo um prazo útil de apenas três anos, devido a defasagem do conteúdo. Desta forma, este material acaba sendo desperdiçado ou não tem um descarte adequado. Muitas vezes, professores e a direção das escolas públicas promovem campanhas de doação, para que os alunos levem os livros desatualizados para casa, pois não há um destino correto para este material. Em contraposição, o livro didático digital não passa por esse processo, pois o seu conteúdo pode ser constantemente atualizado.

Conforme Sáez (2000), Sotorres (2000) e Fernandes *et al.* (2003), as principais vantagens encontradas nos livros didáticos com acesso digital são:

- a) A facilidade para fazer o download dos livros pela internet;
- b) Pode-se conduzir uma série de livros num único dispositivo;
- c) A edição, divulgação e acesso aos livros digitais atingem as esferas com uma extensão muito maior;
- d) A procura de termos ou palavras-chave é mais rápida e eficaz por meio dos métodos de investigação dos dispositivos;
- e) Alguns exemplares admitem a interatividade e a utilização dos recursos da multimídia;
- f) Permitem o uso de ligação para sites externos, consultas e materiais;
- g) Gravação de aula para estudo de provas;
- h) Fazer anotações sobre o referido assunto, juntamente com uma determinada pesquisa, estando conectado à internet para se agregar situações novas;
- i) Reprodução de vídeos, podendo assistir filmes relacionado ao assunto, quantas vezes forem necessários para melhor entendimento do aluno. Podem ser utilizadas várias modalidades como recursos pedagógicos:

aula de conferência, aulas em Educação a Distância (EAD), sendo dessa forma em outro nível de ensino, bem como o superior.

- j) O aluno terá que usar todo o potencial, ser criativo, construir novos conhecimentos, já que os alunos estão a cada vez mais conectados à tecnologia e a aprendizagem por meio deste recurso é mais dinâmico e rápido;
- k) O aprendizado por meio do *tablet* e computador torna-se mais fácil, rápido e dinâmico e de acordo com esses recursos traz melhores rendimentos para interação no ambiente escolar;
- l) O equilíbrio entre o tradicional e o moderno se complementam, mas o livro nunca poderá ser esquecido;
- m) Escanear documentos, livros e enviar sem precisar sair do ambiente.

Dentre as principais desvantagens citadas, tem-se:

- a) Leitura mais lenta e cansativa;
- b) Existência de grande quantidade de livros sem recursos de multimídia;
- c) Pouca divulgação dos exemplares disponíveis;
- d) Preço dos dispositivos ainda muito dispendioso;
- e) Pouca quantidade de exemplares em determinadas áreas do conhecimento;
- f) Direitos autorais violados;
- g) Por vezes, pode gerar implicações de sensibilidade entre o ser humano, uma vez que a maioria das pessoas não tem diálogo por conta da facilidade e a rapidez da tecnologia;
- h) Pode haver imaturidade por parte dos alunos, por diversas questões em dispersão do foco da aula.

O uso do livro didático com acesso digital, depende de um suporte tecnológico, se comparado com o livro impresso, e não apresenta problemas com a dissolução do material utilizado, bem como o descarte, sem prejuízo para a natureza. A aprendizagem é mais significativa e responde às dúvidas e conflitos imediatamente, uma vez que se tem as respostas mais rápidas e ágeis em comparação ao processo de ensino que apresente apenas formato tradicional e aula expositiva.

Os livros impressos e o didático com acesso digital têm sido utilizados para aquisição de conhecimento pelos alunos nas instituições, sendo que o livro impresso

é um instrumento facilitador, e terá disponibilidade direta para o acesso do aluno gratuitamente.

As tecnologias já, citadas estão presentes cada vez mais nas escolas: O rádio, A máquina fotográfica, Retroprojeto, TV, e Vídeo/DVD, Computador, *Pendrive*, Internet. Conforme aponta Libâneo (1990), o professor e aluno precisam estar num processo intercedido pelas tecnologias. Neste sentido, o foco principal das escolas é a aprendizagem dos alunos e, para que isso ocorra, devem existir corroboração da organização e comprometimento para a educação de qualidade.

Poderão permitir essas inúmeras possibilidades não apenas à criatividade, como também auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem, articulações mentais e uma nova perspectiva no enriquecimento de novas formas de pensamento, memória e raciocínio.

Castells (2001) comenta que a comunicação, educação e conhecimento do começo do século XXI ainda eram insuficientes no sistema educativo tradicional para introduzir os estudantes nessa gama de opções e plataformas. Além da estrutura financeira, seria necessário instigar uma cultura de novidade e de uma forte identidade como estímulo social. A cultura da inovação compreende-se como um sistema criativo de corte artístico que realiza performances ou outro tipo de manifestações baseadas nas formas (CASTELLS, 2001).

Esta novidade se reflete numa realidade em que há utilidade frequentemente por parte dos adolescentes e crianças e é de difícil a assimilação por parte dos docentes, talvez por estarem condicionados à mediação do saber de maneira mais tradicional. Contudo, existem novas formas de comunicação, que cada vez mais encontram adeptos. Essas vão de uma simples mensagem de texto enviada por celular até *Messenger*, os *blogs*, os *fatologs* e as redes sociais (CASTELLS, 2001).

Em decorrência das inovações das tecnologias, existem outros métodos de aprender ao mesmo tempo e não é possível o sistema educacional estagnar no tempo e no espaço. Lembrando que é de suma importância os livros didáticos como instrumento de trabalho do professor e a participação direta do mesmo em sala de aula, tornando-se necessário a compreensão de ambo. Nessa perspectiva, conforme Castellón & Jeramillo (2005), quanto às relações de comunicação inseridas na educação, as instituições de ensino perderam o monopólio do conhecimento e o professor deixou de ser única forma mediadora de sabedoria e de informação. O professor terá que ter melhor preparo do conhecimento do saber, independente da

aplicabilidade do ensino, ou seja, desde o ensino das séries iniciais, fundamental, médio ou superior. Mesmo não tendo todo conhecimento de informatização, precisa-se considerar a tecnologia para ensinar os adolescentes e as crianças, uma vez que nasceram na era digital. Ainda assim, o professor é essencial para a mudança do crescimento do saber, da construção da cidadania, lidando com um grande conjunto dos saberes para aquisição do conhecimento do aluno.

Como destacam Castellón & Jeramillo (2005):

Embora nada substitui a educação formal para construção integral do sujeito, os autores explicam que se torna importante reconhecer que os adolescentes tenham participação de comunidades e sítios que fornecem diferentes tipos de informação (fato social, de interesse profissional ou pessoal, conhecimentos gerais), como é o caso das redes sociais, *Facebook*, *MySpace*, *Twitter* ou *blogs* e estes meios são fontes de grande troca de informações e resultam inovação cada vez diante da comunidade que são implantados.

A preocupação da educação ao longo da história sempre foi garantida com as competências e habilidades que o aluno deve possuir para se formar enquanto cidadão crítico e criativo na sociedade. Todavia, a grande apreensão das ciências, de um modo geral, é com os saberes e habilidades que o sujeito precisa para ser assegurado e “enfrentar” uma nova sociedade. Estas formas de saber são denominadas por Demo (2008) como “habilidades do século XXI”, com as novas cobranças atribuídas pelo estilo de sociedade, que concentra seu desenvolvimento na contemporaneidade, a partir das tecnologias da informação e da comunicação. Demo (2008) faz as suas alegações:

Devido a essa expressão – “habilidades do século XXI”, apresenta sua crítica a respeito: tornou-se comum nas discussões em torno dos novos desafios impostos pelo costume de sociedade e economia intensivas de conhecimento e informação, pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Embora haja muita fantasia e retórica em torno da virada do milênio, o que existe de mais concreto é o advento de modos de viver e produzir que nos lança novos desafios, exacerbados, entre outras coisas, pela pressa das inovações tecnológicas.

Diante deste contexto, há a necessidade de se incluir novos saberes, pois o século XXI exige a adaptação de novas tecnologias importantes no processo de construção de novas alfabetizações, além de superar os meios tradicionais de ensino, através do conhecimento disposto no processo educativo. As modificações culturais e sociais criaram a necessidade da escola repensar seu papel na sociedade e, por

consequência, a educação necessita rever suas formas de relação com os saberes, das habilidades e do conhecimento (BACCEGA, 2002; CITELLI, 2000; DEMO, 2008).

5 A PRESENÇA OU A INVISIBILIDADE DOS NEGROS E NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS COM ACESSO DIGITAL A PARTIR DA LEI 10.639/2003

Uma das finalidades desta pesquisa é analisar a presença, invisibilidade, negligência ou interpretações errôneas e falhas com relação ao tema dos negros no âmbito escolar, em especial sua inserção por meio dos livros didáticos como livro digital, e para isso é preciso descrever um breve relato histórico sobre a escravidão, tornando-se esta uma das condições mais antigas. Trata-se da história e historiografia da escravidão no Brasil, abordando identidade, caminhos e percursos:

[...] vários autores escreveram sobre a história da escravidão no Brasil desde o início do século XX. Relata quais foram as suas preocupações. Quais as fontes e temas que destacaram em suas reflexões? Em que medida as imagens que hoje temos sobre a escravidão – nos livros didáticos, por exemplo – foram desenhadas por estes autores e reproduzidas de forma não crítica nas salas de aula? O texto que segue tem como objetivo fazer reflexão sobre este contexto da historiografia, como a escravidão foi escrita, quais seus principais autores e as preocupações temáticas que tinham, em parte informadas pelo tempo em que viviam (GOMES, 1995).

Diante deste contexto, Gomes (1995) enfatiza que escrever sobre a temática da história sobre a escravidão nos livros didáticos, além de não apresentar uma análise crítica da imagem e texto do negro, não existe a preocupação em resgatar a identidade, o respeito e a dignidade da pessoa humana.

Considerando o fim da escravidão indígena decretada em meados do século XVIII (ainda que esta liberdade fosse uma ficção, uma vez que os direitos de “civilização” e expansão econômica do século XIX podiam utilizar o trabalho compulsório dos índios) e a Lei Áurea de 1888, temos 3/4 da história do Brasil com a utilização do trabalho escravo. Portanto, os historiadores têm como o exercício e o desafio de incluir na história do trabalho do Brasil as experiências das populações indígenas, africanas e de seus descendentes porque, até o momento, a história do Brasil tão somente incluiu na história do trabalho, as experiências dos trabalhadores imigrantes ou a marca cronológica da Abolição em 1888 (GOMES, 1995).

Ocorreram problemas com a mão de obra escrava indígena em termos de sustentabilidade econômica entre os séculos XVIII e XIX, adotando a mão de obra escrava de pessoas negras. Durante o período da escravidão, alguns acontecimentos ocorreram antes da data legítima do dia 13 de maio de 1888, considerado o dia da libertação dos escravos.

Em muitas regiões do Brasil, 2/3 da população livre era composta de negros e homens livres pobres. E muitas dessas repartições do Brasil desenvolviam greves, motins e organizaram-se mesmo em sociedades e sindicatos, ou seja, em caso de militâncias por meio de reivindicação dos seus direitos e deveres como busca de cidadania (GOMES, 1995).

Nos séculos XVI e XVII, a população negra e mestiça se revoltaram contra a violência escravista e pelas péssimas condições impostas de trabalho dirigidas a eles, onde fizeram a “greve negra” em “Salvador, no ano de 1857, quando escravos urbanos organizados em “cantos de trabalho” paralisaram o setor de transporte e abastecimento, insatisfeitos com as mudanças das leis municipais que regulavam suas atividades. Ainda nesta vertente, mais adiante nos quilombos, aconteciam as fugas e rebeliões, tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas, pois não aceitavam mais a escravidão, queriam a liberdade e construir vida própria. Assim, optou-se por investigar as manifestações literárias e a construção do imaginário brasileiro sobre o negro (BRASIL, 2006).

Durante duzentos anos, o Brasil colônia utilizou a “expressão da língua”, ou seja, essa modalidade que culturalmente apresentava uma mistura das línguas indígenas, do português e de línguas africanas. O estudo era privilégio de poucas pessoas de origem portuguesa, além do acesso a outras regiões. Desta forma, observa-se que não havia entendimento de linguagem literal, por conta de cultura e costumes diferentes nos mesmos locais de convivência. Conforme Luiz Roncari (2002), em seu livro “Literatura Brasileira a História do Negro”, cita-se:

Nesse momento, surge a forma de declaração mais aquilatada: a poesia, declamada nos salões ou em praça pública, de acordo com seu caráter. A praça e o púlpito, conforme assinala Luiz Roncari, em seu livro Literatura Brasileira, são os espaços privilegiados para a poesia (satírica, lírica e religiosa) e nos discursos, nesse momento percorriam os acontecimentos do dia-a-dia sempre por meio dos grupos sociais e de forma enaltecidos, ou seja, classe dominante perante os subalternos, ou seja, desta forma exposição, castigos entre outros aos negros e os afrodescendentes (RONCARI, 2002, p. 150).

Além do sofrimento ocorrido, havia a necessidade de expor os escravos em praça pública, para que todos pudessem assistir e ao mesmo tempo intimidar os demais, ou seja, devendo impor o “respeito” por ordem de violência. Numa sociedade escravocrata, o negro evidenciou e formulou os elementos iniciais do que viria a ser a prática preconceituosa e racista, que ainda hoje crassa entre nós, na maneira de piadas ou ditados populares, e que a religião se dominou pelas crenças populares, ou por meio de humilhações, como fez Vieira (1633), pregando aos negros em um

engenho na Bahia. Ainda nesse contexto histórico, Jacob Gorender (2000, p. 150-151) afirma em seu livro “Brasil em Preto e Branco”:

[...] o padre jesuíta deu a mais alta qualificação humana aos negros, comparado o sofrimento deles ao de Jesus. Porém, logo em seguida, disse-lhes que a migração forçada da África ao Brasil decorria de um desígnio da Providência Divina, que dessa forma, os conduzia pelo caminho da salvação de suas almas. Somente dessa forma os negros se livrariam das crenças pagãs e far-se-iam cristãos, acrescentou.

Nessa análise, observa-se como era o tratamento dos negros e afrodescendentes na época dos séculos XVI e XVII. Paralelamente, no século XV, a história do livro didático surgiu, conforme Gorender (2000, p. 151):

A história do livro didático no Brasil começa em Portugal no século XV, de forma muito tímida trazendo o abecedário, silabário e rudimentos de catecismos que eram chamados de cartilhas e posteriormente foram enviadas para a Polônia, para o ensino da literatura e da escrita. Foi impressa em 1539 por Antônio João de Barros, os Jesuítas chegaram em 1549 na Bahia e fundaram a primeira Escola de leitura, escrita e religião.

O trabalho escravo ocorreu na história brasileira e a partir dela é que surgiram as outras categorias de trabalho, bem como o assalariado. Porém, a história do negro tem sido apresentada nos livros didáticos por um único viés, de escravidão. Mas há a necessidade de ser contada nos livros didáticos, pois existem outras relevantes contribuições e não somente fatos relacionados à escravidão. Diante desse contexto, a pesquisa buscou apresentar alguns personagens negros em destaque na sociedade brasileira.

5.1 A PRESENÇA DE NEGROS EM DESTAQUE NA SOCIEDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Na questão da educação, Rui Barbosa teve um papel de extrema relevância, pois lutou pela abolição da escravatura, no ano de 1870, em São Paulo; foi bacharel em Direito e teve sua carreira política em Salvador Bahia de forma bem sucedida. Diante da sua vida pública como deputado, buscou apresentar proposta de melhoria tanto para a educação como para o povo em geral, sobretudo para os negros, com diversas discussões que na qual a mão de obra escrava já não era mais o suficiente para o Brasil, necessitando de novas mudanças. Nessa época, havia a intervenção

de outros países os quais não aprovavam a ideia de trabalho escravo (LEONEL, 1994, p. 15).

Rui Barbosa acreditava que, por meio de pareceres sobre a educação, seria possível desenvolver transformações na sociedade e no indivíduo com melhor aptidão para o trabalho livre, num país que a visão era de trabalho escravo, mesmo em vias de fato de extinção. Diante disso, Rui Barbosa batalhou veementemente pela abolição da escravidão e defendeu a emancipação dos escravos sexagenários, na Câmara dos Deputados em 1884. Também era defensor de que a educação deveria ter habilidades e dinamismo, ou seja, desde que os conteúdos fossem estudados de forma prática.

Rui Barbosa utilizou-se do empoderamento de Tavares Bastos para a aplicabilidade da reforma dos parlamentares em relação à educação, na qual o Brasil não apresentava condições de reformulação. Então, aproveitou o momento para diversas mudanças de comportamento geral na sociedade. Rui acreditava que, por meio da educação, haveria mudanças na sociedade com o sistema eleitoral, pela conquista da liberdade e o acesso à educação, juntamente com o voto consciente, representaria prestígio envolvendo a indústria agrícola, a problemática dos imigrantes com relação a classe social, melhorando a qualidade de vida da população brasileira.

Uma lei da divina harmonia que preside o mundo, prende as grandes questões sociais; emancipar e instruir é a forma dupla do mesmo pensamento político. Que haveis de oferecer a esses entes degradados, que vão surgir da senzala para a liberdade? o batismo da instrução. Que reservareis para sustentar as forças produtoras, esmorecida pela emancipação? o ensino, esse agente invisível, que, centuplicando a energia do braço humano, é sem dúvida a mais poderosa das máquinas de trabalho (BASTOS apud BARBOSA, 1947, p. 179).

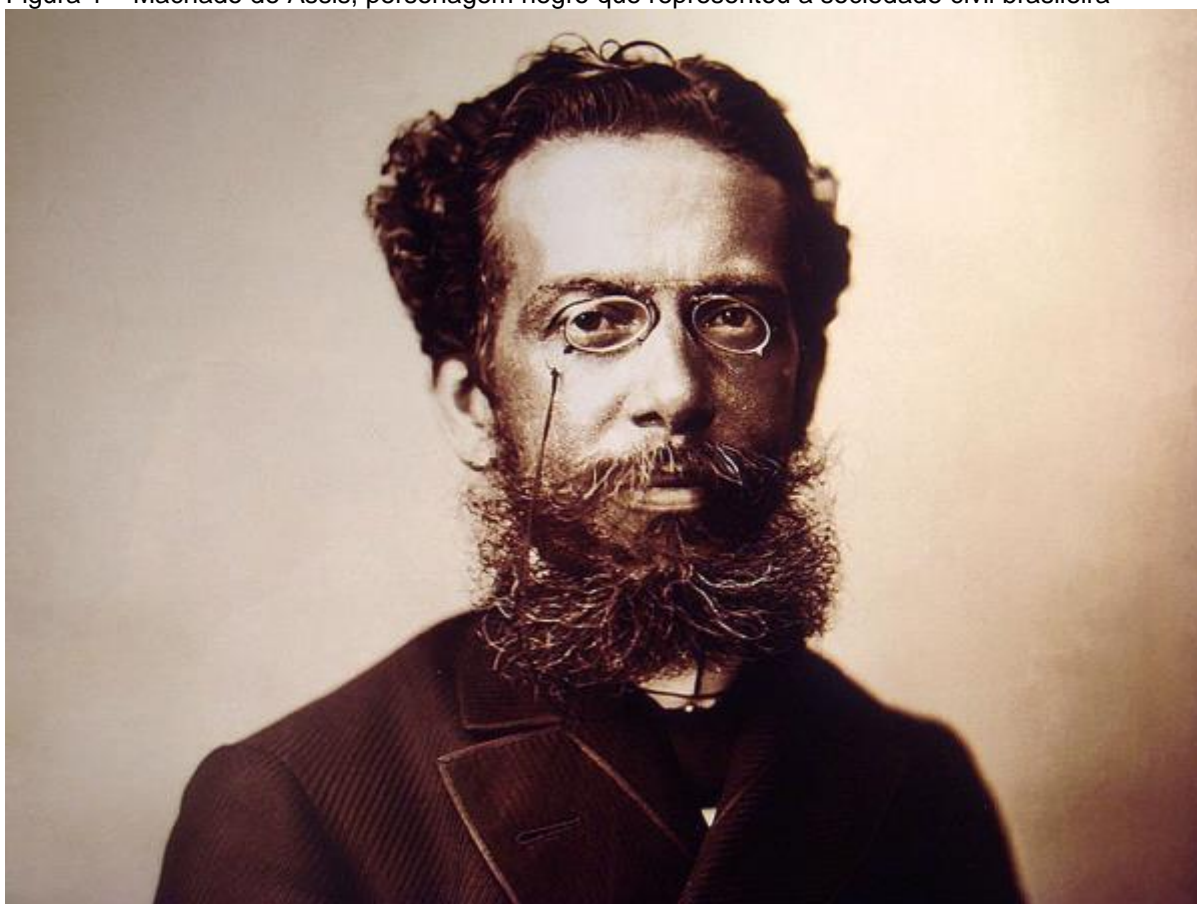
Além de ter sido jurista, político, diplomata, filósofo e um brilhante escritor de diversas obras, também é autor de muitas frases de inspiração, como “A liberdade não é um luxo dos tempos de bonança; é, sobretudo, o maior elemento de estabilidade das instituições” (Rui Barbosa, 1947).

Ainda seguindo essa perspectiva, é importante expor mais uma história de personagens negros eminentes em destaque no Brasil, tal como Joaquim Maria Machado de Assis, cronista, contista, dramaturgo, jornalista, poeta, novelista, romancista, crítico e ensaísta. Machado de Assis nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 21 de junho de 1839, filho de um operário mestiço de negro e português, Francisco José de Assis, e de D. Maria Leopoldina Machado de Assis. Aquele que viria a se tornar o maior escritor do país e um mestre da língua perdeu a mãe muito cedo e foi

criado pela madrasta, Maria Inês, que também era mulata e se dedicava integralmente ao menino; matriculou-o na escola pública, a única que frequentou o autodidata (JUNIOR, 2016, s.p).

A imagem de Machado de Assis (Figura 1), busca retrata-lo por meio de conceitos ilustrativos nos livros didáticos. Porém, na maioria das vezes, nestes materiais não constam esses saberes culturais, de negros que fizeram parte da História do Brasil e estiveram em ascensão social e em destaque na sociedade eminente.

Figura 1 – Machado de Assis, personagem negro que representou a sociedade civil brasileira



Fonte:https://dandoumaideia.files.wordpress.com/2012/11/revistasp_machado_de_assis_011.jpg?w=600&h=450

Segundo Nogueira Junior (1998), Machado de Assis foi homenageado numa reunião na Academia Brasileira de Letras, sendo a sede denominada “Casa de Machado de Assis”.

Os próximos personagens abordados são os irmãos engenheiros Rebouças, ícones que representam o Estado do Paraná, sobretudo o comércio paranaense. André e Antônio Rebouças eram irmãos negros alforriados, que viveram em pleno

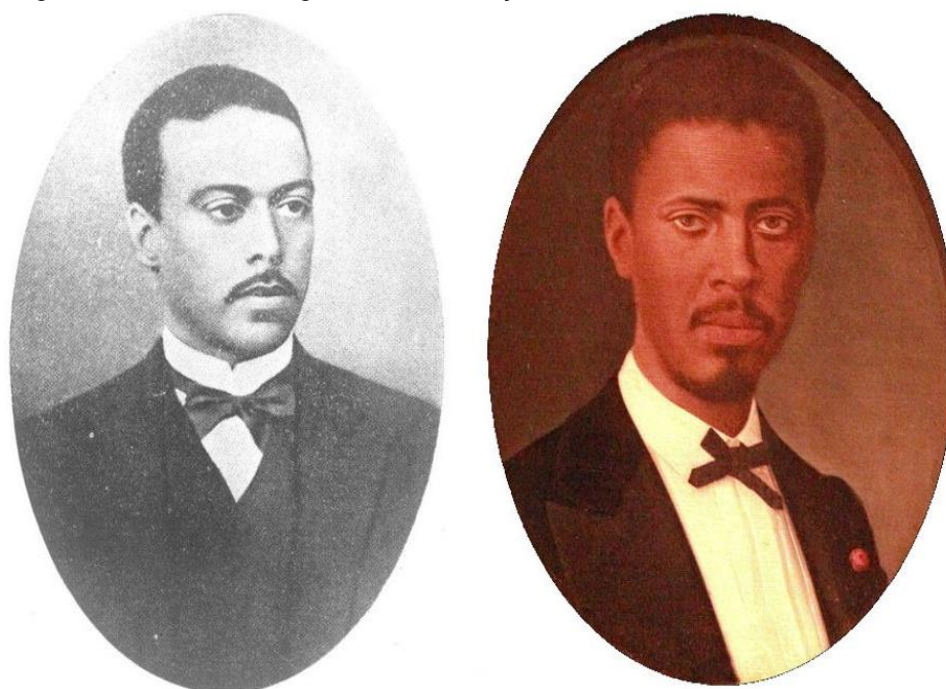
período de escravidão e lutaram pelas conquistas em prol do Paraná (TRINDADE, 2010, s.p).

Eles desenvolveram projetos de estradas, ferrovias, sistemas de abastecimento de água e participaram da Guerra do Paraguai, que foi um dos principais eventos na luta pela emancipação dos escravos, além de sonharem com a industrialização e com um Brasil desenvolvido.

Ao desembarcar no Paraná, eles adquiriram parte da responsabilidade de transformar uma província ainda em construção. Em 1864, uma década depois da Emancipação de São Paulo, os Rebouças iniciaram trajetória na região. O chafariz na Praça Zacarias, em Curitiba, a Estrada da Graciosa, a Ferrovia Paranaguá-Curitiba e o Parque Nacional do Iguaçu são dos legados dos engenheiros (TRINDADE, 2010, s.p).

A importância desta análise da história dos engenheiros Rebouças, no livro didático com acesso digital de História do Estado do Paraná, é que a mesma é contada de forma fragmentada e de maneira oculta. A história da estrada de ferro de Curitiba para Paranaguá explicita o fato do falecimento de nove mil operários por diversos problemas de precariedades encontrados no próprio trabalho, mas não foi mostrada a obra da construção da estrada, desenvolvida pelos irmãos Rebouças. (SEED, 2006, p. 212).

Figura 2 – Os irmãos engenheiros Rebouças: Antônio e André



Fonte: site: <<http://www.gazetadopovo.com.br/ra/mega/Pub/GP/p4/2015/11/19/VidaCidadania/Imagens/Vivo/irm%C3%A3o%20reboucas.jpg>>.

A Figura 2 reforça e demonstra a importância da inserção da imagem de cada personagem nos livros didáticos com acesso digital, não só como aquisição de conhecimento para os alunos das escolas públicas do estado do Paraná, mas também para a valorização pessoal do próprio personagem, que lutou pelos seus direitos civis e de cidadania, das suas conquistas por um país melhor, em busca de igualdade, de liberdade e fraternidade para todo o povo brasileiro.

Segundo o jornalista e pesquisador Jorge Narochnik, no livro de Histórias do Paraná (2010), a primeira missão dos Rebouças foi comandar a construção da Estrada da Graciosa, que desde 1854 estava sendo idealizada para ligar o planalto ao Litoral Paraense. Em 1864, Antônio foi nomeado engenheiro-chefe da Estrada da Graciosa e formulou o projeto do empreendimento (NAROZNIK, 2010, s.p.).

Os irmãos Rebouças foram muito criticados no desenvolvimento da estrada de Curitiba ao Litoral, porém não conseguiram ver o sonho da obra realizada, vindo a falecer antes mesmo de ser concretizada. De acordo com o pesquisador da obra dos irmãos Rebouças, Trindade, a importância dessa obra para a província foi indubitável, uma vez que a Estrada da Graciosa permitiu o escoamento de matérias-primas como madeira e erva-mate para o porto de Paranaguá (TRINDADE, 2010, s.p).

Quadro 1 – Conforme o texto retirado do jornal da Gazeta do Povo, que trata da luta contra a Escravidão no Brasil²:

Na década de 1880, André Rebouças chegou a participar da criação de algumas sociedades antiescravagistas, como a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Escreveu diversos artigos no jornal Gazeta da Tarde, estimulou a criação de uma Sociedade Abolicionista na Escola Politécnica e redigiu com José do Patrocínio o Manifesto da Confederação Abolicionista. Como abolicionista, defendeu a emancipação e regeneração do escravo pela aquisição da propriedade da terra. Para ele, a chave para a transformação da agricultura brasileira era a mudança dos sistemas de posse da terra. Essas ideias estão expostas no seu livro Agricultura nacional, estudos econômicos: propaganda abolicionista e democrática. O professor da Universidade Federal do Paraná Alexandre Trindade afirma que André era um visionário. “Para ele, o abolicionismo só teria sentido com a reforma agrária, ou como ele chamava, ‘Democracia Rural’. De nada adiantava libertar os escravos sem lhes garantir o mínimo de sobrevivência, e essa sobrevivência estava vinculada à posse efetiva de uma propriedade agrícola, de meios de escoamento da produção” (TRINDADE, 2010, s.p).

Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/historia/nome-impresso-na-luta-contra-a-escravidao-633jw6y2rodallninjhyrghqy>.

A seguir, será apresentada uma personagem negra da atualidade, que contribuiu para história do Brasil, com o objetivo de elucidar o contexto histórico do

² Diante da figura, do texto retirado do Jornal da Gazeta do Povo, representada pelo autor Alexandre Trindade, denota-se que nada adiantava dar liberdade aos negros e negras, sem ter no mínimo condições de sobrevivência, e que André era uma pessoa que tinha visão de futuro a respeito das políticas públicas da época de 1880. Visto que as necessidades já eram precisas, para mudanças de comportamentos na questão sobre abolicionistas frente à liberdade.

país, além de demonstrar que é possível valorizar os negros no conteúdo dos livros didáticos com acesso digital.

A primeira juíza negra no Brasil, Luislinda Dias Valos que, segundo o Diário Oficial da União, foi nomeada para o cargo de Desembargadora, foi responsável a assumir a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SPPIR), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, que integram a base aliada ao Governo Federal da Presidência de Temer (DIAS VALOS, 2016).

Luislinda nasceu em Salvador, neta de escravos e teve uma infância difícil e bastante conturbada. Apesar das dificuldades, tornou-se desembargadora e conquistou a sua graduação em Direito pela Universidade Católica de Salvador, em 1978. Além disso, ela também foi professora do Colégio Militar de Salvador (DIAS VALOS, 2016).

De acordo com apresentação dos Direitos Humanos, Luislinda foi procuradora-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), hoje Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), antes de passar em primeiro lugar em um concurso para a Advocacia-Geral da União (AGU) (BRASIL, 2010).

Além de ter ocupado cargos de destaque na sociedade civil, tornou-se juíza em 1984, adotando o uso de colares de candomblé em suas audiências, o que representa a religiosidade de matriz africana. Foi autora da primeira sentença de condenação por racismo no país, em 1993, e autora, em 2003, do projeto Balcão de Justiça e Cidadania, para resolução de conflitos em áreas de maior número pobreza, ou seja, de necessidade básica de Salvador. Em 2011, Luislinda foi promovida como desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), conquista que a fez conhecida nacionalmente. No dia 3 de fevereiro de 2017, foi promovida e convidada pelo então Presidente da República Michael Temer, para ser Desembargadora dos Direitos Humanos, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Este é um verdadeiro exemplo de autoestima para qualquer pessoa, sobretudo para a que apresenta maior dificuldade por conta de falta de oportunidades, e na maioria das vezes, são pessoas negras, segundo dados apresentados pela própria autora Luislinda.

Quadro 2 – Desigualdade social entre negros e negras na sociedade brasileira

"O que ocorre é que ao preto, pobre e periférico (PPP) não se dá oportunidade sequer de estudar. Aos PPPs a educação que se lhes oferece não é de qualidade e não é continuada. Em um mundo globalizado, com uma concorrência desafiadora, não é possível acreditar que o cidadão que concluiu o fundamental em escolas públicas, como as que temos atualmente, está pronto para um mercado de trabalho tão competitivo."

Fonte: site: <http://mulheres-incriveis.blogspot.com.br/2014/11/luislinda-dias-valois-dos-santos.html>

De acordo com o Quadro 2, que mostra a questão da desigualdade entre negros na sociedade brasileira, demonstra-se o grande desafio que é a busca igualdade de direitos, principalmente por meio da educação, de lutas constantes e árduas, diante de muitos enfrentamentos em busca de oportunidades no mercado de trabalho, meio social e econômico, na tentativa de amenizar a discriminação e preconceito.

A representação diz respeito à primeira juíza negra no Brasil, hoje nomeada Desembargadora dos Direitos Humanos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília. Ela sofreu discriminação racial e preconceito em sala de aula, motivando-a seguir uma carreira jurídica como Advogada, Juíza e Desembargadora.

Conforme a Figura 3, apresenta a imagem da ilustre primeira Juíza negra no Brasil.

Figura 3 - Representante social entre negros e negras na sociedade brasileira



Fonte: site: <http://4.bp.blogspot.com/SPI1Lg1_w68/VEwmTk2R1oI/AAAAAAAAAFec/CZ16Dx_Sk1E/s1600/Luislinda-Valois-Divulga%C3%A7%C3%A3o.jpg>.

O quadro 3 apresenta a escravidão como raízes na sociedade brasileira.

Quadro 3 – Representação de Igualdade na Sociedade Civil

"A consciência de que todos somos iguais, o que certamente demandará tempo, porque o sentimento escravocrata ainda está muito arraigado no povo brasileiro, que insiste, mas não consegue camuflar a sua condição de discriminador e preconceituoso."

Fonte: site: <http://mulheres-incriveis.blogspot.com.br/2014/11/luislinda-dias-valois-dos-santos.html>

Ainda assim, ocorre a discriminação racial, injúria racial e o preconceito, de forma velada, inconsciente e outras vezes de maneira expressiva, consciente. Acredita-se que a escravidão se tornou um dos motivos porque se deve estar enraizado na história do povo brasileiro tanto no discurso como nos livros didáticos, nos jornais, na mídia, entre outros. Na sequência, será abordada a presença ou ausência dos negros na literatura e nos livros didáticos (BRASIL, 2010).

Segundo o escritor, jornalista e músico Osvaldo de Camargo, ao pensar sobre a presença negra na literatura, esclarece que os negros são mudos, pois brancos darão o tom e a cor e proferirão sua fala (SOUSA, 2005, p. 236). Conforme Queiroz diz sobre a presença ou ausência da figura dos negros nos conteúdos do livro didático com acesso de digital de História do Estado do Paraná:

Um jeito atualizado em muitos livros, mas que não foi devidamente analisado com maior rigor e redimensionado, refere-se à representação de personagens negras femininas, que apesar de estarem no plano secundário das narrativas, essa personagem afetava e operava transformações nas ações desencadeadas por personagens principais de alguns livros (QUEIROZ, 1975, p. 112)³.

Alusões ao corpo e à sensualidade da mulher negra são características que permaneceram na literatura brasileira sem grandes alterações no decorrer dos séculos e vale destacar que são constantes. Esse panorama, em vários momentos, corroborou para uma representação e utilização da imagem da mulher negra como objeto” (QUEIROZ, 1975, p. 112).

Do mesmo modo que ocorre a discriminação racial e preconceituosa tanto no ambiente escolar, nos livros didáticos como na sociedade, ainda que esses ambientes sejam considerados ambientes de socialização, existe o objetivo que é o de desmitificar esse cenário, com respeito e incentivo de cada individualidade, imbuído

³ É preciso que se tenha um olhar perante o material pedagógico produzido com análise de conteúdo criterioso para que possa contemplar todas as etnias de forma igualitária. Observa-se que isso ocorre no cotidiano não apenas nos livros didáticos e digitais, como também em todos os lugares, principalmente nas mídias. Muitas vezes as pessoas não se dão conta do que dizem umas para as outras, normalmente falam algo de ruim, como muitas vezes é comum comentarem sobre cor do “negro”, do “afrodescendente”, o que torna-se algo quase que natural.

no contexto de trabalhar a autoestima, a orientação, o valor, a beleza, o carisma e sobretudo o respeito de cada ser humano dentro de cada individualidade.

[...] Na verdade, trata-se de discutir as possibilidades de intervenção que a instituição escolar tem para o atendimento das novas necessidades sociais. É preciso refletir sobre o real papel da escola no momento atual, sob pena de a encharcarmos de conteúdos que não da sua competência com a exclusividade a ela atribuída. É como se fazendo parte dos assuntos escolares, as questões em voga fossem resolvidas. Enfim, estamos vivendo, nas escolas, um currículo de urgências, ao ponto de se ouvir a seguinte afirmação de professores em relação à Lei nº 10.639, de 2003: “na minha escola a lei já foi aplicada, fizemos a semana da consciência negra e comemoramos a cultura negra” (LOPES, 2006, p. 28).

A história na sociedade brasileira deve ser estudada por diversidade, multiculturalismo e não apenas por único um viés europeu, tida como uma classe étnica de superioridade; ou seja, é preciso mostrar para os alunos que a história do Brasil possui outras possibilidades de serem estudadas, como a história e cultura africana e afro-brasileiro, assim demonstrando o quanto é fundamental o conhecimento sobre o continente africano também para a desenvolvimento do Brasil (LOPES, 2006).

Quando a imagem do branco aparece sistematicamente em oposição à imagem do negro, independente do assunto tratado, o que se aprende é sobre o modelo de imagem que vale a pena e no qual todos devem se espelhar. Essa é uma aprendizagem perversa e custosa de superação, pois envolve relações de representação. Junto a esse conteúdo, outros estão agregados e certamente não fizeram parte consciente da opção do professor. Lopes (2006, p. 26-27) comenta sobre o direito do negro:

A criança e o jovem negro têm o direito constitucional de se ver representado e referido enquanto indivíduo e grupo social. Este é “um direito que vem sendo ferido historicamente em nosso país, e é sabido que” somos todos iguais perante a lei.

Dessa forma, o que a lei indica e o que na prática se realiza nem sempre partem da mesma conjectura. Então, o que está em jogo é uma nova lei que pretende por sua força reparar, na expectativa da instituição escolar, uma supressão centenária, que por meio dela e formou cidadãos à revelia da experiência com a igualdade.

Outra questão importante em relação a cultura afrodescendente é a imagem da criança negra. Na maioria das vezes, o que ocorre é que pouca ou nenhuma atenção é dada ao aspecto multirracial existente na sociedade e no cotidiano escolar. Porém, os professores sabem que a maior parte da população é negra. Geralmente, o racismo histórico brasileiro e o atual processo discriminatório contra os negros e os afrodescendentes não têm representatividade de importância a ser discutida e debatida de forma efetiva.

Embora existam grupos de estudos de equipes multidisciplinares, com objetivo de amenizar essa questão, isso ainda não é suficiente. Logo, não seria demasiado supor que a ausência desse tema no planejamento escolar impeça a promoção de ações adequadas para se transparecer questões sobre relações raciais. Cavalleiro (1998) traz manifestação da incompatibilidade da presença ou invisibilidade da criança negra no ambiente escolar:

Tudo aquilo que se vivencia, na maioria das vezes, é que se torna em prática, por exemplo, há uma ausência de preocupação com a convivência multirracial no interior da educação infantil, o que colabora intensamente para a construção de indivíduos preconceituosos e com discriminação racial. Tal fato leva inúmeras crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagens baseadas no comportamento acrítico dos adultos à sua volta (CAVALLEIRO, 1998, p. 145-148).

Esse conceito ocorre não só no ambiente escolar, mas também nos livros didáticos impresso e digitais, tornando-se difícil da criança compreender se o assunto não é um referencial teórico, uma identidade como base estrutural. Cavalleiro (1998) argumenta que:

O silêncio que envolve essa temática nas instituições educacionais e nos livros didáticos digitais converge para que as crianças entendam a diferença como desigualdade, os negros e os afrodescendentes como sinônimos de desiguais e inferiores (CAVALLEIRO, 1998, p. 227-228).

Os componentes racistas podem ser entendidos desde o planejamento escolar até mesmo os materiais didáticos, utilizados pelos profissionais da educação. Alguns fatos destacados no ambiente escolar evidenciam a experiência do problema racial no cotidiano escolar. Averígua-se um suposto sofrimento para a criança negra à exposição à hostilidade, o que torna difícil a construção de uma identidade positiva. Tendo em vista que este problema não se perpetua apenas exclusivamente da educação,

“A construção de uma sociedade igualitária depende de ações concretas, tanto por parte dos governantes quanto da sociedade civil. Um dos fatores determinante e decisivo para romper com o quadro de exclusão no sistema educacional e assim diminuir a reparação danos para com a população negra e o reconhecimento da igualdade” (CAVALLEIRO, 1998, p. 147-149).

Segundo Cavalleiro (1998), utilizam-se os seguintes termos para a criança negra: “negrinha”, “preta”, “fedida”, “suja”. Desta forma, está se deixando todo o preconceito disseminado na sociedade e no cotidiano do ambiente escolar e essas atitudes paralisam a vítima, que neste caso é a criança negra, a qual não consegue e não sabe como reagir ou se defender, escutando silenciosamente as agressões a ela direcionadas (CAVALLEIRO, 1998, p. 146).

Além disso, a palavra “negro”, ainda hoje, carrega muitos estereótipos. O negro em si é uma etnia, é apenas uma cor e deve ser respeitada como qualquer outra cor. Mas o próprio dicionário da língua portuguesa traz um conceito negativo e intolerante:

“O próprio dicionário da língua portuguesa, traz o seguinte conceito da cor negra, “indivíduo de etnia “negra”; a cor negra; de cor bem escura; sombrio; triste, funesto; calamitoso, perverso”. Diante deste contexto, além de confundir e ser ofensivo para criança, é um ato criminoso e negativo” (AMORA, 2009, p. 483).

Para que possam acontecer as transformações sociais na construção de autoconceito positivo e autoestima elevada para os alunos negros, acredita-se na capacidade intelectual de cada ser humano, dando a ela a oportunidade de frequentar qualquer ambiente e principalmente o ambiente educacional de qualidade. No sentido de contribuição Cavalleiro (1998, p. 145-146) alerta:

Visto que no Brasil ser negro é comum ser repellido e como sinônimo de ser “maloqueiro”, “ladrão”, “fedido”, “feio”. Com isso, o professor(a) se não for bem esclarecido, ao minimizar a reclamação da criança negra, pode levá-la a se silenciar diante de novos conflitos.

Entretanto, é fundamental ressaltar a experiência dos Cadernos Negros, coleção de 38 livros didáticos digitais que trazem a literatura afro-brasileira contemporânea. A coleção surgiu em 1978, quando um grupo de oito poetas publicou os Cadernos, que se tornaram uma série sobre literatura afro-brasileira publicada até hoje em forma de contos ou poesias. Esses Cadernos são símbolos de resistência de uma literatura e de escritores afro-brasileiros, sendo que parte dos custos é assumido pelos próprios autores. As vozes e olhares femininos também estiveram e estão

presentes nos Cadernos Negros. Nestes livros, destacam-se escritoras que trouxeram grandes contribuições para se pensar, conhecer e poetizar a alma feminina negra ao longo desses anos de 1978, tais como: Esmeralda Ribeiro, Conceição Evaristo, Ruth Souza, Mirian Alves, entre outras (BRASIL, 2006).

Em relação à figura da mulher negra, as personagens femininas sofrem discriminação social e racial. As mães negras apresentam uma postura subserviente, pois são apresentadas como mulheres medrosas e passivas. As personagens femininas fazem indagações sobre os privilégios de quem é branco, e o ambiente escolar é o espaço em que se acentua esse tipo de questionamento no qual se evidenciam atitudes discriminatórias (PINSK, 1979, p. 241).

A partir de 1980, encontram-se alguns livros que brotam de raras formas de representação da personagem feminina negra. Esses livros mostram a resistência da personagem negra para além do enfrentamento de preconceitos raciais, sociais e de gênero, uma vez que retomam sua representação associada a papéis sociais diversificadas e de prestígio (PINSK, 1979, p. 240-241).

Tais materiais valorizam a mitologia e a religião de matriz africana, rompendo assim com o modelo de desqualificação das narrativas oriundas da tradição oral africana e propiciando uma ressignificação à importância da figura ancestral em suas vidas.

As personagens femininas negras são as principais, cujas ilustrações se mostram mais diversificadas e menos estereotipadas, passando a ser representadas com tranças de estilo africano, penteados trajés e reflexões variadas.

Vale ressaltar que na história da Escravidão no Brasil, evidenciou-se a intencionalidade da pessoa de pele branca, ocultando a imagem do negro e do afrodescendente, bem como na construção e na História do Brasil. Mesmo que se saiba que há grande representatividade do negro no Brasil, com os poetas, cantores, artistas da presença negra no futebol e na literatura, a invisibilidade da população negra continua menor, mas ainda existe.

A invisibilidade não ocorre apenas no sentido real da palavra, mas há aquela branda, que só os faz visíveis em datas e situações oportunas, como já citada no interior do texto: 13 de maio, 20 de novembro, Carnaval, Campeonato Mundial de Futebol e competições de ginástica olímpica (com a atleta Daiane dos Santos) (ORLANDI, 1988). Conforme Orlandi (1988, p. 101) faz-se a seguinte indagação a respeito do assunto:

Qual é a imagem do brasileiro? Se quiser responder a essa pergunta, observam-se os meios de comunicação de massa, nos surpreenderemos com o resultado. As imagens que povoam nos outdoors das capitais, o reportam nas capas de revistas nas bancas de jornal e os elencos da dramaturgia nacional (TV, cinema e teatro) são espetacularmente brancas, precisamente loiras.

Diante desse contexto, o padrão de beleza brasileira sempre foi estigmatizado com características de pele branca, loira, de olhos azuis, magra e alta. Alguns conceitos são denominados nas palavras, bem como em forma de piadas e posturas racistas no Brasil. Apesar do racismo ser legalmente um crime inafiançável e imprescritível no Brasil desde 1989, uma das maiores dificuldades é caracterizar o racismo, por conta de provas, uma vez que pelo discurso ninguém é racista, mas todo mundo conhece um fato ou uma história de racismo. Orlandi (1988, p. 101) enfatiza que:

Outra questão considerada desculpas em tais situações é aquela que procura desqualificar o ocorrido, garantindo que o negro também é racista ou ainda que o racismo não só contra o negro, mas também contra as mulheres, os homossexuais, os deficientes, os japoneses, entre outros. Desta forma, notificar alguém por crime racial no Brasil é quase impossível.

Mesmo sabendo que racismo é crime, tendo um amparo legal na Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso XLI e XLII, o negro e o afrodescendente no Brasil têm um longo caminho na conquista da chamada cidadania. Tal situação, muitas vezes sugere que a questão do negro, do afrodescendente e da discriminação que ele sofre é de natureza social e não racial. Houve muitas tentativas em escrever sobre a população negra brasileira, com o objetivo de convencer uma quantidade significativa da sociedade de que o preconceito racial acaba quando se conquista a igualdade social e/ou econômica, já que segundo as pessoas de pele clara e branca, o problema racial entre os negros e os afrodescendentes não existe e é apenas fruto das diferenças de classe social (ORLANDI, 1988).

Portanto, para mudar esta situação, não basta apenas a contribuição dos educadores, mas é fundamental o fornecimento de material didático que trata a questão racial e recursos que possam auxiliar os professores para que consigam ministrar aulas combatendo o preconceito e a discriminação racial. No dia 9 de janeiro de 2003, foi aprovada a Lei nº 10.639, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos estabelecimentos de Educação Básica, oficiais e particulares. A aprovação da lei não é tudo, mas é essencial para que os cursos

formem docentes capacitados para trabalhar em sala de aula. Além disso, é necessário o apoio dos governos municipais, estaduais e federal, para que desta forma a Lei 10.639/03 seja realmente executada (BRASIL, 2006). Porém, no decorrer do ano de 2017, este ensino deixou de ser obrigatório nas escolas públicas. Se com a obrigatoriedade já se encontravam dificuldades, logo, sem este, ficará mais difícil ainda a compreensão do conteúdo a ser desenvolvido em sala de aula, na busca da equidade, da igualdade racial e social.

A Lei 10.639, alterou a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e dá outros rumos como o embasamento do Artigo 1º A Lei número 9394/1996, que passa a determinar o acréscimo dos seguintes artigos: art. 26 alíneas A, 79-A e 79-B e o art. 26-A, já mencionado (BRASIL, 2006, p. 26).

Ainda neste contexto, são contemplados os Parágrafos 1º e 2º dos conteúdos programáticos referentes ao estudo específico da História da África e dos Africanos, visando a militância, os enfrentamentos, formação e o resgate cultural, além da contribuição do povo negro inserido na sociedade, estendendo para outras disciplinas e discussões a respeito das áreas da Educação (BRASIL, 2006, p. 26).

Tendo em vista que diante dessa perspectiva buscamos compreender alguns conceitos, da questão metodológica e da diversidade, traz-se uma pequena ponderação do princípio da igualdade, de que somos todos iguais perante a lei na teoria, pois na prática somos todos iguais, porém com os direitos desiguais. Sabendo que a Lei 10.639/2003 assegura os direitos pelos estudos da História da África, e Cultura Afro-Brasileira, tem-se o objetivo de resgate histórico e reparação nos danos pelo Estado, pois não está incluído na Lei 11.648/2008, que se refere ao estudo Indígena, população que também sofreu discriminação racial, social e preconceito. Além disso, a maioria foi banida da sociedade de origem, na qual era de seu pertencimento. Visto que ambos deveriam estar em paralelo com a obrigatoriedade em questão de estudo e discussão sobre o tema em pauta, surgem os direitos fundamentais: históricos brasileiros baseados na declaração universal de direitos humanos de 1948, com objetivo de garantia das ações afirmativas e políticas públicas atualmente.

6 DIREITOS FUNDAMENTAIS: HISTÓRICOS BRASILEIRO BASEADO NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS DE 1948

Em conformidade com o conceito de Direitos fundamentais tracejado pelo autor Sarlet (2012), tem-se sua definição como princípio do Estado parceria consagrado pela Constituição, na maior parte das Leis Fundamentais contemporâneas, na qual merece destaque. Apesar da ausência de norma expressa no Direito constitucional pátrio, qualificando a República como um Estado Social e Democrático de Direito conforme art. 1º, caput, que se refere apenas a termos democráticos de Direito, nisto parece existir um amplo consenso na doutrina – de que nem por isso o princípio fundamental do Estado social encontra guarida na Constituição Brasileira (SARLET, 2012).

Além de outros princípios expressamente positivados no Título I da Carta Magna (como por exemplo, os da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária), tal circunstância se manifesta particularmente pela previsão de uma grande quantidade de direitos fundamentais sociais, que, além do rol dos direitos dos trabalhadores (artigos.7º a 11º da CF), inclui diversos direitos a prestações sociais por parte do Estado (artigos. 6º e outros dispersos no texto constitucional) (SARLET, 2012).

Em conformidade com as palavras percebe-se que:

Com base nestas ideias lançadas e sumariamente desenvolvidas, há como sustentar que, além da íntima vinculação entre as noções de Estado de Direito, constituição e direitos fundamentais, estes sob o aspecto de concretizações do princípio da dignidade da pessoa humana, bem como dos valores da igualdade, liberdade e da justiça, constituem condição de existência e medida da legitimidade de um autêntico Estado Democrático e Social de direito, tal qual como também em direito constitucional positivo vigente (SARLET, 2012).

De acordo com a Sarlet denota que apesar da Constituição de 1988 assegurar os direitos básicos sobre a desigualdade social e racial, o Estado negligencia alguns princípios fundamentais perante a sociedade. Ainda, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, que busca compreender os Direitos da Humanidade de forma geral, contribuindo para combater à escravidão, a desigualdade social e a discriminação racial e preconceito, de forma clara e objetiva.

Sabendo que há uma polêmica na sociedade brasileira em relação ao assunto sobre a escravidão, discriminação racial e ao preconceito, sobretudo nas questões de políticas públicas, como o Direito as Cotas, dito como “enriquecimento ilícito” ou “oportunismo”. Haja vista que toda mudança na sociedade é passível de polêmica, mas que se tornou uma conquista para a população negra considerada inferiorizada a branca, como reparação de danos dentre elas: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em 1948 instaurava uma concepção simultaneamente universalista e individualista dos direitos humanos. Fundada na primazia da pessoa humana, que visava a proteção de cada indivíduo, sem nenhuma distinção étnica, linguística, cultural, nacional, racial, geográfica ou outra. Atualmente a Organização da Nações Unidas (ONU) e seus Estados-membros se comprometem também em proteger as minorias culturais em seus respectivos territórios (ONU, 1969).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos buscou assegurar o reconhecimento de sua observância universal e efetividade de direitos entre o povo e o Estado em nível nacional e internacional.

O art. I, cita que *in verbis*: “Art. I Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”.

Além disso, o art. II retrata que todas as pessoas nascem livres e iguais com a intenção de buscar a paz e a liberdade de expressão para com o meio de sobrevivência.

Conforme Art. II *in verbis*

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1969).

Ainda que o art. citado no parágrafo acima reporte que todos são iguais perante a lei (Santos, 2009), e ainda discorre que: Muitas leis, tratados, convenções, protocolos, portarias, decretos, declarações internacionais e medidas provisórias estão em vigor no Brasil, porém só o aprimoramento e rápida aplicação do Direito e busca do equilíbrio sócio racial, nos farão chegar ao caminho constante da paz e respeito aos direitos humanos, sociais, raciais e ao meio ambiente.

Luislinda Dias de Valois Santos, ainda cita:

É necessária, pois a tolerância de todos para com seus semelhantes, levando-se em conta a diversidade racial e cultural do nosso povo. Verifica-se que, a cada dia os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres. É uma cruel e assustadora dicotomia. O negro pobre é cada vez mais pobre. Exige-se imediatamente um novo pensamento racial para que tenha uma coexistência humanamente pacífica entre o ser individual e a sociedade constituída (SANTOS, 2009).

Percebe-se que para a efetiva aplicação dos Direitos humanos e Sociais, é notório a conscientização das Políticas Públicas associadas ao movimento negro, o qual reivindicou os Direitos da Humanidade, sobretudo os da classe desfavorecida, os negros.

A partir deste contexto histórico, será abordado o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE 003/2004), que se trata da Lei 10.639/2003 e a regulamentação da Lei 9394/1996 e por meio da Lei 10.639/2003, buscou-se assegurar a obrigatoriedade sobre o estudo sobre a história e cultura afro-brasileira.

Trazendo desta forma a sustentabilidade para o Princípio da Igualdade, em virtude de reivindicações e do Movimento Negro, para que se efetivasse a valorização dos negros na sociedade atual, o reconhecimento, o regaste de sua identidade perante a educação.

Juntam-se a preceitos analógicos os Art. 26 e 26 A da LDB, como os das Constituições Estaduais da Bahia (Art. 275, IV e 288), do Rio de Janeiro (Art. 306), de Alagoas (Art. 253), assim como de Leis Orgânicas, tais como a de Recife (Art. 138), de Belo Horizonte (Art. 182, VI), a do Rio de Janeiro (Art. 321, VIII), além de leis ordinárias, como lei Municipal nº 7.685, de 17 de janeiro de 1994, de Belém, a Lei Municipal nº 2.251, de 30 de novembro de 1994, de Aracaju e a Lei Municipal nº 11.973, de 4 de janeiro de 1996, de São Paulo.(1) Junta-se, também, ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.096, de 13 de junho de 1990), bem como no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001) (BRASIL, 2004).

Com base nessas reivindicações de direitos e deveres a toda população negra, por conta da escravidão no Brasil, o que gerou muito sofrimento e diversos tipos de castigo. Levando em consideração esses fatos, o Estado corresponde com a reparação de danos, por meio de políticas públicas e ações afirmativas.

As pesquisas mostram que o Brasil é a segunda nação negra do mundo, que vem perdendo somente para a Nigéria em quantidade de afrodescendentes. Entretanto, no que diz respeito a condição de vida, de cada 10 pobres no Brasil, 8 são negros.

Os poucos pobres brancos do Brasil têm renda de 2,5 a mais quando comparado aos negros pobres, o Índice de Desenvolvimento Humano IDH da Organização das Nações Unidas - ONU (2000) aponta que as populações negras no Brasil, independentemente da cidade, vivem em condições sociais e econômicas tão precárias quanto às populações negras de alguns países africanos mais pobres.

A média salarial mensal de uma família negra no Brasil é 1,32 salários mínimos, enquanto que a média salarial das famílias brancas é 3,12 salários mínimos. A expectativa de vida de um negro é 64 anos para 70 anos de uma pessoa branca. Segundo o IPEA (2000), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a possibilidade de um negro entrar na escola brasileira é de 65% para 85% de um branco.

Ademais, dos jovens analfabetos com uma média de 15 anos, 19,8% são negros e somente 8,3% são brancos. Já com relação aos analfabetos funcionais (menos de quatro anos de estudo), 46,9% são negros e 26,4% são brancos, ficando destete modo evidente a disparidade entre os dados comparados do IBGE de 2000/2010 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2000/2010.

Segundo o economista Marcelo Paixão⁴, da UFRJ, coordenador do Relatório Anual das Desigualdades Raciais - 2009/2010, o Censo de 1990 constava a população branca como minoria, mas incluía outros critérios classificatórios como o caboclo (PAIXÃO, 2010; SOUZA 2011).

Desde 1950, a pergunta cor ou raça não é feita a cada brasileiro, lembra Paixão (2010), “Foi a primeira vez que essa pergunta foi feita rigorosamente aos 190 milhões de brasileiros”, afirmou.

O Censo mostrou que pela primeira vez, o percentual de pessoas que se declararam brancas, caiu abaixo de 50%: eram 53,7% no Censo de 2000, contra 47,7% agora.

Segundo estas pesquisas, demonstradas nos parágrafos anteriores, houve um aumento no número de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, o que se deve ao fato de que as pessoas estão assumindo sua verdadeira identidade étnico-racial e ao sentimento crescente de autoestima. Mesmo com todos os problemas de discriminação racial, social e de preconceito ocorrido no Brasil no cotidiano, visto

⁴ PAIXÃO, Marcelo, João Pessoa. **Censo do IBGE, 2010/2011**, disponível em: www.afropress.com/notícia, acesso 30/04/2011. Rio Negro, e SOUZA. Marilene Garcia de. **Curitiba que poucos querem ver, Singularidades do racismo na “capital europeia” e “mais preta” do sul do Brasil**. Gazeta do Povo, Caderno G, 17/05/2008, disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/cadernog/conteúdo.phml>

nitidamente pelas mídias televisivas, entre outros, ainda tem uma tendência de melhora nestes aspectos.

Ainda que no livro didático o ser humano e a cidadania, na maioria das vezes, são representados por pessoas de cor branca e de condições e um padrão de vida mais elevados comparados ao cidadão negro, a mulher, ao indígena, entre outros (SILVA, 2005).

Segundo Silva (2005), existe a invisibilidade comprovada dos negros nos materiais pedagógicos do Ensino Fundamental dos livros didáticos, designadamente nos textos ilustrativos, e há na maioria das vezes o comprometimento com “formação dos professores com este conteúdo específico de forma limitada”, que impera o estereótipo de inferioridade e superioridade racial, e há a ideologia do branqueamento, ou seja, há possibilidade de ampliar o conhecimento, nestes estigmas pertencentes no ambiente educacional. O professor deve ir além dos muros escolares da educação, combatendo a discriminação racial (SILVA, 1989).

Com objetivo de desconstruir este cenário, se faz necessário a defesa de ações afirmativas, o que é uma situação impossível de desvincular-se da questão social, por conta da má distribuição da renda no Brasil. Segundo argumentos o país sempre obteve a divisão entre brancos e negros como tratamento diferenciado, os negros subordinados aos brancos, por intermédio do poder sobre o corpo. E ainda tem sido considerado como fato isolado, mesmo como tentativa de melhorar esta perspectiva, com discussão pelo movimento da militância negra e pelo Estatuto da Igualdade Racial (2007), amparado pela Constituição Federal de 1988, entre outros. “Tendo evidência, que a sociedade brasileira, com raríssimas exceções já conhecidas e reconhecidas, a população negra tornou-se uma marca pela exclusão social” (LOPES, 2008).

Para que possamos compreender que o Brasil é um país miscigenado e multicultural é necessário perceber quais os motivos que acalentam a convivência harmoniosa, supostamente pacífica e tolerante, entre todos os segmentos e culturas, de forma equilibrada economicamente e politicamente, é que possamos chegar à democracia total com que todos sonham (LOPES, 2008).

Existem diversas possibilidades a serem apresentadas para os alunos, como referência, identidade, por meio de filmes, como: Vista a minha pele, (2003, Diretor Joel Zito Araújo), Um Grito de Liberdade (1987, Diretor Richard Attenborough), O que é movimento negro (1998, Documentário – Núcleo de Estudos Negros), Mãos

Talented (A História de Benjamim Carson, 2009). Livros: (A Cor do Preconceito), (Carmen Lucia Campos, Editora Ática), Esmeralda, Porque Não Dancei, (Esmeraldo Ortiz do Carmo, Organizador, Gilberto Dimenstein, 2001). São algumas histórias que a partir desta perspectiva de ensino e aprendizado, o professor pode apresentar para os alunos, além de outras formas de demonstrar do que é possível desenvolver no âmbito educacional.

O profissional pode expor histórias de superação, de valorização, resgate de identidade e cidadania, combatendo o racismo, por meio de histórias reais, mostrando que mudanças são possíveis, no “Princípio de Igualdade”, com os “Desiguais”. Além da apresentação do amparo legislativo e educacional pelos segmentos do Conselho Nacional de Educação (CNE), Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), entre outros (LOPES, 2008).

Nesta expectativa, cabe ao professor fazer a mediação entre o aluno e o conhecimento acumulado em uma cultura, possibilitando que o mesmo forme conhecimentos acerca do mundo físico, social e de si. Desta forma, é atribuída aos professores a ação de contemplar os debates culturais na sua prática pedagógica, deste modo se faz necessário que na formação do docente esteja incluso uma fundamentação específica que dê a ele subsídios indispensáveis para desconstruir os estereótipos e a invisibilidade constatados nos materiais pedagógicos, especificamente nos textos e ilustrações dos livros didáticos (PINTO, 1987). Pinto explana sobre as representações negativas que são feitas a respeito do negro:

Praticamente todos os autores que dedicaram ao estudo do negro chamam a atenção para as imagens e as representações negativas vigentes na nossa sociedade a respeito desse segmento racial. O negro e o afrodescendente são desvalorizados, tanto do ponto de vista físico, intelectual, cultural, como moral; a cor negra e os traços negroides são considerados antiestéticos; a cultura e os costumes africanos são reputados como primitivos; há uma depreciação da sua inteligência e uma descrença na sua capacidade; coloca-se em dúvida sua probidade moral e ética (PINTO, 1987, p.19)⁵.

Os materiais didáticos necessitam apreciar a importância que o povo negro tem para cultura do Brasil, deve-se expor que a cultura do país possui muito da cultura

⁵ Se os livros didáticos permanecerem trazendo a imagem do negro de maneira desvalorizada e de modo negativo, reforçará ainda mais o racismo, já que as ilustrações preconceituosas são repassadas aos alunos por meio do livro didático. Para solucionar este problema é de suma importância que os currículos das instituições de educação contemplem o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana.

africana, e por fim o docente necessita abordar as diferenças culturais, incentivando os seus alunos a respeitar e reconhecer a diversidade cultural de cada sujeito, tendo o objetivo de formar uma sociedade mais democrática e igualitária, sendo analisada no contexto da desigualdade (CAVALLEIRO, 2005). De acordo com Silva (1995), o que ocorre nos livros didáticos além da educação:

De acordo com análise de ausência e a invisibilidade do negro e do afrodescendente no livro didático, a falta de autoestima observada no comportamento de crianças e jovens negros; o alto índice de repetência e evasão escolar, que alcançava e continua a alcançar índices alarmantes, em média 70% nas regiões norte e nordeste do país, a nível de primeiro grau, hoje denominado de ensino fundamental. Buscou-se por meio de pesquisa uma resposta para origem de tal problemática (SILVA, 1995, p. 34).

Após rever os estudos por uma ampla identificação de pesquisadores, conclui-se que a presença de Negro não foi contemplada na literatura didática, especificamente nos livros de comunicação e procedimento de nível I. Sua presença foi marcada pela estereotipia, pela folclorização e cristalização da imagem. Foi sugerida uma desumanização e incapacitação, bem como uma atuação restrita ao espaço social” (SILVA, 1995).

Voltamos a insistir que os livros didáticos são regularmente vistoriados e escritos por renomados autores, e tem um editorial preparado e passa por avaliação do Ministério da Educação (MEC). E mesmo assim, têm a imagem estereotipada, com cunho discriminatório e preconceituoso.

De acordo com Aduan (1995) em seu trabalho em Educação e Exclusão: o caso do Brasil, de cada 100 alunos que entraram na 1ª série, apenas 60 passam para a 2ª série, 48 terminaram a 4ª série, 20 chegam a concluir a 8ª série, 12 ingressam no 2º grau, em 1989 a 27% na 1ª série e 19% na 5ª série. Além disso, a questão da repetência escolar é tão séria que de 1.000 (mil) sem nenhuma reprovação, 175 têm apenas 1 repetência, sendo necessários, 9,8 anos para completar este nível (ADUAN,1995).

O negro, ainda de acordo com as pesquisas de Silva (1995), foi ilustrado e descrito nos livros didáticos, como um ser achegado dos seres irracionais, com atitudes e comportamentos que traduzem incapacidade intelectual. Por outro lado, foi representado dissociado de contextos sociais próprios, como escola, família, igreja e trabalho. Foram também ilustrados e descritos como minoria e situados em último

lugar. O contexto civilizatório do povo descendente dos africanos foi omitido nos livros, nesta perspectiva Silva (1995) que enfatiza:

A presença dos estereótipos de feio, mau e incapaz foi constante e parece evidenciar a introjeção desses estereótipos de inferioridade, cujas consequências mais graves são a perda da autoestima, a rejeição ao outro semelhante étnico e a rejeição e desrespeito por parte dos brancos e mestiços de pele clara, assim como o alijamento do mercado de trabalho.

Diante dessa diversa realidade, dados empíricos demonstram que:

O social reforça as visões de mundo discriminadoras do pobre, do negro, da mulher, apoiadas na valorização do individualismo, do oportunismo e do hedonismo. A escola transmissora de conhecimento ininteligível para a criança pobre, na qual fracassa sucessivamente, que a discrimina e a agride, que não a compreende, que lhe parece chata e enfadonha (SILVA, 1995, p. 54-55).

Pois é preciso que seja revisto tal situação de injustiça e irregularidade, e trabalhar resgate e valorização dos aspectos culturais e da etnia negra, e de quaisquer outras figuras discriminadas. Enfim, fazer algo plausível para se resguardar a integridade da raça humana. Trata-se de buscar e desenvolver um trabalho que promova a união e a paz, e que possa resgatar a cidadania e identidade cultural.

É de extrema importância discutir, promover e debater, o momento que evidenciou o tema sobre a escravidão geral no Brasil e que cedeu espaço às análises sobre o escravismo, que ocorreu nos anos de 1960 e 1970. O objetivo era entender a sociedade escravista por meio do sistema articulado e estrutural. É possível esclarecer temáticas para a além do fim da escravidão - em experiência negra e no Brasil (BRASIL, 2006) pois:

As temáticas da escravidão, sobretudo (das relações raciais) tiveram sempre espaços nobres na literatura das ciências sociais no Brasil, nos quais se evidenciaram implícitas em vários discursos contendo três questões, algumas das quais se destacam pela historiografia brasileira: Primeira questão - eixo econômico, segunda questão - eixo político e a escravidão, terceira questão - a cultura.

Diante deste contexto, o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão negra em 13 de maio de 1888. Mas observa-se que em pleno século XXI, há a apresentação desse conteúdo inserido no livro didático de Sociologia mostrado pelo jornal Gazeta do Povo (27 de outubro de 2005), referente ao “Racismo leva 11 pessoas à prisão: Grupo acusado de colar adesivos incentivando o ódio contra negros e homossexuais é detido em Curitiba”. “Na casa dos acusados, o Centro de

Operações Policiais Especiais (*Cope*) apreendeu farto material de apologia ao nazismo, como bandeiras, livros – entre eles o *Mein Kampf* de Adolf Hitler – camisetas, fitas de vídeo, fotos do casal com outros *skinheads* e até de crianças fazendo a saudação nazista” (SEED-PR, 2006). O preconceito aos homossexuais e aos negros em forma de panfletos foi fixado nos postes na cidade de Curitiba (SEED-PR, 2006).

Desta forma, os alunos recebem e aprendem esses conteúdos inseridos nos livros didáticos digitais, de maneira agressiva e inconveniente, por falta de ajustes nos livros e indevidamente revisados pelos editoriais. E muitas vezes a temática é tratada de forma descuidada e/ou negligenciada.

7 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa realizada nesta dissertação apresenta uma abordagem qualitativa do tipo descritiva, com o detalhamento de um livro didático com acesso digital, utilizado em escolas públicas do Paraná. A pesquisa qualitativa é muito utilizada na área das ciências humanas, Bogdan e Biklen (1994):

1. Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador como instrumento principal; 2. A investigação qualitativa é descritiva. Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números; 3. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos; 4. Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva. Não recolhem dados ou provas com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente [...]; 5. O significado é de importância vital na abordagem qualitativa. Os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas.

A investigação da dissertação caracteriza-se do tipo descritiva, para a realização desta análise do livro didático tanto digital como impresso, seria necessário efetuar uma descrição detalhada dos conteúdos que o livro apresenta sobre a pesquisado. A mudança não seria apenas econômica, mas sim teor dos conteúdos apresentados referente aos negros. Nesse quesito em especial, a maioria dos livros didáticos apresenta a história, as imagens dos negros como escravos apenas. Trazendo para um contexto histórico omissos, fragmentados, deixando de apresentar a sua história de identidade, da construção de uma sociedade em ascensão social, que a etnia negra, não foram feitos apenas de escravos, bem como, a contribuição de Rui Barbosa, Machado de Assis, Cândido da Fonseca Galvão, André e Antônio Rebouças e tantos outros personagens, que fizeram parte deste contexto e não constam nos livros.

A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Vergara (2000, p. 47) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre

variáveis e define sua natureza. “Não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.

Para Triviños (1987, p. 110), “o estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade”, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura.

A análise no conteúdo do livro ocorreu em um livro didático com acesso digital, que foi utilizado pela rede pública do Estado do Paraná, utilizado na disciplina de História no ensino Médio, o livro didático com acesso digital está disponível pelo site: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>, tanto na versão impressa, quanto na versão digital.

Quanto a diferença do livro didático impresso com o livro digital, para a realidade das escolas públicas, é de suma importância o livro didático impresso, por uma série de fatores, uma delas é a falta de recursos, bem como, a maioria das vezes a internet, em que as escolas não disponibilizam. Diante desta análise a diferença é o descarte no final dos três anos de utilização dos livros impressos com os livros digitais ou em pdf.

8 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CONTEÚDO DO LIVRO DIDÁTICO TANTO IMPRESSO COMO DIGITAL

A análise do conteúdo do livro didático com acesso digital ocorreu da seguinte forma:

- 1- Descrição detalhada do livro didático com acesso digital;
- 2- Descrição dos conteúdos do livro didático com acesso digital;
- 3- Verificação dos conteúdos do livro didático com acesso digital a temática referente a negros na forma de texto, ilustração ou exercício;
- 4- Descrição detalhada da temática referente a negros e análise no conteúdo do livro didático com acesso digital.

- 1- Descrição detalhada do Livro Didático tanto digital, como impresso.

O livro didático com acesso digital analisado foi de História, do ensino Médio, esse livro faz parte do acervo de livros que os alunos das escolas públicas utilizavam. Na figura 08 apresentamos o livro que foi utilizado pelos professores e alunos do ensino médio nas escolas públicas do Paraná, ele foi publicado em 2ª edição no ano de 2006 e sua utilização nas escolas aconteceu no período de 2007-2010.

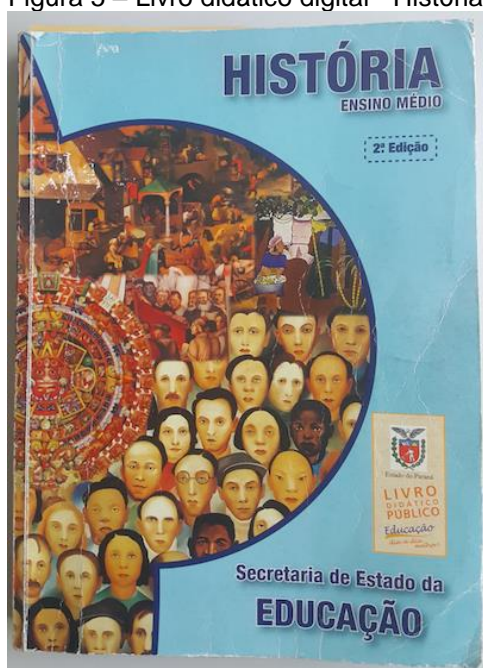
Figura 4 – Livros que foram utilizados pelos professores e alunos do ensino médio das escolas públicas do Paraná - versão digital



Fonte: site: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>

O livro analisado, História, ensino Médio, contém em sua capa a imagem ilustrativa que visa apresentar o contexto social e operários, trazidas essas figuras por Tarsila do Amaral e inscrita pelos seguintes autores: Altair Bonini, Edilson Aparecido Chaves, Fábio de Oliveira Cardoso, Fabio Luciano Iachetechen, Juraci Santos, Marcelo Fronza, Marli Francisco, Nádia Maria Guariza, Sueli Dias, Vanderléia Cunha. O livro está organizado seguindo único conteúdo estruturante. Contém quatro unidades temáticas, a primeira com cinco capítulos, a segunda com seis capítulos, a terceira com quatro capítulos, a quarta com cinco capítulos, totalizando 400 páginas. A equipe técnico-pedagógico foi composta por seis integrantes, Edilson Aparecido Chaves, Fabio Luciano Iachetechen, Juraci Santos, Marcelo Fronza, Nádia Maria Guariza e Vanderléia Cunha, uma assessora de departamento de ensino médio. Agnes Cordeiro de Carvalho, coordenadora administrativa do livro didático público, Edna Amancio de Souza, duas da equipe administrativa, Mariema Ribeiro e Sueli Tereza Szymanek, dois técnicos administrativos, Alexandre Oliveira Cristovam e Viviane Machado uma leitura crítica. Além dos profissionais: Hélio Schodolak - Unicentro, a coordenadora Maria José Teixeira, o consultor de direitos autorias, Alex Sander Hostyn Branchier, a revisora textual, Renata de Oliveira, e também o responsável pelo projeto gráfico e capa, Eder Lima/Ícone Audiovisual Ltda e por último um editoração eletrônica, Ícone Audiovisual Ltda. O projeto gráfico da capa foi realizado pela agência Ícone Audiovisual Ltda. A capa apresenta uma ilustração, internamente as ilustrações também são coloridas com desenhos e imagens retiradas da internet e foi publicado pela Editora do Estado do Paraná. O livro Didático público de História, encontra-se em formato digital no site Dia a dia Educação (www.diaadiaeducacao.pr.gov.br) e pode ser acessado e impresso. A seguir apresentamos a figura 08 que apresenta o livro didático com acesso digital analisado.

Figura 5 – Livro didático digital - História: ensino Médio



Fonte: site: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>

De acordo com a figura 5, o livro de história traz as seguintes reflexões, iniciando pela capa, com a ilustração da figura de diversidades de rostos representando o trabalho, como operários e social, de acordo com a Tarsila do Amaral, além do símbolo do Brasão, Estado do Paraná, o nome do livro História, ensino médio, 2ª edição, Livro Didático Público da Secretaria de Estado da Educação.

A contracapa apresenta a ficha catalográfica, organizada da seguinte forma: Secretaria de Estado da Educação, História, ensino Médio, 2ª edição, este livro é público - está autorizada a sua reprodução total ou parcial. Na sequência as autoridades e referência, a próxima página é composta por todos os autores, equipe técnica-pedagógica, administrativa, leitores, colaborador, consultor, revisão textual, projeto gráfico, capa, editoração eletrônica e a edição única do ano de 2006. Porém, sua utilização em sala de aula deu início no ano de 2007 até 2010. Na próxima página é apresentada uma carta do Secretário e na sequência uma carta aos estudantes e segue por mais duas páginas, sumário e todos os conteúdos de história elencados.

2- Descrição dos Conteúdos do Livro Didático tanto digital, bem como impresso.

Os conteúdos que são trabalhados no livro estão elencados em 04 unidades temáticas.

Na Unidade temática I: Trabalho Escravo e trabalho livre apresenta os seguintes capítulos:

O capítulo 1 - Relações de Trabalho: o conceito de Trabalho. O livro didático com acesso digital neste conteúdo, na página 21, apresenta a definição de trabalho e sua importância na sociedade atual, com finalidade de conquistar os seus objetivos, ideais, dignidade humana e sobretudo o respeito entre seus familiares e/ou meio em que vive. É de suma importância compreender que as necessidades humanas fazem com que o homem vá em busca de melhores condições de vida, lembrando que existem diversos tipos de trabalho e a cada qual deverá se adaptar o que se propõe a desenvolver, por meio de capacitação. Ainda nesta perspectiva de relações de trabalho.

No capítulo 2 - Relações de trabalho: o mundo do trabalho em diferentes sociedades, visto em uma outra perspectiva. O livro didático com acesso digital neste conteúdo, na página 35, expõe a geografia relacionada ao mundo do trabalho ocorrido no Egito, que se deu por volta do ano 3100 a.C., localizado no nordeste do continente africano, a partir daí desenvolveu-se um tipo de sociedade teocrática. E apresentava duas formas de divisões de trabalho escravo aos camponeses denominados o felá (camponeses), e esse grupo prestava serviços ao Estado nas construções de canais e de irrigação, e em troca só recebiam apenas alimentos. O outro grupo de escravos também no Egito, nos séculos XV e XVIII a.C. desenvolvia atividade de escravidão na forma doméstica e nas grandes obras públicas, porém eram mais tranquilos, comparadas com aos camponeses felá. Na sequência serão analisadas as questões sobre a escravidão na Roma Antiga dos séculos I e III a.C., que generalizou a escravidão na Grécia logo em seguida. A página 44, traz um dos fatos históricos muito relevante no direito romano, em relação à condição dos escravos. Desta forma, não existia matrimônio legítimo entre os escravos, eles também não tinham direitos aos seus filhos. Portanto, pertenciam aos senhores e não eram tratados como ser humano, eram vistos como uma “coisa” [...].

Conforme o assunto referente a filosofia e escravidão nas páginas 44 e 45, que aconteceu desde os séculos V e VI a.C., na Grécia, os escravos desenvolviam atividades que não faziam parte reflexivas, considerados na sociedade grega inferiores, não apresentavam diferença entre o trabalho intelectual com o manual. Portanto teria que haver o entendimento entre os mesmos, a escravidão ocorria de forma natural.

A página 47, remete o texto sobre o mundo do trabalho na sociedade feudal. Esse tema traz o seguinte conceito de trabalho na sociedade feudal ocorrido nos séculos IX e XII, quem predominava a economia, a Igreja Católica e o poder político.

O desenvolvimento dos trabalhos escravos aconteciam de diferentes formas, por exemplo, tinha um calendário especial e os escravos tinham que produzir em média de dois a três dias por semana para o senhor, e os demais dias era para o seu meio de sustento, ou seja, dois dias apenas, e ainda de forma muito precária, entregavam parte do que produziam para o senhor. Tinham também que pagar para utilizar os equipamentos de uso para o preparo de seus alimentos, bem como moinho, o forno e o lagar. Os servos não tinham direitos de cidadania, participação religiosa, os bens eram apenas como forma de uso. Uma outra questão relevante no texto, é que eles viviam na impunidade, mesmo os homens sendo livres, também desenvolviam funções específicas. Tratando ainda neste contexto, na sequência serão apresentadas as relações de trabalho na questão do trabalho assalariado.

No capítulo 3 - Relações de trabalho: A construção do trabalho assalariado. O livro didático com acesso digital neste conteúdo, na página 52, trata do trabalho assalariado, da importância do salário que vem desde da época da antiguidade, por meio de troca. Segundo a etimologia, o salário surgiu como representação do sal, procedimento de valor. Desta forma, o sal apresentava algo valorativo a população e que hoje tornou-se uma questão social.

Diante desta análise nas seguintes páginas 54 a 67, serão apresentados os conteúdos neste contexto sobre artesãos independentes da sua tarefa de trabalhos assalariados, a constituição do sistema de fábricas, a organização do tempo do trabalho, trabalho infantil: um dos mais explorados, e no último capítulo o trabalho feminino. Porém, não consta texto, ilustração e nem exercício que remete a escravidão dos negros e sim um conteúdo sobre a exploração infantil.

Nos séculos XII e XIII, as cidades da Europa passavam por transformações, bem como progresso e o uso do dinheiro. Os artesãos passaram a desenvolver trabalho para o abastecimento do comércio e o seu desenvolvimento era produzido em famílias, suas atividades eram de sapateiro, pedreiro, fabricante de móveis, etc. E sua utilização era realizada desde o preparo da matéria prima até o acabamento final.

Em alguns casos, o artesão tinha um ajudante, porém não recebia salário, além de ter que pagar uma “taxa” pelo uso das ferramentas, sem distinção de trabalho.

Ainda nos séculos XII e XIII, surgiram mudanças de corporações, especializações e legislações no sentido de proteger os trabalhadores. Também ocorria a ampliação do comércio, que logo era vista como concorrência de outras cidades ou países, necessitando de novas organizações.

Nos séculos XV e XVI, houve uma ampliação do comércio, havendo a necessidade de aumentar a produção de mercadorias, e com isso surgiu o fortalecimento dos mercados nas cidades e o uso da mão-de-obra assalariada. Com o aumento acelerado do comércio ocorreu a produção dispersa, que passaram a esta forma por meio de tarefas dos trabalhos assalariados, sendo para eles o acesso ao mercado. “Tanto para a obtenção das matérias-primas indispensáveis para a produção como para a comercialização de seus produtos” [...]

No século XVIII, ocorreu a legislação simultaneamente ao processo do trabalho assalariado, apresentando novas técnicas, adaptação do desenvolvimento do trabalho doméstico para a fábrica e no século XIX, segundo August Comte, com advento da tecnologia tentaria resolver os maiores problemas da humanidade.

No capítulo 4 - Relações de trabalho: Transição do trabalho escravo para trabalho livre: a mão-de-obra no contexto de consolidação do capitalismo na sociedade: brasileira e estadunidense. O livro didático com acesso digital, nas páginas 73 e 74, aborda os Europeus e as Etnias do Novo Mundo, a escravidão neste contexto foi marcante desde o século XVI, XIX e ainda é muito presente em pleno século XXI. O Brasil apresentava uma demanda muito grande, onde não conseguia dar conta da mão de obra escrava de forma marcante, ocorreram mudanças de transição de mão de obra escrava para mão de obra livre, buscando novos caminhos, novas alternativas para o desenvolvimento econômico. Ainda nessa época, a exploração era marcante contra os indígenas, perceberam que os mesmos não apresentavam condições físicas e psicológica para ampliação de trabalho escravo, quem detinha o poder sobre indígenas era também a Igreja Católica junto à Coroa portuguesa.

Trata-se também da escravidão em que ocorreram em vários lugares e de diferentes formas, segundo consta pelos dados históricos com relação a vida dos indígenas, eles eram os nativos, ou seja, eram os primeiros habitantes a fazer parte da história do Brasil. Porém, não foram poupados desta atrocidade. Segue o próximo conteúdo nessa mesma vertente, porém sobre a escravidão africana no Continente Americano.

De acordo com o contexto apresentado anterior nesse conteúdo específico sobre a Instituição da Escravidão no Continente Americano, bem como Portugal, outras nações como a Inglaterra também apresentaram problemas com a mão-de-obra indígena, política de extermínio e da fuga dos mesmos, desta maneira os colonizadores passaram utilizar a mão-de-obra europeia ou a africana.

Porém, o que prevaleceu na história em geral, nesta questão específica sobre a mão-de-obra escrava foram os africanos, visando negócios altamente lucrativos, eram utilizados como forma de tráfico de pessoas. No entanto, nos séculos XVI e XIX, de 10 a 12 milhões de africanos foram transferidos na condição de escravos para o Continente Americano, apresentando as dificuldades encontradas pelas Rotas de escravos negros e a forma que funcionava o comércio de “escravos novos”, além de divulgar como era a comercialização e a distribuição das pessoas para as diversas regiões da América, entre outros.

Conforme o contexto apresentado neste capítulo, busca trazer como o término da travessia marítima era realizada de maneira estarrecedora, exaustiva, (percorriam em alto mar, em média de 33 a 165 dias). Uma vez em terra firme, o escravo era exposto em armazéns como se fossem mercadorias, e então comercializados e distribuídos para as mais diversas regiões da América. Conforme os três textos apresentados na página 79, o primeiro remete no sobre a resistência da escravidão branca na Virgínia e na Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia, enaltecendo a escravidão negra da África. Trazendo muita resistência escravista, de maneira opressiva e exploratória. Porém, os escravos resistiram à desumanização que acontecia na vida dos negros na época. O texto relata também sobre todas as dificuldades vivenciadas pelos negros e negras no período de escravidão, e sobre a vida das mulheres trazidas da África para o Brasil, além da exploração de mão-de-obra escrava, sofriam exploração sexual pelos senhores no Brasil [...]. Na sequência será abordado o capítulo 5, cujo, o tema é: Relações de trabalho na sociedade contemporânea.

No capítulo 5 – Relações de trabalho: O trabalho na sociedade contemporâneo. O livro didático com acesso digital, nas páginas 90 a 98, remete sobre o capitalismo que se consolidou como sistematização e teve forte influência por meio da Revolução Industrial. Tendo início na Inglaterra, logo se expandiu e ativou a mesma perspectiva no século XIX para outros países da Europa no mesmo formato de superioridade. Ainda se concretizou o trabalho e a mercadoria, mas a forma de

trabalho mantinha-se com a mão-de-obra escrava e apenas com a força de trabalho. Diante disso, houve o desenvolvimento automobilístico, a escassez do desemprego no mundo, devido à falta de qualificação da mão-de-obra de trabalho. E no século XX, com fim da escravidão e a assinatura da Lei Áurea, além da transição da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado. Em virtude disso, o Brasil teve que reformular a política de desenvolvimento do processo de trabalho, surgiram então novas produções e a reinvenção na organização trabalhista e legislativa [...]. Na sequência será abordado o conteúdo da unidade temática II, a respeito da urbanização e industrialização.

Os conteúdos que são trabalhados no livro estão elencados em 06 unidades temáticas.

Na Unidade temática II: Urbanização e Industrialização, apresenta os seguintes capítulos, 6, 7, 8, 9, 10 e 11: Nas páginas 110-111, remete sobre os seguintes assuntos: a vida nas grandes cidades, na atualidade, desde a vida luxuosa até miserabilidade e o desenvolvimento da industrialização no século XVIII, que trazia as principais características da população do campo para a cidade e com isso novas perspectivas de mudanças de vida na zona rural para zona urbana. Então, a população passou a desenvolver outras atividades e com outros recursos, desde dos hábitos rudimentares até as transformações econômicas e tecnológicas. Assim, também ocorreu no Brasil características semelhantes, sobretudo nas cidades do Paraná, as inquietações surgiram desde o pequeno a médio porte, e os principais objetivos ocorreram nas atividades econômicas.

Capítulo 6- Relações culturais: As cidades na História. O livro didático com acesso digital neste conteúdo, na página 113 a 115, remete sobre as características próprias de cada cidade em determinadas sociedades. Como surgiram as cidades? E hoje, as semelhanças são iguais nas cidades contemporâneas?

De acordo com o contexto e as características das cidades mencionadas anteriormente, especificamente as neolíticas: no caso Çatalhöyük, surgiu aproximadamente de 10.000 a 7.000 a.C., hoje atualmente (Oriente Médio). A economia principal era agrícola e a construção das cidades era praticamente na beira dos rios.

Segundo os relatos e registros históricos desse livro didático com acesso digital de história do Estado do Paraná, no período Neolítico acreditavam que existia igualdade de gênero, tanto na vida material como na espiritual, também apresentava

o maior número de habitantes. Não apresentavam estruturas de pavimentações, ruas, as casas eram decoradas com esculturas e pinturas de touros e leopardos, etc. “Os moradores produziam ferramentas de pedra polida, domesticavam ovelhas e cultivavam cereais”.

O texto apresentado trazia um ritual tanto de mulher como de homem, quando morriam cortavam a cabeça, considerados pessoas em destaques, seguiam a tradição agrícola, bem como guardavam resto de comida, aproximadamente 5000 a.C., segundo consta diziam que trazia sorte com a fertilidade de terra para o plantio, apenas mencionados no livro didático com acesso digital.

Logo mais, foram ampliando o seu desenvolvimento econômico, com a caça, pesca e domesticação de animais, de forma que complementasse a renda pela agricultura. Também existia a comparação da sensibilidade da mulher para com a fertilidade da terra [...]

Aa páginas 115 a 118, tratam sobre o As cidades antigas: urbanismo na Grécia e Roma, discutindo o seguinte contexto, de modo geral a religiosidade, política, questões familiares, etc. Assim as cidades da Grécia designavam de polis, consideradas cidades-estados, existia autonomia política, religião definida e economia, a cidade de Atenas obteve o título de mais desenvolvida e importante, e posteriormente Esparta.

A Grécia, tendo vista que a mesma teve desenvolvimento urbano organizado, dinâmico, democrático e sistema político, visando na maior parte o desenvolvimento da população durante o século V a.C., chegando a ser a maior cidade grega. “Atenas tornou-se o maior centro intelectual e cultural do ocidente, apresentando uma equipe de escritores, artistas, cientistas”, etc.

Também a economia apresentava maior produtividade no comércio marítimo. Porém, apresentava um dos dados importantes sobre a economia com relação ao tema dessa pesquisa. “A maioria dos cidadãos urbanos eram ricos proprietários que desenvolviam suas atividades econômicas ligadas à agricultura, de onde obtinham seus rendimentos e também investiam em escravos. A base econômica dos não-cidadãos era o comércio, a fabricação de armas, cerâmicas, etc., ou empréstimo de dinheiro” [...]. No próximo capítulo 02, serão abordadas as Relações de trabalho na urbanização e industrialização no Brasil.

Capítulo 7- Relações de trabalho: Urbanização e industrialização no Brasil, de acordo com livro didático com acesso digital, a página 131 traz o assunto referido de

como se deu o funcionamento do processo de organização do espaço urbano e suas tarefas econômicas no sistema brasileiro.

Desta forma, suas atividades oriundas do período colonial nos séculos XVI a XIX, são as principais economias apresentadas no Brasil, a fabricação do açúcar em engenhos e a mineração de ouro, com técnicas pouco desenvolvidas em relação ao interesse de exportação dos seus produtos.

Trata-se de atividades econômicas no Brasil colonial, seu desenvolvimento com a sua importância, que tornou algumas cidades mais desenvolvidas nestas condições de trabalho, por meio do açúcar e o do algodão, que eram as principais produções agrícolas entre os séculos XVII e XIX, que serão analisadas nas seguintes páginas 134 a 137.

Diante desta análise, especificamente em algumas cidades mineiras, que desenvolviam atividades por meio de utilização de ouro, também tinham interesse em preservar as construções, patrimônio artísticos e culturais. Além ser um local de fácil acesso a atividade desenvolvida com a mineração trazia lucros, chamando atenção para outras cidades, como Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Mas as cidades mineiras apresentavam um problema por conta de serem cidades muito pequenas, trazendo desconforto com a população que residia de forma muito precária, deixando a qualidade de vida comprometida. Conforme apresenta o texto, a crise era de maneira traumática sobretudo para os escravos.

Como ocorria na vida dos negros, após o falecimento eram jogados com misturas de lixo, e as chuvas enchiam as ruas e os terrenos de barro, lama. Os corpos dos escravos se misturavam com os lixos. Devido a “precariedade dessas cidades, eles sofriam algumas epidemias, como: varíola, cólera, febre amarela; e em função disso, acontecia o alto índice de mortalidade. Nesta época o Brasil dependia da Coroa Portuguesa, e não tinha interesse de investimento em saneamento básico e de prestação de serviços urbano. Em virtude disso, as cidades mineiras inicialmente tinham estrutura de prédio, de construção e patrimônio histórico. Mas de acordo com o crescimento das cidades, foram perdendo a sua capacidade de estrutura física e financeira, dificultando a vida de pessoas menos privilegiadas, a vida dos negros escravos, sem liberdade de frequentar lugares de representatividade sociais. No próximo capítulo, será tratado sobre as Relações culturais: urbanização e industrialização no século XIX.

Capítulo 8 - Relações culturais: Urbanização e industrialização no século XIX. O livro didático com acesso digital, na página 151, trata do desenvolvimento das grandes cidades, no final do século XVIII e no início do século XIX, quais as expectativas elas teriam na época, em termos de crescimento de modo geral.

De acordo com a apresentação do tema, nas páginas 152 e 153, há a preocupação de expansão de habitantes nos XVII e XVIII na Europa, mas especificamente em Londres.

No início do século XIX, surge o desenvolvimento industrial com o acometimento da urbanização, embora ocorresse a desigualdade social. As cidades até o século XVIII, apresentavam estrutura política e administrativa, foram se desenvolvendo e ampliando aos poucos as atividades econômicas.

Nos séculos XVIII e XIX, nas cidades industriais da Europa Ocidental apresentaram diversos problemas nas construções de modo geral, obras, indústrias, aumento populacional. Devido a esses problemas trouxeram consequências a alguns locais de determinadas cidades, ocasionaram assim a falta de estrutura e organização no ambiente, problemas habitacionais, políticos. Na sequência abordará sobre o assunto de Relações culturais: Urbanização e industrialização na sociedade contemporânea, no capítulo 9, na página 167, da mesma unidade.

Capítulo 9 - Relações culturais: Urbanização e industrialização na sociedade contemporânea. O livro didático com acesso digital, na página 167, remete sobre a problemática da urbanização e industrialização na sociedade contemporânea, trazendo assim tantos benefícios como problemas sobretudo sociais, econômicos e ambientais, ocorrendo algumas dificuldades desta produção. Tendo em vista, que o contexto histórico traz algumas semelhanças com conteúdo anterior, nesse momento representa a História do Brasil e o anterior na Europa.

Neste capítulo será abordado o seguinte o contexto histórico, tendo em vista a análise traz sobre o tema, a mundialização real do século XVIII até o século XXI, configurando assim o desenvolvimento da Revolução Industrial e que houve um crescimento muito rápido, comparado com as transformações das novas técnicas utilizadas no século XXI. A Revolução Técnica-científica, também obteve um aumento considerado, principalmente com o avanço da tecnologia, da informática, dos transgênicos, da reestruturação do sistema capitalista e a vida na sociedade na maioria das vezes modificada pelos costumes, pelos hábitos, pela comunicação diante da modernização de todo o sistema, advindo de todas mudanças de sistematização

atual de acordo com as necessidades da humanidade contemporânea. Além dos problemas sociais do século XXI, que são relacionados aos séculos XIX e XX. Na sequência será analisado o conteúdo Relações de Poder: Urbanização e industrialização no Paraná, na página 180, trata-se do conteúdo a respeito do funcionamento da Urbanização e a industrialização sobre a ocupação do Estado do Paraná.

Capítulo 10 - Relações de poder: Urbanização e industrialização no Paraná. O livro didático com acesso digital, das páginas 182 a 188, trata sobre as questões referentes as primeiras cidades do Estado do Paraná, segundo os registros deste conteúdo, a fundação foi dada pelos os Espanhóis, e deu início na cidade de Guaíra e Villa Rica em 1557, que era administrada pelos padres e jesuítas.

De acordo com o contexto histórico apresentado, há conexões entre alguns países da Espanha e da América relacionados com o tratado de Tordesilhas, sobre a responsabilidade de Portugal. Devido ao poder em que a Espanha segurava sobre o Estado do Paraná, os indígenas e então Portugal, também tinha interesse em dominar as riquezas do Paraná.

Os portugueses iniciaram a colonização do Paraná, abrangendo o litoral, a cidade de Curitiba, e aos poucos as cidades foram aglomerando as comunidades, que se organizaram no processo de crescimento em políticas administrativas e econômicas. Além disso, as culturas foram se adaptando, assim surgindo novas cidades e necessidades, desta forma, tinham objetivos de expandir suas exportações econômicas. E nesta mesma vertente de escoamento e exportação de produtos será abordado no próximo capítulo, o funcionamento deste crescimento econômico no Estado do Paraná.

Capítulo 11 - Relações de trabalho: O Porto de Paranaguá no contexto da expansão do capitalismo. A página 200 do livro didático com acesso digital, segundo Auguste Saint Hilaire, por meio de visita à cidade de Paranaguá, observa a constituição e o desenvolvimento do litoral.

As páginas 202 a 212, traz o assunto diante desta análise e mostra as seguintes discussões relevantes ao assunto anterior, que trata sobre a economia paranaense, com objeto de melhoramentos da circulação de transporte dessas mercadorias, nos séculos XVIII e XIX. Desta forma, surge então a construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. Trazendo muitas dificuldades no transporte, devido às péssimas condições das estradas, precariedades no meio de transportes,

ocasionando muitos prejuízos na economia paranaense. Principalmente com a existência do Porto de Paranaguá, que na época era um centro de oportunidades de exportação de mercadorias, havia a necessidade de crescimento tanto do comércio como da indústria.

Por meio desse seguimento, surge a construção da estrada de ferro de Curitiba até o litoral do Paraná. No ano de 1873 foi calçada a estrada da Graciosa, e em 1887, foi inaugurada a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, com 111 Km. Com esse desfecho, as exportações no Porto de Paranaguá tornaram-se mais rápidas, dinâmicas e aumentaram o crescimento da economia paranaense. Com esta mudança de transformação, a economia tornou-se integrada à economia internacional.

A construção da ferrovia contou com o trabalho de aproximadamente nove mil homens, sendo que boa parte desses homens morreram devido a situação precária e a falta de segurança. E nesta mesma perspectiva apresentada por meio da figura da imagem correspondente, foram responsáveis por essa obra Os Irmãos Engenheiros Rebouças, constam na página 212, neste livro didático com acesso digital. Na sequência será apresentado na Unidade III, o assunto Relações de Poder: O estado nos mundos antigo e medieval, na página 217, “O Estado surgiu segundo interesse de uma ou de grupo, de acordo com a necessidade daquele momento, daquele local”, por exemplo, o mito das cavernas o que reportava, pouca expectativa de desenvolvimento do local, na época, comparado a população de hoje, torna-se inacessível de conviver sem estruturas tecnológicas, o básico, como energia elétrica, sem o saneamento básico, entre outros.

Na Unidade temática III: O Estado e as relações de Poder. Os conteúdos que são trabalhados no livro estão elencados em 04 unidades temáticas.

Capítulo 12- Relações de poder: O Estado nos mundos antigo e medieval. O livro didático com acesso digital, na página 217, sobre o surgimento das cidades antigas e medieval.

Nas páginas 218, sobre o conceito de Estado, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), “é um país soberano com estrutura própria e politicamente organizado”. Além de soberania, cada Estado possui sua Legislação, cultura, economia, cidadania, religião e etc. Visto que, comparado ao mundo antigo, medieval e aos dias atuais, aconteceram mudanças significativas realizadas na sociedade, desde uma simples vestimenta, equipamentos rudimentares até algo mais

sofisticado, como as tecnologias mais avançadas. Mas o que prevalecia em destaque na época era o poder, o poder sobre o outro, o controle da arte, da política, da democracia, das conquistas, das organizações sociais, da ordem e do progresso, assim se constituía o mundo, os estados. Diante desta análise será apreciado no próximo capítulo na mesma perspectiva de Relações de poder: O Estado e as relações de poder na formação dos estados nacionais, na página 235.

Capítulo 13- Relações de poder: O Estado e as relações de poder: formação dos Estados nacionais. O livro didático com acesso digital, remete o conteúdo, da página 235, a definição de governo dos países, o Brasil, e mais alguns são a República presidencialista, enquanto outros são representados pela Monarquia.

A página 236, aborda a formação do Estado moderno, como ocorreu a origem dos poderes sobre o comando dos reis. Na Europa Ocidental, durante a Idade Média, o poder estava dividido entre o rei e a igreja. Diante desses fatos apresentados, ocorreram situações problemáticas no processo histórico, como insegurança, aumento de atribuições políticas, tentativa de diminuição do poder da nobreza, entre outros.

Além disso, aponta assuntos sobre o Estado Absolutista ao Estado-Nação em meados do século XVIII, a burguesia efetivou o domínio do poder econômico com a Revolução Industrial. Em 1789 na França, após o fim da Monarquia Absolutista, surgiu um novo modelo de Estado, como a política por meio do direito do voto.

O surgimento dos Estados-nação, se deu na Europa Ocidental, entre o final do século XVIII e século XIX, e alguns acontecimentos ocorriam por meio de reuniões de diferentes nações e várias etnias, também ocorreram diversos conflitos e interesses diferentes, um dos fatores importantes era a Revolução Francesa, com base nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Por meio desses princípios, o Brasil adotou como base na Constituição brasileira.

Durante o processo de projeto político, ocorreram diversos problemas entre os países a França e a Espanha, na questão de nacionalidade, da burguesia, estruturação, grupos dominantes. Também aconteceram alguns acontecimentos de relevância neste contexto histórico como a nova divisão provincial e o invento dos mitos, por diversos interesses e pelas classes dominantes que a gerou a Guerra dos Cem Anos, de 1337-1453), entre a França que lutou contra a Inglaterra. Desta forma, trazendo assim alguns benefícios e consequências para a sociedade, que se destacaram: Ensaio sobre o entendimento humano e o Segundo tratado sobre o

governo civil, O espírito das leis, Do contrato social, a defesa do parlamentarismo, a constituição da Inglaterra, a democracia. E na sequência a construção da ideia da nação brasileira, tendo em vista que o Brasil é constituído por diferentes etnias, os primeiros nativos foram os indígenas, os europeus e os africanos, ou seja, é um país de miscigenação. Conforme figura 27, na página 246 e 247, texto retirado do livro didático com acesso digital, da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, que remete sobre o assunto mencionado no início deste conteúdo e trata da Independência do Estado brasileiro.

Capítulo 14- Relações de poder: Relações de poder e violência no Estado. O livro didático com acesso digital, na página 253, trata sobre o assunto Declaração de Direitos do homem e do cidadão, baseado na Revolução francesa de 1789, que resultam nos de Direitos de bem comum para todos.

Trazendo assim, um dos princípios e artigos mais importantes para a sociedade brasileira, que são os artigos 3º, 5º e 9º da Declaração dos Direitos do homem, proclamada pela Organização das Nações Unidas, em 1948 e da Declaração de Direitos do homem e do cidadão, artigo 12º, todos esses Direitos mencionados são básicos e sociais na vida do Homem e na sociedade brasileira, remete aos Direitos de impessoalidade e imparcialidade, ou seja, não podendo ser de Direitos reservados. O poder tornou a ser responsabilidade do Estado, a partir do século XV, tendo a prerrogativa do monopólio da violência legítima, autoridade e o controle, etc.

O controle da “escravidão” passou a ser legal e legítimo pelo Estado, com características diferentes. Como por exemplo, a força de trabalho passou a ser vendida em troca de recebimentos de salários do patrão e do Estado. No próximo capítulo, na página 275, serão analisadas as novas formas que o Estado adquiriu e sua crise.

Capítulo 15 - Relações de poder: O Estado imperialista e sua crise. O livro didático com acesso digital, na página 275, trata-se sobre o assunto, e nas páginas 276 e 277, serão analisadas as novas formas de Estado a partir do século XIX. As mudanças na questão da formação de Impérios e colônias no século XIX, traz transformações em todos os setores envolvidos na produção de motor e combustão, transporte, energia elétrica.

Porém, estas mudanças de desenvolvimento mencionadas no parágrafo anterior, trouxe consequências de impacto direto e indireto na industrialização e na economia dos respectivos continentes, Ásia, África, Oceania e América Latina. A

população também cresceu muito rapidamente, e desta forma houve as ocupações nos continentes africano e asiático. Conforme o conteúdo analisado na unidade IV, na página 297, que trata das Relações Culturais.

Na Unidade temática IV: Movimentos sociais, políticos e culturais – Relações de dominação e resistência. Os conteúdos que são trabalhados no livro estão elencados em 05 unidades temáticas.

Capítulo 16- Relações culturais: Relações de dominação e resistência nas sociedades grega e romana na antiguidade: mulheres, plebeus e escravos. A página 297 do livro didático com acesso digital, remete como foi a luta dos escravos na antiga Roma, a vida dos plebeus romanos, das mulheres na sociedade greco-romana e as formas de resistências sociais. E de forma específica, a página 309 trata sobre o assunto no qual os escravos estavam presentes em praticamente todas as profissões, tais como no trabalho doméstico, agrícola, comercial, artesanal, educacional, nas minas e para o Estado (como funcionários, soldados e gladiadores). Em virtude destas condições de vida impostas na sociedade romana de tratamento desigual, a população se sentia desanimada, com vontade de retornar as suas cidades de origem ou que todos tivessem as mesmas oportunidades de direitos de igualdade. Trazendo desta forma, desentendimento de um amplo conflito social para a sociedade de várias etnias, entre eles os escravos. No próximo capítulo, será tratado sobre as Relações culturais: relações de dominação e resistência na sociedade ocidental moderna.

Capítulo 17- Relações culturais: Relações de dominação e resistência na sociedade ocidental moderna. O livro didático com acesso digital, página 315, trata do capítulo que apresenta sobre a relação da dominação e resistência na história de toda a humanidade, trazendo o seguinte contexto, que de toda a ação há uma reação, ou seja, na história de vida da humanidade em geral, sempre existiram lutas, conquistas e vitórias, para alcançar quaisquer que sejam os objetivos. E em razão disso, aconteceu o preconceito de forma geral, como por exemplo, desde apresentação de problemas de saúde, apresentados de forma mais expressiva, como uma determinada deficiência física ou mental. Mas este capítulo específico trata da hanseníase, como também a falta de posição social e financeira que ocorria na Idade Média, Sociedades Medievais, segundo o contexto, o preconceito evidenciou o que sempre existiu, em todos os tempos e de várias formas, seja por doenças, pobreza, classe social, etc.

E de acordo com o contexto apresentado no parágrafo anterior, demonstrou que o preconceito sempre existiu em diversos lugares do mundo, e que ainda

acontece, algo inerente ao ser humano, como a formação do pensamento preconceituoso e estereotipado, constitui uma relação vertical de superioridade-inferioridade que se imagina em determinado momento, “o branco” que se julga superior ao “negro”, “o rico” melhor que o “pobre” e assim sucessivamente. O próximo capítulo trata-se sobre as Relações culturais: relações e resistência ocidental moderna, na página 330.

Capítulo 18- Relações de poder: Relações de dominação e resistência no mundo do trabalho nos séculos XVIII e XIX. O capítulo das páginas 330 a 351 do livro didático com acesso digital, o trata das transformações do mundo moderno, as manifestações e as participações das pessoas que ocorreram desde o século XVI a XVIII, neste momento aconteceram diversas mudanças no desenvolvimento no mundo ocidental, como transformações importantes que “levaram ao conceito da modernidade a se projetar por toda a história contemporânea”.

Trazendo para esta projeção de futuro, bem como o desenvolvimento econômico, a intervenção do Estado, a Reforma Protestante e o fim do monopólio religioso da Igreja Católica, trazendo também a Revolução gloriosa e o triunfo da burguesia sob o absolutismo. Diante disso, remete a primeira revolução burguesa da civilização da burguesia. E por fim, um pequeno relato sobre o Iluminismo diante da Enciclopédia.

Diante disso, também são apontados nas páginas 343 a 346, assuntos sobre o Iluminismo na filosofia, entre os séculos XVI até o século XVIII, o estudo remete a questão da razão, do direito e sobre o contrato social. Trata-se também da cultura, da sociedade de forma diferenciada, desigual e em especial, quem era considerado privilegiado, poderia utilizar a Enciclopédia, e o uso era exclusivo para quem era considerado com a melhor capacidade intelectual, o uso do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, poderia ser pesquisado por pessoas que tinham interesse em adquirir conhecimento e com objetivo principal em fiscalizar o Estado ou governo, como era administrado por meio desse Dicionário apresentado.

O próximo conteúdo Relações de poder, da página 354, traz o assunto referido as mudanças ocorridas de forma legítima pelos interesses de ação e pelo direito para que ser efetivado na vida dos cidadãos, em busca de liberdade e igualdade nos séculos XVIII e XIX.

Capítulo 19 - Relações de poder: Relações de dominação e resistência no mundo do trabalho nos séculos XVII e XIX. O capítulo que consta nas páginas 355 a

371 do livro didático com acesso digital, trata das batalhas pela liberdade e pela igualdade de direitos, nos séculos XVIII e XIX. Desta forma, são apresentados por três princípios básicos que fizeram significativamente a mudança, um é a Revolução Francesa em 1789, outra a Revolução Norte-Americana, ocorrida em 1776 e a Revolução Industrial na Europa Ocidental, que teve início no século XVIII. Foi o início da ideia de transformações pela luta da construção da cidadania, direitos civis, lealdade, justiça e por meio de conscientização de homens e mulheres na busca de melhores condições de vida na sociedade e no bem comum.

De acordo com o capítulo apresentado anteriormente, observa-se que se todos os direitos de igualdade fossem realmente efetivados, seria necessária também a participação e manifestações da união e força femininas, contra a dominação e a resistência no mundo do trabalho nos séculos XVIII e XIX. Salientando que se essas conquistas, lutas e batalhas na sociedade pudessem ocorrer, de fato seria necessário que pequenos grupos de conscientização contribuíssem para que essas mudanças ocorressem. Mesmo com todas as magnificências de Direitos existentes, como os Direitos do trabalho, e os Direitos Humanos, temos em evidência a desigualdade econômica, social, a discriminação racial, o preconceito, a violência contra a mulher, contra as políticas públicas, entre outros. Então, se faz necessário ir em busca de lutas e conquistas constantes em prol de transformação de Direitos civis e cidadania. Principalmente, porque o mundo passou por muitas transformações de guerra civil, de pobreza de alguns e riquezas de outros, de miséria, de diversidade de religiões, políticas, de mídia, de desemprego, de exploração de trabalho, e isso ocorre até os dias de hoje. Na sequência, serão abordadas as Relações culturais: Movimentos sociais, políticos e culturais na sociedade contemporânea: é proibido proibir? Trata-se de diversas “formas de resistência que surgiram contra os governos autoritários a partir de 1950”.

Capítulo 20 – Relações culturais: Movimentos sociais, políticos e culturais na sociedade contemporânea: é proibido proibir? O livro didático com acesso digital, explora nas páginas 377 a 392, as formas e as transformações de resistência que foram surgindo contra os governos autoritários, a sistematização de capitalismo e a globalização. Tendo em vista, que essas mudanças foram acontecendo de maneira muito rápida, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, no mundo todo, especialmente com a intervenção do Estado e da economia. Mas o acontecimento marcante da história deu-se com a crise de 1929, acentuado após a Segunda Guerra

Mundial de 1945, trazendo assim novos planejamentos, regulamentação de salários e o desenvolvimento econômico de toda a nação, e o Estado tenta trazer para a sociedade o Estado mínimo com a sensação do Bem-Estar.

Na década de 1960 e 1970 algumas reivindicações, umas de organizações outras não bem resolvidas, grupos que realizavam movimentos impondo a resistência à dominação capitalista e a estrutura em que a sociedade estava naquele modelo de insatisfação inseridos na sociedade os camponeses, os negros, os jovens e as mulheres. Sendo estes vistos como inferioridade aos demais estereotipados, incapazes e com seus direitos reduzidos.

Já na década de 1990, aconteceram outros desenvolvimentos de crescimento no processo de globalização, a discussão sobre a exclusão social, o desemprego e as políticas eminentes. Surgem então alguns movimentos, como os do sem-terra no Brasil, o movimento feminista, a revolução do jovem e a contestação do jovem pela música, como músicas por meio de protesto, movimento hippie, o rap e o movimento hip hop.

Diante desta realidade de desenvolvimento por meio de música, surge o movimento negro e a luta por direitos civis, na década de 1950, com a iniciativa de Martin Luther King, em prol de busca de igualdade e liberdade para a população afrodescendentes nos Estados Unidos. A partir desse movimento, foram desencadeados outros movimentos de luta e de militâncias para todo o país e o mundo contra a discriminação racial, social e contra o preconceito de forma pacífica. O movimento intensificou-se na década de 1970, com a motivação dos Estados Unidos, estendeu para as lutas da libertação dos direitos e as ocorrências internas na África.

Surgindo símbolos de movimentos de negros e organizações, bem como o (MNUCDR) - Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, apresentando várias discussões a respeito, a valorização do negro, o respeito, a sua cultura e a sua origem africana no Brasil, conquistando e denunciando ações de caráter racista no país. Além de algumas ações afirmativas e políticas públicas que acontecem por conta destes atos, tais como: a política de cotas em concursos públicos e universidades públicas. Como reparação de danos ocorridos nestes anos todos de escravidão, de exploração de trabalho, por questões racistas, por todo tipo de violência sofrida por esta classe considerada minoritária na sociedade. Lembrando que a escravidão ocorreu em todo lugar do mundo e com várias etnias, porém a escravidão dos negros ainda ficou em evidência e muito marcada em relação as outras

etnias. Visto que a historiografia demonstrada nesse livro didático com acesso digital em História do Paraná, em especial o qual foi utilizado para realizar a pesquisa, explora poucas imagens, exercícios e textos, que trazem da figura dos negros pouco significado de valorização, de ascensão social, de respeito, entre outros.

3- Verificar no Livro Didático com acesso Digital a temática referente a negros na forma de texto, ilustração ou exercício.

No livro de história do ensino Médio da Secretaria da educação do estado do Paraná, do ano de 2006, diante da investigação da pesquisadora, foram detectadas 164 informações, que tratam da questão sobre negros, entre 96 textos, 34 ilustrações e 34 exercícios. Porém, neste contexto optamos para analisar 12 conteúdos no total, 6 contribuições e 6 implicações. A localização dessas informações aconteceu com a leitura detalhada da pesquisadora de cada unidade temática do livro, seus respectivos capítulos, com anotação específica para cada conteúdo.

4- Na parte da pesquisa descritiva, optou-se em analisar 12 conteúdos do livro didático com acesso digital de História, para ajudar a identificar as contribuições e implicações que o conteúdo do livro apresenta. Os doze conteúdos que foram extraídos do livro e selecionados pela pesquisadora são:

Na unidade temática I: Trabalho Escravo e trabalho livre, no capítulo 2, relações de trabalho: o mundo do trabalho em diferentes sociedades, a página 45 apresenta um texto que trata da filosofia e escravidão, especificamente da questão da escravidão na Grécia nos séculos V e VI a.c., conforme figura 6.

Figura 6 – Texto sobre Filosofia e Escravidão retirado do livro

■ Filosofia e escravidão

Por volta dos séculos VI e V a.C., a filosofia teve início na Grécia. Esta dimensão do conhecimento humano possui grande importância para a sociedade contemporânea, pois tem contribuído na discussão de temas relacionados à política, à ética, à moral, à liberdade e outros. O conhecimento da filosofia só foi possível para os cidadãos gregos porque possuíam tempo reservado para dedicarem-se a reflexão, a cidadania e ao governo. Enquanto os escravos realizavam atividades não reflexivas, de transformação da natureza, consideradas inferiores pela sociedade grega. Portanto, a diferença social entre os homens era considerada “natural”, não havia, para os gregos, contradição entre a divisão do trabalho manual e intelectual, sendo assim, o comando de uma parte e a obediência de outra.

Na época de Aristóteles (século IV a.C.), discutia-se que havia homens feitos para liberdade e outros para a escravidão, isto significava que, todo aquele que não tinha nada de melhor para oferecer do que o uso de seu corpo e a força física, estavam condenados à escravidão por natureza.

Fonte: História: ensino Médio/vários autores - Curitiba: SEED-PR, 2006.

Diante da figura 6, do texto retirado do livro com acesso digital, pode-se identificar que a escravidão é um fato que ocorre no mundo há muito tempo, não sendo um fato isolado na história do Brasil. A escravidão ocorreu no Brasil desde o período colonial até pouco antes do final do Império e foi marcada pela exploração da mão de obra de negros trazidos da África, transformados em escravos no Brasil pelos europeus colonizadores do país. É muito importante que o professor de história reforce a questão que a escravidão é um fato que vem ocorrendo a.c. e que até hoje ocorre de outras formas, como o trabalho escravo das crianças e adultos na agricultura e indústria, conforme Sakamoto (2006):

As primeiras denúncias de formas contemporâneas de escravidão no Brasil foram feitas em 1971 por dom Pedro Casaldáliga, bispo católico e grande defensor dos direitos humanos na Amazônia. Sete anos depois, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciou fazendas, ligadas a multinacionais, no sul do Pará que cometiam esse crime. O depoimento dos peões que conseguiram fugir a pé da propriedade deu visibilidade internacional ao problema. Desde 1985, denúncias de escravidão passaram a ser encaminhadas à Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Ao professor de história do ensino médio, o esclarecimento sobre a escravidão e a forma como ela aconteceu desde os séculos V e VI até os dias de hoje,

permite que o docente possa refletir com seus alunos sobre a questão da escravidão diante de uma linha tempo histórica. Esse conteúdo do livro, apresenta significativa contribuição ao aprendizado dos alunos do ensino médio, pois reforça que a escravidão é um fato que acontece já há muito tempo em diferentes tempos históricos e que ainda está presente em nossa sociedade, não sendo um fato isolado da história do Brasil.

Na unidade temática I: Trabalho Escravo e Trabalho livre, do capítulo 4, aborda sobre as Relações de trabalho, Transição do trabalho escravo para trabalho livre: a mão-de-obra no contexto de consolidação do capitalismo na sociedade brasileira e estadunidense, na página 85, conforme a Figura 7, que apresenta em forma de texto as legislações que trataram da escravidão no Brasil em 1850. Entre elas explora a Lei do Ventre livre, Lei sexagenários e Lei Áurea, destacando que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão.

Figura 7 – Texto sobre escravidão no Brasil retirado do livro: A Abolição da escravidão nos Estados Unidos da América e no Brasil

Em 1850, o Brasil, por pressão da Inglaterra, aprovou uma Lei que determinava o fim do tráfico de escravos. A diminuição da entrada de escravos no país fez com que o tráfico interprovincial aumentasse, bem como o preço dos escravos. Apesar da luta dos abolicionistas, a extinção da escravidão ocorreu lentamente, atendendo às pressões políticas dos conservadores. A Lei do Ventre Livre determinava que os filhos das escravas nascidos a partir da data da aprovação da lei, 28 de setembro de 1871, seriam livres. A Lei dos sexagenários, aprovada em 1884, determinava que os escravos com mais de 65 anos seriam libertados. Na década de 1880, tomou forma um movimento de luta contra a escravidão. O movimento abolicionista expressou suas idéias em jornais, comícios e organizou fundos para a emancipação dos escravos. Intelectuais, que participavam desse movimento, defendiam o fim da escravidão. O processo da abolição da escravidão chegou ao fim oficialmente com a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

Fonte: História: ensino Médio/vários autores – Curitiba: SEED-PR, 2006.

Conforme a texto da figura 7, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão. O país sofreu pressão de vários países da Europa para abolir a escravidão e só em 1888 chegou ao fim. Vale ressaltar que essa escravidão chegou ao fim diante das condições em que os negros serviam aos seus patrões, eram comprados e tidos como posse, considerados mercadorias. O conteúdo tratado neste capítulo permite que

professor de história estabeleça uma relação entre o tempo e a condição de escravidão no Brasil e no mundo, após a libertação dos escravos até os dias atuais do século XXI. Este conteúdo permite que o docente possa estabelecer uma discussão sobre a resistência e a dominação sobre a exploração da mão-de-obra escrava no Brasil e quais as contribuições a respeito, tais como a evolução da miscigenação, o fim da abolição e da escravidão no Brasil.

Em virtude da figura 7, do texto retirado do livro didático com acesso digital, podemos analisar que a escravidão não tornou-se um fato isolado, tendo em vista que traz consigo algumas estratégias no seu processo de desenvolvimento, como a integralidade entre os países Brasil e Inglaterra, desta forma surgiu a substituição da força tarefa da mão-de-obra escrava pelas máquinas, e assim lentamente foi decretada a abolição da escravatura, por meio de imposição da Inglaterra, o Brasil acatou-se a ordem do fim da escravidão. Conforme Lopes (2007).

A partir de 1850, diversos procedimentos de mudanças ocorreram, além da neutralização das rebeliões armadas, do enfraquecimento da Guerra do Paraguai, que fortaleceu o movimento de fuga em massa e rebeldia dos escravos, algo que se tornou incontrolável. E em virtude disso nasceu a Lei do Ventre Livre, a primeira conquista de todas as lutas de vitória. Pois é de suma importância que o professor de história apresente este conteúdo para os alunos como aquisição de conhecimento. Conforme Joaquim Nabuco e Rui Barbosa (2008).

Na unidade temática I: o Mundo do trabalho no Brasil: início do século XX, do capítulo 5, Relações de trabalho: O trabalho na sociedade contemporânea, da página 99, apresenta as contribuições retiradas do livro didático com acesso digital, será abordado o conteúdo sobre a economia do Brasil, que nesta época era essencialmente a mão-de-obra livre, porém com a economia limitada.

Conforme o quadro 5, apresentada na sequência das contribuições retiradas do livro didático com acesso digital, será abordado o conteúdo de extrema relevância sobre os acontecimentos da Lei Áurea.

Quadro 4 – Mundo do trabalho no Brasil: início do século XX retirado do livro

Você se lembra que, na primeira fase da República brasileira (1889- 1930), a elite cafeeira liderava o mercado no país e controlava o governo? O Brasil tinha uma economia basicamente agrária com emprego de mão-de-obra livre por assalariamento ou arrendamento, e um setor industrial começando a se desenvolver. Havia, desde 1888 (época da assinatura da Lei Áurea, que abolia a escravidão), por parte das elites brasileiras, a preocupação em disseminar o valor do trabalho como fonte de riqueza, ordem e progresso social, contra a vadiagem e a desocupação – as quais eram interpretadas pelas elites como atitudes comuns nas grandes cidades devido à herança dos tempos da escravidão. Os parlamentares brasileiros, do final do século XIX, tentavam imprimir na sociedade a ideia do trabalho como pagamento da dívida do cidadão para com a sociedade que lhe garante a honra, a segurança, os direitos individuais; trabalho como reconstrução moral da sociedade que já fora escravista.

Fonte: História: ensino Médio/vários autores - Curitiba: SEED-PR, 2006.

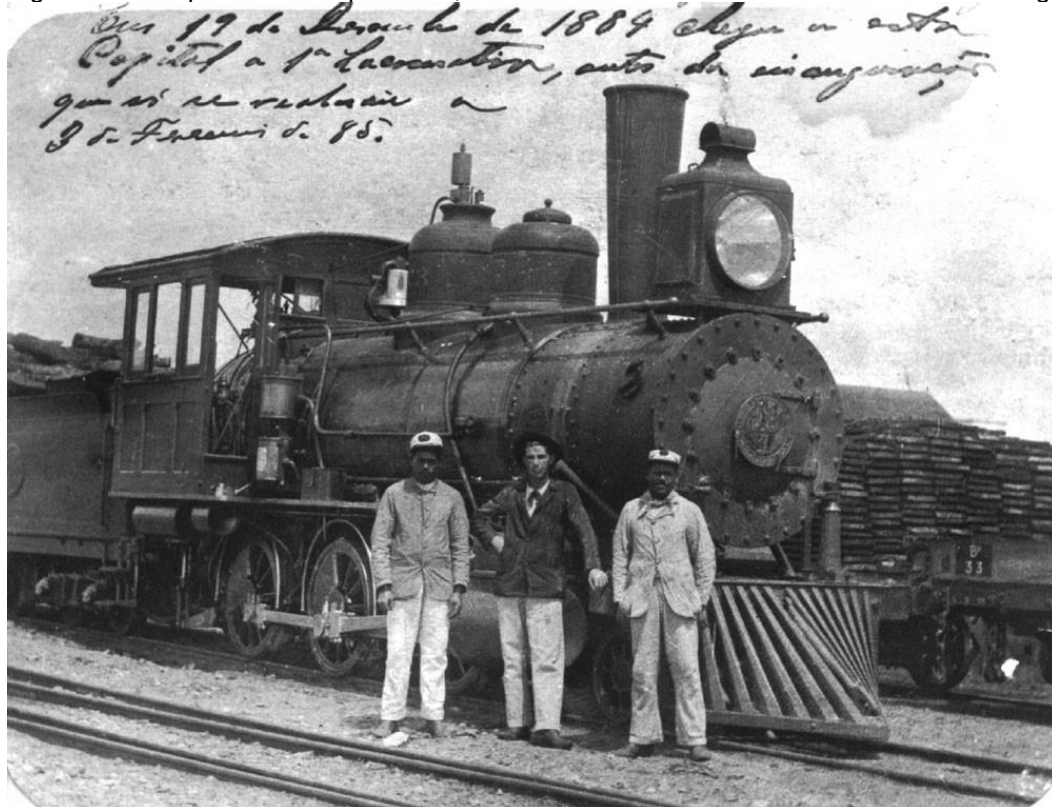
Conforme o quadro 5, trata sobre a importância da temática do conteúdo a respeito da Lei Áurea, abolição da escravidão, amenizando o sofrimento e a dor dos escravos, que não possuíam direitos, nem mesmo da sua própria vida, direitos básicos, buscando assim a sua liberdade, igualdade, a sua identidade, e o seu pertencimento. Tendo em vista que o professor possa desenvolver esse conteúdo num contexto de maior amplitude e menos complexidade, para o aluno compreender o processo de escravidão no Brasil, não só por um único viés, ou seja, a história na maioria das vezes é representada de forma fragmentada, dificultando o entendimento do significado da História da escravidão. De acordo com o Lopes (2008).

Iniciou-se no ano de 1888, o escravismo brasileiro, que enfrentava um colapso irreversível, que se materializou em 13 de maio, com a declaração da escravidão sem tornada possível pela ação combinada dos escravos revoltados e das organizações abolicionistas. Dessa forma aconteceu a solução com a chamada Lei Áurea, nome pelo qual passou à posteridade a Lei nº 3.353 de 13 maio de 1888, a qual, com apenas um artigo, declarou extinta a escravidão no Brasil.

O professor tem uma base para que possa desenvolver esse conteúdo num contexto de maior amplitude e menos complexidade, para que o aluno possa compreender o processo de escravidão no Brasil, não só por um único viés, ou seja, a história na maioria das vezes é representada de forma fragmentada, dificultando o entendimento do significado da História da escravidão. Na sequência será apresentada a economia no Paraná.

Na temática da unidade II: A expansão do capitalismo, do capítulo 11, Relações de trabalho: O Porto de Paranaguá é apresentado no contexto da expansão do capitalismo, nas páginas 210 a 212, remete sobre a economia, o capitalismo no século XIX, e o transportes pela estrada de ferro de Curitiba a Paranaguá.

Figura 8 – A expansão do capitalismo, conteúdo retirado tanto do livro didático como digital.



Fonte: História: ensino Médio/vários autores - Curitiba: SEED-PR, 2006.

A importância das imagens dos Rebouças, no livro didático com acesso digital, porém, não constam quem são eles, e o que eles fizeram como contribuição na sociedade brasileira, ou seja, a história neste caso específico se tornou oculta, perdendo a oportunidade de ser contada de forma explícita no livro didático com acesso digital para o aluno do ensino médio. Conforme Lopes (2008).

Um dos irmãos Rebouças, foi professor da escola Politécnica, funda um centro abolicionista entre os alunos. Também jornalista, escreve inúmeros artigos contra a escravidão. Estudioso da questão fundiária, produz vários trabalhos sobre fundamentos da estrutura agrária do país no pós-abolição, elaborando um projeto de lei que visava o assentamento de ex-escravos em terras do Império, bem como a introdução de iniciativas educacionais para sua inserção na sociedade.

Os Rebouças além de terem sido os autores da obra de Engenharia da estrada de ferro de Curitiba a Paranaguá, desenvolveram uma série de projetos não só para o Paraná, mas também para o Brasil e para outros países. Contribuições essas de suma importância para o desenvolvimento econômico e social. Desta forma, ampliaram além de suas atividades profissionais, assim como a luta para abolição da escravatura, fez parte do saneamento básico, abastecimento da água da cidade de

Curitiba-Paraná, mais precisamente hoje na Praça Zacarias e na Praça Rui Barbosa, no ano de 1871, segundo consta no Jornal Dezenove de Dezembro. Mas, estas informações não constam no livro digital, porém é necessário demonstrá-las na íntegra para os alunos do ensino médio da educação pública do Estado do Paraná (O JORNAL DA GAZETA DO POVO, TRINDADE, 2010).

Quadro 5 – A expansão do capitalismo, conteúdo retirado do livro didático com acesso digital

A economia paranaense, neste contexto, também estaria integrada à economia internacional. Pode-se perceber que havia uma relação entre o desenvolvimento do comércio no Paraná, e conseqüentemente de Paranaguá como entreposto comercial com a expansão capitalista no século XIX. Assim como a construção da estrada de ferro Curitiba/Paranaguá estava associada aos interesses do capitalismo estrangeiro no país, o que repercutiu na vida econômica de Paranaguá e de seu porto. Observa-se no mapa 1 a estrada de ferro Curitiba/Paranaguá que iniciou suas obras em 1880 e foi concluída em 1885. O objetivo da construção desta ferrovia era ligar o litoral ao primeiro planalto, facilitando assim o escoamento da produção paranaense e a importação de mercadorias industrializadas, contribuindo para o desenvolvimento econômico do estado. A construção da ferrovia contou com o trabalho de aproximadamente nove mil homens, sendo que grande parte destes homens morreram devido a situação precária de segurança.

Fonte: História: ensino Médio/vários autores - Curitiba: SEED-PR, 2006.

Este conteúdo apresentado no parágrafo anterior, tem um grande valor de conhecimento. Porém, deveria ter sido contemplada de forma integral, com a verdadeira história da construção da estrada de ferro de Curitiba para Paranaguá, que tinha o objetivo de transportar alimentos, e o desenvolvimento da economia do Estado do Paraná. Assim também constaria a obra de Engenharia dos Irmãos Engenheiro Rebouças, seria conhecida pelos alunos do ensino médio da escola pública e a maioria da sociedade brasileira, é necessário tê-la como fonte de conhecimento por meio desta história. E na sequência será tratado o assunto sobre as Relações culturais: movimentos sociais, políticos e culturais na sociedade contemporânea: é proibido proibir?

Na temática da unidade IV: Movimentos sociais, políticos e culturais – Relações de dominação e resistência, do capítulo 20, página 390.

Diante disso, o contexto sobre o movimento negro e a luta por direitos civis, ocorrido na década de 1950, liderado por Martin Luther King, inspirado por Gandhi, buscou igualdade contra a segregação racial, com objetivo de legitimar os seus direitos não só como civis, mas como todos os direitos de cidadania, e partir desta luta, estendeu-se para o Brasil. Como incentivo e encorajamento para desenvolver movimentos negros, com o objetivo de aquisição de direitos básicos. Conforme será apresentado em uma imagem sobre o emblema do movimento Negro. De acordo com a figura 9, sobre a imagem de Martin Luther King.

Figura 9 – De Martin Luther King (1929-1968). O Movimento Negro e a luta por direitos civis retirado do livro



Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/marco/imagens/dia-internacional-da-eliminacao-da-discriminacao-racial-1.jpg>

Quadro 6 – O Movimento Negro e a luta por direitos civis retirado do livro

Na década de 1950, a população de afrodescendentes dos EUA, principalmente nos estados do sul do país, viviam em regime de segregação racial. Não tinham direito ao voto; de frequentar as mesmas escolas que a população branca e universidades; de usar instalações públicas; os vagões de trens e ônibus urbanos eram separados. Juntamente com outros movimentos sociais deste período surgiu o Movimento pelos Direitos Civis, que lutava para que estes direitos fossem estendidos aos negros e outras minorias.

O pastor protestante Martin Luther King (1929-1968) liderou protestos e passeatas seguindo alguns princípios de Gandhi, na luta pela independência da Índia, como a desobediência civil e a não-violência. Com isto, em 1963, o presidente John Kennedy (1917-1963) apresentou ao Congresso americano um projeto sobre as Leis dos Direitos Civis. Com a morte de Kennedy, neste mesmo ano, a questão racial agravou-se, dividindo o Movimento Negro em duas correntes: a pacifista (liderada por Martin Luther King) e a radical (liderada pelos Panteras Negras - que utilizavam a violência como recurso de luta).

No Brasil, o Movimento Negro intensificou-se na década de 1970, motivado pelo acompanhamento dos movimentos nos EUA, pelas lutas de libertação na África e por acontecimentos internos, como a repressão dos governos militares. Neste contexto, os movimentos negros Martin Luther King (1929-1968) www.facom.ufba.br Documento 8 Movimentos sociais, políticos e culturais na sociedade contemporânea: é proibido proibir? 391 História utilizaram a questão da identidade étnica como instrumento de conscientização de um grupo diferenciado, conduzindo a percepção das desigualdades e carências em relação aos outros grupos, favorecendo a luta pela democracia.

Em 1978, os movimentos negros se organizaram formando o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Isto decorreu depois de vários episódios que forçaram a comunidade negra a se posicionar perante a sociedade e o Estado, como, por exemplo: a expulsão de quatro atletas negros do Clube Regatas Tietê e a morte de Robson Silveira da Luz em uma delegacia em Guaianazes (São Paulo).

A partir de então, o MNUCDR vem discutindo questões de valorização e respeito à cultura de origem africana no Brasil, conquistando direitos e denunciando ações de caráter racista no país.

Algumas ações afirmativas passaram a ser realizadas por causa das lutas promovidas pelo movimento negro, tais como: a política de cotas em concursos e universidades públicos.

Fonte: História: ensino Médio/vários autores - Curitiba: SEED-PR, 2006.

A importância deste contexto histórico por meio do Movimento Negro e a luta por direitos civis é o caminho para os jovens encontrarem a solução através da música, como herança cultural, por intermédio da origem africana, que está presente na música popular contemporânea mundial. Ainda tem como objetivo de estreitar os laços com a desigualdade racial e social, buscando combater a discriminação racial e o preconceito, dando a oportunidade de direitos de igualdades entre os negros e negras perante os brancos, trazendo a paz mundial, e a alteridade para sociedade civil, conforme Lopes (2008).

Além disso, Martin Luther King, foi o exemplo dos negros Norte-Americanos, como grande importância para a história nos Estados Unidos, mesmo após o fim da Guerra Civil e a abolição da escravidão, o país ficou deflagrado e derrotado. Porém, tiveram que reconstruir novas Constituições, e desta maneira surgem novas oportunidades de nomearem delegados de todas as classes sociais. Em virtude disso, encontram uma diversidade de negros com formação, advogados, professores, pastores, os quais às vezes iletradas tinham consciência dos seus direitos e escreveram uma página importante na história de seu país.

A reconstrução foi um ato de coragem, de exemplo, um padrão na luta pelos direitos civis e pelo direito de cidadania das populações negras nas Américas. Foi por intermédio desses movimentos negros, como da Lei Áurea, apesar de ainda apresentar história de ocultação, como mito da democracia, na qual será mencionado nas implicações, teve como contribuições tanto para a nação brasileira como para os Estados Unidos em especial. Dando continuidade ao processo de investigação desta pesquisa sobre as contribuições, a partir desse momento são apresentadas as implicações sobre os conteúdos referentes aos negros, retirado do livro didático com acesso digital da Secretaria da Educação do Estado do Paraná, foi utilizado nas escolas públicas do ensino médio, no ano de 2007, especificamente na cidade de Curitiba-Paraná. De acordo com o conteúdo apresentado sobre A Instituição da Escravidão Africana no Continente Americano, na página 77, buscando apresentar sobre as intervenções de outros países como participação de Portugal e da Inglaterra na colonização da mão-de-obra escrava e o extermínio dos indígenas.

Na unidade temática I, Relações de trabalho: Transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a mão-de-obra no contexto de consolidação do capitalismo nas sociedades: brasileira e estadunidense, na página 72. Conforme o quadro 8, que trata da mão-de-obra escrava europeia ou africana.

Quadro 7 – A Instituição da Escravidão Africana no Continente Americano, retirado do livro

Como Portugal, outras nações, como a Inglaterra colonizaram o Novo Mundo e fizeram uso da mão-de-obra escrava, também enfrentaram diversos problemas. Quando começou a escassear a força do trabalho indígena por causa da política de extermínio e da fuga dos indígenas, os colonizadores europeus passaram a encarar duas opções: a mão-de-obra europeia ou a africana.

Por que, de modo geral, os colonizadores europeus optaram pela escravidão dos africanos?

Engajados nesse lucrativo negócio chamado América, os estados europeus permitiam monopólios comerciais, assim os traficantes brasileiros, portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e holandeses se utilizaram do comércio de escravos africanos para solucionar o problema da mão-de-obra nas colônias americanas. Esse contato com a escravidão africana não era novidade para os portugueses que, desde 1441, capturavam negros na costa atlântica da África. Entre os séculos XVI e XIX, de 10 a 12 milhões de africanos foram transferidos, na condição de escravos, para o continente americano.

A costa atlântica africana, entre o Senegal e Angola, concentrou as principais regiões de origem dos escravos. Até o ano de 1600, cerca de 900 mil escravos desembarcaram nas Américas. No século seguinte, cresceu o pedido europeu por açúcar. Holandeses, franceses e ingleses competiam pelo mercado. Em 1700, mais de 2.750.000 africanos haviam deixado o seu continente.

Do ponto de vista numérico, o tráfico alcançou seu auge entre o final do século XVIII e meados do século XIX. As culturas exportadoras de algodão nos Estados Unidos, cana-de-açúcar no Caribe e café no Brasil foram responsáveis pelo aumento do comércio escravista. Entre 1810 e 1820, calcula-se que a população africana tenha atingido quase 3 milhões, no Caribe cerca de 2,5 milhões, no Brasil 2 milhões e 2,5 milhões nos Estados Unidos.

Os escravos eram obtidos pela a captura dos povos africanos, através de guerras entre os reinos, estes que eram vendidos a comerciantes até o século XVIII, quase exclusivamente portugueses, seguidos de holandeses, franceses e ingleses, além de colonos baianos e fluminenses. O comércio era feito por meio da troca de mercadorias nas parcerias firmadas entre comerciantes e líderes africanos. Os principais produtos de troca eram: aguardente, tabaco e tecidos, os quais eram considerados pelos guerreiros africanos como bens de prestígio social, mas eram comercializados também em menor quantidade alimentos, armas e munições.

Vindos de diversas regiões, sobretudo da Guiné, Angola, Congo e Moçambique, eram deixados em cativeiros na própria África, até a chegada do comerciante europeu para serem transportados. Uma vez embarcados nos navios negreiros, conhecidos como tumbeiros, os novos escravos eram tratados com violência. Nus e mal alimentados, eram castigados e expostos a todos os tipos de doenças e humilhações, desde o cativeiro no continente africano.

Finalizada a travessia marítima (verdadeiro martírio que poderia estender-se de 33 a 165 dias) e uma vez em terra firme, o escravo era exposto em armazéns onde funcionavam os mercados de “escravos novos”, e então comercializados e distribuídos para as diversas regiões da América. O mapa 1 mostra como era feito o trajeto do lucrativo do comércio de escravos negros entre a América e África.

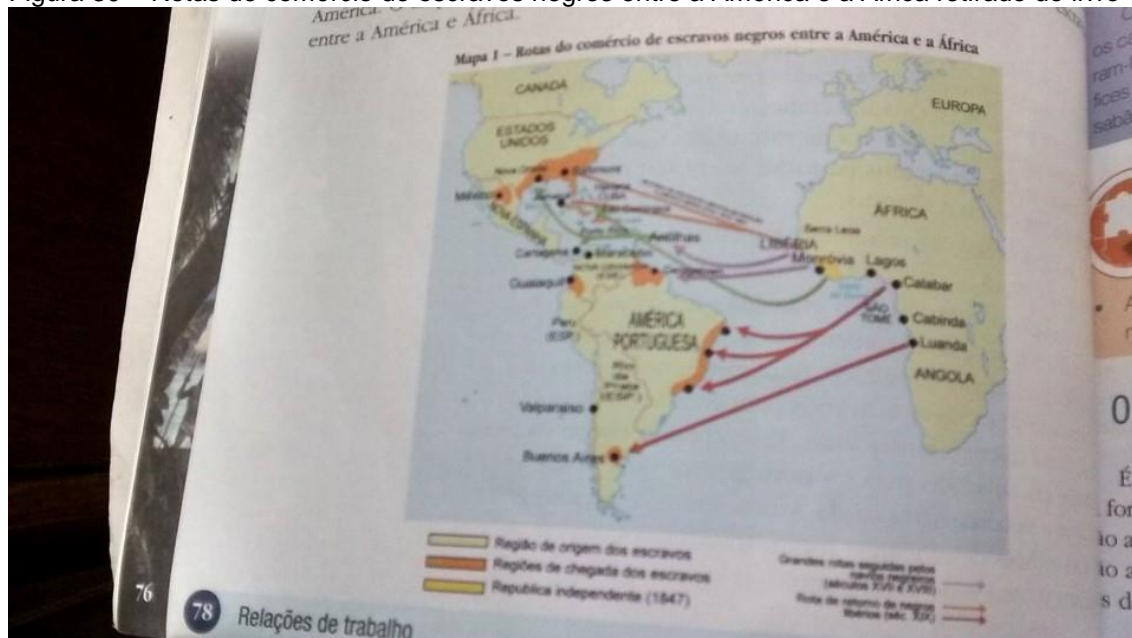
Fonte: História: ensino Médio/vários autores - Curitiba: SEED-PR, 2006. Conforme Souza (Acesso em 02 de fevereiro de 2017).

Para contornar a crescente demanda por força de trabalho, Portugal resolveu então investir no tráfico de escravos vindos diretamente da Costa Africana. Tal opção se tornava viável por dois motivos essenciais: o domínio que Portugal já possuía em regiões da África e as possibilidades de lucro que a venda desses escravos poderiam trazer aos cofres da Coroa Portuguesa. Além disso, havia o apoio da própria Igreja Católica que associava os africanos à prática do islamismo.

Além do apoio da exploração do tráfico do navio negreiro, desenvolvia outras atividades exploratórias dos negros apanhados, com o objetivo de aumentar os lucros portugueses, sem dar a devida importância das condições da vida dos escravos transportados. A única preocupação dos dominadores portugueses era a visão de lucros, de produtividade, tendo em média de 10 a 12 milhões de africanos sendo

transferidos a bordo, na condição de escravos e na maior precariedade, de forma desumana. Veja a travessia pelo mapa a seguir:

Figura 30 – Rotas do comércio de escravos negros entre a América e a África retirado do livro



Fonte: História: ensino Médio/vários autores - Curitiba: SEED-PR, 2006.

A figura 10 - retrata sobre a ilicitude da escravidão indígena. E na sequência sobre o quadro 9, mostra a respeito da escravidão indígena.

Quadro 8 – A proibição sobre a escravidão indígena, a não ser daqueles hostis ou antropófagos

Documento 1

Em 1570, D. Sebastião proibiu a escravidão indígena, a não ser daqueles hostis ou 'antropófagos. Faço saber aos que esta lei virem, que sendo informado dos modos ilícitos que se têm nas partes do Brasil em cativar os gentios das ditas partes, e dos grandes inconvenientes que disso nascem, assim para as consciências das pessoas que os cativam... mando que em diante se não use nas ditas partes do Brasil dos modos que se até ora usou em fazer cativos os ditos gentios... salvo aqueles que forem tomados em guerra justa... ou aqueles que costumam saltear os portugueses e os outros gentios para os comerem... (BEOZZO, 1983, p. 16).

Fonte: História: ensino Médio/vários autores - Curitiba: (SEED-PR, 2006).

Ao analisar o anexo do documento 1, percebe-se a notoriedade da escravidão que ocorreram em vários lugares e de diferentes formas, segundo consta pelos dados históricos com relação a vida dos indígenas, eles eram os nativos, ou seja, eram os primeiros habitantes a fazer parte da história do Brasil. Porém não foram poupados desta atrocidade. Segue o próximo conteúdo nessa mesma vertente, porém sobre a escravidão africana no Continente Americano. A importância de o professor trabalhar o contexto demonstrando as implicações na vertente de inquietações, é interessante

apresentar o conteúdo para o aluno, mas de forma dinâmica e investigatória por meio de pesquisa mais apurada com os alunos, por exemplo:

A Inglaterra condenava a escravidão por razões humanitárias e éticas, ou havia interesses econômicos em jogo?

Que tipo de acordos Portugal assinou com a Inglaterra para acabar com o tráfico de escravos e por que não cumpriu o combinado?

Os ingleses passaram a apreender navios negreiros e a levar casos a julgamento em seus tribunais. Isso deu resultado?

Discussão de quais as estratégias de contribuição e de implicações a respeito do assunto inserido sobre de como ocorreu a escravidão e a extinção da mesma no Brasil. Na sequência será abordado o trabalho escravo no mundo.

Conforme o quadro 10, que trata da escravidão dos africanos no continente americano por intermédio de resistência e conflitos, nos anos de 1690 a 1845, estes fatos ocorreram em navios negreiros.

Quadro 9 – O Trabalho escravo no novo mundo retirado do livro

É difícil imaginar que seres humanos possam ter sido tratados dessa forma, porém a escravização dos africanos no continente americano não aconteceu sem resistências e conflitos. Desde o início, os africanos não aceitaram ser escravos, e entre o período de 1690 a 1845, há relatos de pelo menos 55 revoltas de escravos a bordo dos navios. Entre 1750 e 1788, as revoltas aumentaram, mas não intimidaram os mercadores, que continuaram por muito tempo o lucrativo comércio de seres humanos. Nas 13 colônias inglesas do norte do continente, os escravos só começaram a ser utilizados em massa na última parte do século XVII. A mão-de-obra usada no início da colonização nas 13 colônias inglesas da América era dos servos contratados, vindos da Inglaterra, entre eles desempregados, criminosos, prostitutas, prisioneiros de guerra, além dos perseguidos por questões religiosas. Os senhores estabeleciam as horas e condições de trabalho, além de determinarem as punições por desobediência. Quando seus contratos terminavam, esses servos geralmente mudavam-se para pequenas fazendas. Entre escravos e servos, havia também os trabalhadores livres no mundo colonial das 13 colônias inglesas do norte da América, exercendo as mais variadas atividades, como: corretores, comerciantes varejistas, quitandeiros, advogados, escrivães, mestres do açúcar, feitores, ferreiros, médicos, vendedores ambulantes, capitães do mato, vaqueiros, militares, lavradores, padres, artesãos, lavadeiras, administradores, cirurgiões-barbeiros, arquitetos, dentistas, escultores, cozinheiros, músicos, acrobatas de circo e instrutores de meninos brancos, enfim, eram pessoas especializadas em suas funções, compondo a sociedade escravista colonial do novo mundo. Esta situação se repetia na América Portuguesa.

Os africanos e seus descendentes desempenharam as mais diversas tarefas: trabalharam na lavoura, nos engenhos, nas minas, no transporte de cargas de pessoas e de dejetos malcheirosos e na indústria da construção. Os escravos africanos participaram ativamente da construção da riqueza brasileira e nas demais riquezas do Novo Mundo.

O trabalho escravo encheu os anos do período colonial do Brasil, e como prolongamento, os anos do império. Começou no Nordeste da cana-de-açúcar, caminhou para o centro, na mineração, e prosseguiu para o centro-sul, na expansão do café.

Apesar do tratamento desumano, a sociedade escravista do Brasil e das 13 colônias da América do Norte não se resumiu apenas em cativos e senhores. Havia escravos alugados para a prestação de serviços a terceiros e escravos de ganho. Os senhores permitiam que os escravos fizessem seu ganho, prestando serviços ou vendendo mercadorias, em troca dessa permissão recebiam de seus cativos uma quantia fixa por semana ou por dia.

Humilhados e submetidos diariamente a vexames e aos castigos corporais, os negros africanos, sempre que podiam reagiam ao escravismo: fugindo, assassinando, suicidando-se, rebelando-se, como na Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador em 25 de janeiro de 1835. Jamais aceitaram pacificamente a sua condição de escravo. O negro “foi um bom trabalhador e um mau escravo” (LOPEZ, 1988, p. 43).

Fonte: História: ensino Médio/vários autores - Curitiba: SEED-PR, 2006.

Conforme Borges, Medeiros e D’Adesky (2002), os escravos eram sempre vistos como marginalizados, tratados sem identidade, e o que diferenciava das demais pessoas era justamente a falta de vínculo familiar. Quanto ao continente africano, já existia o trabalho escravista há muito tempo, com a predominância de trabalho doméstico que acontecia na Europa medieval.

Quanto ao tráfico do navio negreiro, já apresentava lucro de forma significativa, o comércio já era bem desenvolvido economicamente e expressivo na fase colonial. De maneira diferente dos indígenas capturados comparado com os negros, detalhe que tinha o apoio da Igreja Católica. A alegação de tratamento diferenciado dos indígenas, era que não tinha a mesma preparação dos negros africanos, por essa razão, havia necessidade de substituição. Ainda neste contexto histórico, a África ocidental era subordinada ao islâmico, conflagrada por lutas

expansionistas de entusiasmo e criadora religiosa. Dando seguimento, no próximo conteúdo constituirá sobre urbanização e industrialização, remete a desigualdade na sociedade urbana e a industrialização.

Na unidade temática II, Urbanização e Industrialização, na página 110, referente ao capítulo 7, de acordo com as implicações do conteúdo identificado relações de trabalho: Urbanização e industrialização no Brasil, na página 130. Trata-se na vida urbana da economia colonial e suas funções gerais, o crescimento das cidades de forma muito rápida, gerou a falta de estrutura na economia, na cultura, na política perante a subordinação dos escravos em relação aos imigrantes estrangeiros entre os séculos XVII e XVIII. Conforme o quadro 11.

Quadro 10 – As cidades na história do Brasil retirado do livro.

A economia colonial apresentava-se segmentada em uma série de regiões, cada uma vinculada à economia da metrópole (ou à economia dos países industrializados). Estas regiões tinham por pólo, geralmente um núcleo urbano, que desempenhava em relação ao todo funções comerciais, administrativas, religiosas, etc. Veja como a historiografia discute a formação deste núcleos urbanos. Erguida no alto de uma escarpa, entre a Baía de Todos os Santos e os morros, Salvador foi a primeira cidade planejada do Brasil, construída nos moldes das cidades portuguesas, com ruas estreitas, curvas e dispostas perpendicularmente umas as outras. A exigência de defesa determinou nos primeiros anos a predominância de muralhas. A cidade cresceu e “na passagem do século XVII para o XVIII, Salvador já reunia 100.000 moradores”. (SANTOS, 1994, p. 20) Na vida urbana da economia colonial, as funções não-econômicas (administrativas, religiosas, militares), via de regra, superavam em importância as econômicas, que se reduziam quase só ao comércio. A cidade colonial era o entreposto das mercadorias destinadas à exportação das mercadorias importadas. É no que se resumia, por exemplo, a vida econômica de Recife até o fim do século XIX: escoava o açúcar dos engenhos e o algodão e distribuía os artigos estrangeiros importados. Em 1630, os holandeses empreenderam a conquista de Pernambuco, a mais rica colônia açucareira de Portugal. O fato teve grande significado para a história de Recife, que a partir deste momento, tornou-se o centro de todo Nordeste açucareiro. Os holandeses resolveram fortificar-se em Recife, ampliaram as construções, fizeram aterros na bacia do Beberibe e construíram em um lugar em que antes havia apenas um porto e um pequeno povoado, uma verdadeira cidade que contaria então com cerca de 2.000 casas e 8.000 habitantes. Os holandeses não procuraram intervir na cultura nem na fabricação do açúcar. Interessava-lhes mais assegurar o seu comércio. Daí o caráter nitidamente urbano da colonização holandesa, que diferenciava-se da colonização portuguesa, cuja ênfase estava na ocupação agrária. A urbanização de Recife se iniciou em 1637 com um plano bem traçado pelos holandeses para melhoramento da cidade, priorizando um sistema defensivo, construção de pontes para viabilizar as comunicações e até um Jardim Botânico. Em meados do século XVII, Recife era possivelmente a segunda cidade brasileira e uma das mais modernas do continente do ponto de vista urbanístico.

Fonte: História: ensino Médio/vários autores - Curitiba: SEED-PR, 2006.

Conforme Borges, Medeiros e D’Adesky (2002), a questão da abolição da escravidão no Brasil e a Proclamação da República tiveram reflexão direta dessa conjuntura, a vida dos negros era de péssimas condições de sobrevivência, sem condições de trabalho, de oportunidade, sem direito ao acesso à terra. Problemas de saúde afetavam ainda mais a vida dos negros. O índice de mortalidade das crianças negras era tão alto que se dizia que era mais fácil criar três ou quatro filhos de brancos

do que um negro, motivo alegado: a maior fragilidade da raça negra. Como apresenta o racismo velado em toda parte, em qualquer época, em qualquer lugar do mundo. Estas implicações sobre a história da África, ocorrem sobre domínio de diversos países, envolvendo questões internas europeias e africanas, a partir destes fatos surgiram a constituição africana brasileira (LOPES, 2008). Diante desta perspectiva, sabendo da importância deste contexto histórico, é necessário que o professor possa apresentar a realidade deste conteúdo para os alunos do ensino médio da escola pública do Estado do Paraná, ir além dos muros das escolas, dos horizontes, fazendo com que os mesmos compreendam a história, não de forma fragmentada e oculta. Na continuidade do conteúdo, buscamos trabalhar sobre a temática e sobre os movimentos sociais, políticos e culturais, que tratam das revoltas dos escravos a serem estigmatizados na sociedade romana.

Na unidade temática IV, Movimentos sociais, políticos e culturais – Relações de dominação e resistência nas sociedades grega e romana na antiguidade: mulheres, plebeus e escravos, na página 296, referente ao conteúdo na página 309, remete sobre o conflito social em caráter estrutural na sociedade romana com seu trabalho puramente escravo. Conforme o quadro 12, trata dos conflitos sociais na sociedade romana.

Quadro 11– As revoltas dos escravos retirado do livro

O grande conflito social de caráter estrutural que estigmatizou a sociedade romana não foi somente entre patrícios e plebeus, mas sim entre essas classes e os escravos. Isto porque a sociedade romana tinha sua economia sustentada predominantemente por esta forma de relação de trabalho: a escravidão.

As constantes guerras de conquistas promovidas por Roma possibilitavam, cada vez mais a expansão territorial e o aumento do número de populações conquistadas, as quais tinham seus membros muitas vezes transformados em escravos. Esses fatos provocaram, durante o período da República, momentos de tensão social. Isto pelos seguintes motivos: os escravos estavam presentes em praticamente todas as profissões, tais como no trabalho doméstico, agrícola, comercial, artesanal, educacional, nas minas e para o Estado (como funcionários, soldados e gladiadores). E por fim, eram na sua maioria estrangeiros, que desejavam voltar às suas comunidades de origem a qualquer preço ou desejavam ter os mesmos privilégios dos romanos.

Neste contexto social, destacaram-se os seguintes conflitos: A revolta dos escravos ocorrida entre 136 e 132 a.C., quando os escravos saquearam a Sicília. A revolta de Espártaco, em Cápua, no sul da Península Itálica, que contou com a união de todos os bandos de escravos fugitivos da região e de outros descontentes. Essa revolta ocorreu em 73 a.C., quando um grupo de gladiadores, liderados por Espártaco, fugiu do quartel de Cápua e foi para as encostas do Vesúvio, onde organizou um exército de escravos que lutou pela liberdade e desejava retornar às suas cidades de origem. Durante dois anos o grupo enfrentou várias batalhas contra os romanos e venceu muitas delas. Porém, o exército romano o derrotou em 71 a.C.

A escravidão em Roma só foi mitigada por volta dos séculos III a V d.C., no fim do período imperial, com a crise política e econômica do Império Romano causada pela inflação, por uma sucessão de ditaduras militares e pelas invasões germânicas e asiáticas em seu território, além de revoltas nas províncias. O preço dos escravos passou a ficar muito elevado para os senhores de terras, e aos poucos, estes escravos se transformaram em colonos livres destes senhores, onde recebiam proteção militar em troca do produto do seu trabalho no campo. Contudo, nas cidades, os escravos continuavam a existir em todos os setores do mundo do trabalho romano.

Fonte: História: ensino Médio/vários autores - Curitiba: SEED-PR, 2006.

Conforme Aquino (1998, p. 179):

A igualdade de oportunidades é um conceito ou princípio que se reporta a uma realidade social com desigualdades diferenciadas, resultantes de distintas determinações históricas que precisam ser tornadas visíveis e reconhecidas pela sociedade como um todo. O princípio da igualdade de oportunidades, é de fato socialista de inspiração e ao contrário da tradição de liberação, na medida em que propõe uma igualdade positiva, mas pode ser absorvido (embora com lutas e vários enfiamentos) pelo modelo capitalista de produção de riquezas, por ter uma funcionalidade: a de permitir uma distribuição maior da população e dos segmentos históricos excluídos.

De acordo com este contexto, tornou-se possível identificar o mito da democracia racial, conforme Chalhoub (2008). Apresentação da formação da falsa ideia de que os emigrantes europeus sendo eles eficazes para o trabalho de agricultura e rural para o capitalismo industrial e urbano com relação ao negro. Julgamento de valores desnecessários, apontando desta forma, o racismo, a desigualdade social, a discriminação racial e o preconceito, com objetivo de estar sempre inferiorizando o outro, por meio de força, de imposição, por incapacidade de ascensão social intelectualmente, pelo contrário da música, futebol e do samba, segundo Santos (2008).

Em consequência disso, segundo a ideologia, o Brasil seria a pátria da convivência pacífica e harmônica das raças, que por sinal, raça é considerada raça humana, não podendo ser confundida com a cor do ser humano, culturalmente, popularmente citado pelo senso comum. Mas seus formuladores e propagadores se esqueciam de fatos como: a proibição governamental da inclusão de jogadores negros na seleção nacional, pelos deputados Andrade Bezerra e Cincinato Braga, de projeto legislativo proibindo a imigração de indivíduos humanos de humanos de cor preta, no ano seguinte, o discurso, na Câmara Federal, do deputado Gilberto Amado, contrário à viagem a Paris, em 1922, do grupo musical Oito Batutas (de “negroides” e “pardavascos”, segundo a imprensa da época), liderado pelo mais tarde celebrizado flautista Pixinguinha desqualificando sua música e sua imagem” (LOPES, 2008).

Esses fatos aconteceram de forma perceptível no Brasil e ainda acontece nos dias de atuais, também ocasionando diversos problemas para todas as áreas e setores na mídia e inclusive na educação, que será abordado essa desigualdade social e racial, nas ações afirmativas e políticas públicas nesta dissertação de pesquisa. Na sequência será visto sobre as Relações culturais: relações de dominação e resistência na sociedade frente ao domínio da Igreja Católica.

De acordo com o quadro 13, Relações Culturais: Relações de dominação e resistência na sociedade ocidental moderna, trata sobre o conteúdo da Reforma Protestante e o fim do monopólio religioso da Igreja Católica, página 333. Que se refere ao tratamento da Igreja e a transformação mental das pessoas, que na qual frequentassem a mesma diante de sua dominação.

Quadro 12– Reforma Protestante e o fim monopólio religioso da Igreja Católica retirado do livro

A sociedade europeia dos séculos XVI a XVIII sofreu mudanças culturais, políticas e religiosas que repercutiram tanto na organização do Estado quanto na formação de valores, de conceitos e de ideologias. Em suma, na era moderna, construiu-se uma nova visão de mundo nas sociedades ocidentais, particularizando-se em formas distintas, segundo a época e o lugar, ou conforme o nível da realidade e as várias situações de classe. Essa transformação mental, que se realizou ao longo de três séculos, influenciou o modo de trabalhar, de pensar e de agir nos mais diferentes grupos sociais ocidentais, servindo de exemplo para as mais diversas sociedades.

Um desses momentos teve início na Alemanha, em 1517. Trata-se da questão envolvendo o monge agostiniano e teólogo católico Martinho Lutero (1483-1546) e o Papa da Igreja Católica Leão X (1475-1521). Lutero denunciou, através de 95 teses, o que considerava irregular na Igreja Católica. Em 1519, afasta-se definitivamente do catolicismo. Suas propostas provocaram um intenso movimento de transformação ideológica e espiritual, que ficou conhecido como Reforma Protestante. Por meio dessa iniciativa, a Igreja Católica rompeu com Lutero.

Apoiado e protegido por príncipes alemães, Lutero aprofundou suas reflexões sobre a doutrina cristã e formulou os princípios de uma nova religião.

Embora os motivos religiosos tenham sido os mais evidentes para que Lutero formulasse novos conceitos espirituais, os econômicos também estavam ligados a essa nova prática religiosa. A Igreja Católica, através de seus ensinamentos, condenava o lucro, apesar de cobrar dízimos e vender indulgências que enriqueciam esta instituição. Essas atitudes da Igreja Católica não eram favoráveis às aspirações burguesas pelos lucros com o comércio e com as finanças.

Martinho Lutero, ao contrário tinha uma visão mais tolerante em relação ao lucro, e inversamente muito mais intolerante contra as indulgências católicas. Em função do seu modo de pensar, recebeu o apoio de muitos nobres e burgueses. Suas propostas reformistas, tais como a livre interpretação da Bíblia Sagrada e a tradução deste livro nas línguas nacionais, foram divulgadas por toda a Alemanha (Sacro Império Germânico e principados alemães), conseguindo a adesão cada vez maior da população, principalmente da classe burguesa. A burguesia alemã, juntamente com os príncipes, viam a Igreja Católica como inimiga política e econômica. Seus anseios eram por uma Igreja que gastasse menos, que absorvesse menos impostos, e principalmente que não condenasse a prática de ganhar dinheiro. Depois da burguesia, restava a maioria da população alemã, composta pelas classes camponesas, explorada ao máximo. Esse grupo via a Igreja Católica como o sustentáculo da formação social que os oprimia: o feudalismo. Isto porque ela representava mais um senhor feudal, a quem deviam muitos impostos, tais como o dízimo.

Sendo assim, a pregação de Lutero foi interpretada pelos trabalhadores do campo (camponeses germânicos), não apenas como uma mudança religiosa, mas também como reformas sociais.

Descontentes com a opressão servil, os camponeses se revoltaram, e em 1524, liderados pelo teólogo anabatista Thomas Müntzer ([ou Münzer] 1489-1525), a população do campo passou a exigir reformas sociais e religiosas. Os revoltosos queimaram e assaltaram mosteiros e castelos, condenaram a Igreja Católica pela cobrança de dízimos e reivindicaram a reforma agrária e a abolição dos privilégios feudais. Ao estourar a guerra camponesa, Lutero procurou assumir uma atitude conciliadora. Atacou decididamente os governantes, dizendo que eles seriam os culpados do levante em função de suas opressões. No entanto, aconselhou ambos os lados que fizessem concessões e se reconciassem amigavelmente. Apesar dos conselhos de Lutero, o levante estendeu-se rapidamente pela Alemanha. A reação foi violenta por parte da nobreza, que contou com o apoio de Lutero, pois para o mesmo, uma revolta social estava fora de qualquer cogitação; Lutero justificou sua decisão em função da brutal repressão desencadeada pelos príncipes alemães contra o movimento. Leia o que escreveu o filósofo Friedrich Engels (1820-1895) sobre a posição dos príncipes com relação à rebelião dos camponeses na Alemanha, no século XVI.

Fonte: História: ensino Médio/vários autores - Curitiba: SEED-PR, 2006.

Os acontecimentos sobre a religiosidade de acordo com Martinho Lutero, pois foram fatos de uma importância para a história. Porém, tornou-se necessário compreender esse contexto histórico por outro viés confrontado. Conforme Marques (1996).

A convivência com a escravidão ao lado da vida cristã, foi cristalizada e legitimada, o próprio local a Igreja Católica, considerado um local sagrado, de santidade, de fé, em busca de milagres, servia também de castigo, de prisão, de sentimentos ruins, de sofrimento, segundo padre Antônio Vieira, desta forma ainda existia um comparativo a população da Etiópia e a do Brasil com relação ao sofrimento de Jesus Cristo na cruz do calvário, que os negros deveriam sofrerem igualmente. Pois era considerado esses episódios tudo normal, na visão cristão. A crença da superioridade dos brancos estar acima dos negros, era um ócio do ofício, a vida dos escravos era vista pela maldade, é péssimo, por ser o único mestre de suas maldades... O ócio é a escola onde os escravos aprendem a ser viciosos e ofender a Deus. E como os Pretos são sem comparação mais hábeis para o gênero de maldades que os Brancos, por isso, eles com menos tempo de estudo saem grandes licenciados do vício na classe do ócio (MARQUES, 1996). É importante o professor apresentar este conteúdo nos livros didáticos com acesso digital, para os alunos da escola pública do ensino médio. Porém, devem ser manifestadas as consequências sobre a vida dos negros como a “periferia”, a maioria das vezes é uma forma de racismo nos dias atuais.

Em virtude da escravidão ocorrida no passado sombrio, repercutem na esfera social, um dos grandes problemas envolvendo a população negra no Brasil é a da baixa autoestima. E como se fosse atrocidade dos casos de sofrimento, ainda existe na sua história de desqualificação, que o ser humano enfrenta hoje, como a maioria das condições de moradia em periferias, o filme que apresenta essa realidade é Cidade de Deus, em 2002 (LOPES. 2008).

Em um outro ponto de vista, há alguns lugares que os negros não apresentam condições de acesso, como por exemplo museus, exposições, lançamentos de livros, óperas, balés, restaurantes requintados, viagens, cinemas e principalmente as universidades, mesmos em espaços públicos os brancos têm certos privilégios. A demanda de situações econômicas, ou seja, a vida social hoje ficou marcada devido aos resquícios de um passado não muito generoso (LOPES, 2008).

9 CRIAÇÃO DO BLOG A PARTIR DA PESQUISA REALIZADA

A partir da pesquisa realizada no livro didático de história a pesquisadora construiu um *blog* para apresentar informações referentes a temática pesquisada. Conforme figura 11, remete sobre a imagem apresentada com objetivo esclarecer novos formatos a respeito dos negros nos livros didáticos com acesso digital.

Figura 11 – Filmes: Ecos da Escravidão Caminhos da Reportagem



Fonte: <https://youtu.be/xR549adx5Go>

Ao escrever o *blog*, foram surgindo as ideias de implementação de como deveria ser constituído e para que serviria, como funcionaria inicialmente. Foi analisado sobre quem estaria desenvolvendo o *blog*, ou seja, um breve relato sobre a pesquisadora foi utilizado pelo primeiro nome Roseli e também a respeito do colaborador do *Designer* Alessandro. Desta forma, ocorre o surgimento do *blog* é composto de divulgação inicialmente por meio de novidades, são os conteúdos que representam as novidades aos professores e alunos em especial. Na sequência correspondem as categorias e como elas serão analisadas: por meio, das imagens, dos textos, das ilustrações, das músicas, da cultura, da curiosidade, da diversidade, dos filmes, das histórias, dos links, dos livros, de biografia. Na medida do possível, serão acrescentados tudo aquilo que poderia ser localizado nos livros didáticos tanto impresso como digital, com objetivo de compreender que existe negros em ascensão

social e em destaque que fizeram parte de construção da História do Paraná e do Brasil.

Também serão compostos por comentários, de acordo o contexto, todos poderão acessar e inserir os seus comentários, curtir e visualizar por meio das redes sociais ou diretamente pelo google, podendo ser utilizado por qualquer lugar, ou seja, de qualquer país. Porém, o público específico são professores e alunos da escola pública e ao apresentar o site no google, acessará da seguinte forma: <https://afroscendente.wordpress.com>, ou se colocar “roseladao afrodescendente”, no buscador assim poderá ser visualizado, visitado e curtido o conteúdo apresentado sobre negros nos livros didáticos com acesso digital e também podendo ser utilizado para toda a sociedade nacional e internacional.

Tendo em vista, que existe vários países fazendo suas visualizações, visitas e curtidas dentre eles são: o Brasil em setembro do ano de 2015 teve início da criação do blog com apenas 3 visualizações e 1 visita. Desta forma buscou-se aperfeiçoar no decorrer do ano 2016, encerrou no final do mesmo ano com total de 7.239 visualizações e parcialmente 1.951 só no Brasil entre todos os países são 2112, visitantes 1.121, curtidas 45 e 4 comentários respectivamente, e aproximadamente de todos os países são 13 visualizações: Estados Unidos 137, Portugal 6, Angola 4, Moçambique 2, Itália 1, Noruega 1, Grécia 1, Cingapura 1, Argentina 1, Irlanda 1, União Europeia 1, Reino Unido 3, totalizando 14 países, 332 seguidores e 803 visualizações sobre “roseladao”. Ainda não foi possível contabilizar em redes sociais, bem como e-mail, Facebook, twitter, mas no www.google.com.br, sim. Tanto no decorrer do ano de 2016 como no ano de 2017 as publicações ocorrem em média de 2 a 3 vezes por semana.

De acordo com as solicitações de novas leituras, para o desenvolvimento da pesquisa, foi optado por diminuir as publicações, em virtude ao tempo ser reduzido para o efetivo trabalho.

Na data atual, 02 de maio de 2017, por meio da estatística apresentada com a soma de 5.307 visualizações no total, 878 visitantes no Brasil, 1.266 visualizações num total de todos os países parcialmente, 74 seguidores, 6 curtidas e 2 comentários. Site de busca 916, Facebook 37, android-app 23, leitor WordPress.com 5, afroscendente.wordpress.com 1, visualizações por título 1.259 e link 19. Visualizações por cada país, 1.158 no Brasil, 72 nos Estados Unidos, em 13 em Portugal, 13 na Alemanha, 4 em Reino Unido, 3 Canadá, 3 no Peru, 1 na Suíça, 2 na

Espanha, 1 na Colômbia, 1 no Japão, 1 na Guiana Francesa, 1 na Turquia, 1 em Senegal, 1 em Angola, 1 na Argentina e 1 Guiana Francesa num total de 16 países, sobre roseladao tem visualizações 999. Busca desconhecidos 845. Num total de 102 posts publicados, até o presente momento. Esta estatística traz alguns dados importantes, significativos e conteúdos relevantes para esse *blog* com principal objetivo de apresentar as informações por meio, de conteúdo de história e cultura africana e afro-brasileira e diversidade cultural, pelas contribuições dos negros no Brasil e no Mundo. Busca-se compreender a desigualdade racial e social sobretudo a história do Brasil.

Por essa razão, é que surge a apresentação do *blog*, entendendo que há competência e todo um cuidado do desenvolvimento, da elaboração dos conteúdos dos livros didáticos tanto impresso como digital. Em apresentar os conteúdos de forma clara e objetiva tanto para os professores como para os alunos. Porém, o que existe é a falta de políticas públicas por parte da gestão do Estado em especial na cidade de Curitiba em adotar livros didáticos que demonstrem desde histórias reais como por meio de imagens ilustrativas dos negros como contribuição positiva e não apenas como escravidão, exploração desde trabalho tanto infantil como também na fase adulto, e entre tantas outras situações, de violência, que não justificaria os acontecimentos em que ocorreram no passado e ainda ocorrem hoje, de forma velada, sobre o racismo, a discriminação racial e o preconceito.

Mas o fato é que a maioria dos livros didáticos, apresentam sempre as mesmas imagens, sem nenhum tipo de inovação de conteúdo e imagens, o negro sempre apanhando, amarrado num tronco, ama de leite, criança trabalhando desde os 6 anos de idade, entre outras. Essas e outras sempre trazendo de forma pejorativa, depreciativa, com imagens tristes. Desta forma, o que representa para os alunos, aspectos negativos e de baixa estima. Devido essas inquietações, é que se faz necessário, por meio de pesquisas apresentar alguns personagens que representam a história de forma positiva, negros que representaram e representam nas histórias do Brasil e do mundo, como autoestima e melhor compreensão tanto nacional como internacional.

Mas de alguma forma, está sendo expandido para diversos países. E inicialmente o objetivo era somente para atender as necessidades da cidade de Curitiba/Paraná. Pois será considerado a criação e o desenvolvimento do *blog*, como um veículo de comunicação e informação relevante para aquisição de conhecimento

tanto para os professores como para os alunos com objetivo de superação e combater sobre as questões que trata sobre o assunto de discriminação racial e preconceito tanto nos livros didáticos como digital e as ocorrências em sala de aula e no interior das escolas públicas que também ocorrem.

Além, dos problemas discriminatórios e sociais ocasionados no século XXI, tanto nos livros didáticos como nos digitais, percebe que a maioria dos livros trazem as mesmas imagens, tanto nos livros utilizados em escolas públicas como em escolas particulares. Traçando um perfil de inferioridades das pessoas negras. Desta forma observa as consequências que ocorre na atualidade, a falta de oportunidade na sociedade, negros e brancos não ocupam o mesmo lugar, não participam dos mesmos direitos e não possuem condições de direitos iguais, como de bom emprego, nesta perspectiva será referido, como bancário, professor universitário, médico, dentista, advogado até mesmo no poder público.

Porque? Para alcançar alguns objetivos, requer preparação por meio de estudo e para que isso ocorra. Necessariamente precisa situação financeira equilibrada, muita dedicação, esforço, autoestima para fazer um vestibular na Universidade Pública, para fazer um concurso Público, e assim alcançar o sucesso almejado. Vale salientar que todo trabalho, merece o seu valor e respeito. Mas com todo respeito. Por que negros, estão na maioria das vezes em trabalho considerado de inferioridade? Como trabalho doméstico, de faxineira, situações desta natureza. Ainda na maioria das vezes se encontra desempregado, com falta de moradia, de educação de qualidade, lazer. Por conta da discriminação, injúria e o preconceito, apresentando assim num contexto de exclusão social e racial perante a sociedade brasileira.

Ainda falta políticas públicas, incentivo do governo da participação dos negros de compor trabalhos, projetos de melhorias em diversos setores de repartições públicas, por exemplo, apresentar os negros em destaque tantos nos livros didáticos como livros digitais. O estudante não aprende por visualizar sempre as mesmas imagens de escravidão. A criança e ao adolescente precisam saber a sobre a história verdadeiramente, que a escravidão sempre existiu e em todos os lugares do universo, desde no século IV. Mas em pesquisa para o *blog*, tem sido apresentado uma infinidade de personagens, de imagens de autores e atores negros, tanto nacional como internacional. Ou seja, desta maneira reforça que houve negros sobretudo na

construção de nação brasileira. O que deveria constar nos livros didáticos para a aquisição de conhecimento dos estudantes.

Porém, no desenrolar da pesquisa, percebe a compreensão de ampliar a divulgação de conhecimento, bem como, tanto livro didático com acesso digital, de forma específica, e que no *blog* constam diversos autores, que poderiam constar nos livros de circulação em sala de aula, como aquisição de conhecimento para a educação escolar. Mas por alguma razão existem muito pouco imagens, figuras, ilustrações, biografias, referências, que possam valorizar a pessoa dos negros na história do Brasil, como obtenção de conhecimento tanto do professor como do aluno, e esse contexto mencionado acima, deveria existir desde a educação infantil o nível de ensino superior, ou seja, em todos níveis de ensino.

Mesmo sabendo que existe a Lei 10.639/2003, a redigida pela LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, que vale ressaltar que foi obrigatório a utilização nos conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileiro, até presente momento, que essa mudança ocorreu no início desse ano de 2017, tendo outros seguimentos como a Equipe Multidisciplinar, que abordam o assunto sobre a História dos negros, estudo em especial pelo viés africano. Mesmo assim, em muitos livros didáticos, faltam conteúdo com a valorização, em destaque na sociedade.

Na sequência seguindo a constituição do *blog*, ocorreu devido a pretensão de ir além de divulgação, no sentido de ampliar o conhecimento deste conteúdo específico a respeito da história dos negros, demonstrando do que é possível, acreditar, que existe outras formas de ser contadas a Histórias de Construção brasileira, e não apenas como escravidão, mesmo sendo legítimo. Surge, então, a necessidade de construir o *blog*, com objetivo de reduzir o racismo, na sala de aula, sobretudo nos livros didáticos tanto impresso como digital.

O *blog* deu o início à pesquisa, em setembro de 2015. Surge então a necessidade de alimentar o *blog*, trazendo a oportunidades para as salas de aula, para professores e alunos, para adquirir novos conhecimentos e novos personagens negros. Apresentando desta forma alguns autores que representam referências com relação a diversidade racial e cultura negra do povo brasileiro, bem como, quem é a autora Carolina Maria de Jesus, uma escritora, negra, favelada, com pouco grau de instrução, vendeu o livro Quarto de despejo em mais de 100 mil cópias, e em mais 13 idiomas.

Segundo relato da autora de Caroline: O sentimento ao ver o livro Quarto de despejo:

Fiquei alegre olhando o livro e disse: “O que eu sempre invejei nos livros foi o nome do autor”. E li o meu nome na capa do livro. “Carolina Maria de Jesus. Diário de uma favelada. Quarto de despejo”. Fiquei emocionada. É preciso gostar de livros para sentir o que eu senti (JESUS, 2015, p. 195).

Mas, diante desta análise mencionada anteriormente identifica que há a falta de oportunidades, em que tem trazido para com o conteúdo de História, muitas vezes, conteúdo que deveria estar no livro didático. Como por exemplo, além de Carolina Maria de Jesus e os negros já mencionado na pesquisa. Conforme figura 12, trata-se da história da literatura brasileira oculta, na maioria dos livros didáticos com acesso digitais.

Figura 12 – Ana Carolina Maria de Jesus, escritora literária no Brasil.



Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/mLkJy86VU84/hqdefault.jpg>

Na sequência a biografia de Enedina Alves de Marques, a primeira Engenheira negra no Estado do Paraná. Conforme figura 13, remete sobre a história da primeira mulher negra no Estado do Paraná.

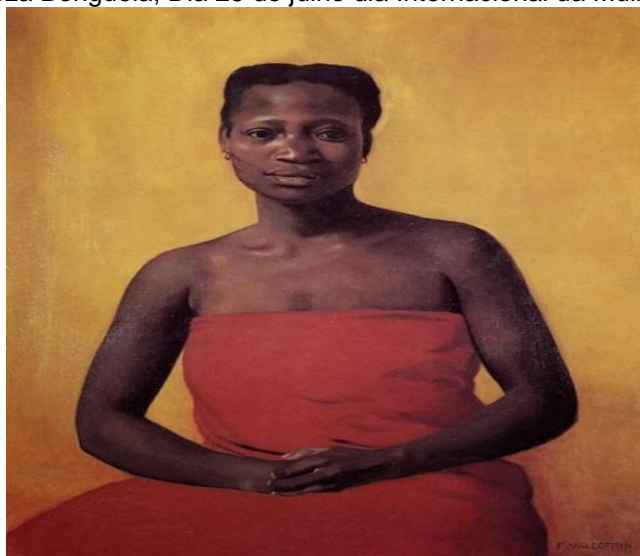
Figura 13 – Enedina Alves Marques



Fonte: <http://1.bp.blogspot.com/2nur0I4UpQI/VXWQkfcTAII/AAAAAABJCA/TjiF3LJIULQ/s1600/Enedina%2BAlves%2BMarques%2B%2528Capa%2529.jpg>

Tereza Benguela, representante do dia 25 de julho, considerado dia Internacional da Mulher Negra no Brasil e na América Latina, por ter tido êxito na sua História de vida, em busca de igualdade de Direitos, lutou contra o racismo e a discriminação racial. Conforme figura 14, trata-se da representação do dia 25 de julho, Dia Internacional da Mulher no Brasil e na América Latina.

Figura 14 – Tereza Benguela, Dia 25 de julho dia Internacional da Mulher



Fonte: https://encryptedtbn2.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcT6CpfJj2x8C_6PmwirAKzgtTYb9ajwPCAxC4nN9pJ2MnYPHU9bLHoM2k8I

Diante desta análise da imagem de Tereza Benguela, que na qual representa o dia Internacional da Mulher no Brasil e na América Latina, deveria constar nos livros didáticos tanto impresso como digital, tendo em vista que o Brasil é um país miscigenado. Porém no quesito educacional ainda falta muito para alcançar a democracia racial, a justiça da igualdade racial. De acordo com análise dos livros didáticos tanto impresso como digital e torna-se a realidade da maioria das ocorrências nas salas de aulas das escolas públicas, percebendo a precariedade por falta de estímulo, com a falta de imagens construtoras, ao invés de imagens ilustrativas que representem apenas o negativo. Também existe outra dificuldade com a falta de internet na maioria das vezes, para a utilização dos livros digitais e pesquisas como um todo.

Ainda necessita de equiparação deste conteúdo que remete, uma atenção especial da história dos negros nos livros didáticos em geral. Com base nesta pesquisa, no contexto da história da Identidade dos negros houveram avanços significativos. E é por esta razão, que esta pesquisa de dissertação tem apresentado diversidade de conteúdo com imagens, por meio de divulgação deste *blog* com objetivo buscar a relação de identidade entre os negros nos livros didáticos tanto impresso como digital em especial de história do ensino médio, da Secretária de Educação do Estado do Paraná, para que este aluno ou aluna possa sentir valorizado e saber que existem pessoas de personagens negros que também fizeram e fazem História do Paraná e do Brasil.

Tendo em vista, que a Escravidão no Brasil, deixou um legado tanto negativo como positivo para a História do Brasil e consequência disso, segundo dados do IBGE, tem apresentado as desigualdades tanto racial e como social melhoraram, porém existe ainda alto índice de baixa escolaridade entre negros, negras e pardos, e consequentemente o desemprego, e na sua maioria das vezes, salários diferenciados comparado entre os mesmos. Bem como, de faxineiro, de empregada doméstica, de diarista. Conforme figura 15 Clipe – Consciência Negra – O Brasil é isso aí, trata-se a História do Brasil, por meio de música, e por representado por uma pessoa ilustre e de uma importância com grau de relevância representação para a sociedade brasileira (BLOG, 2015).

Figura 15 – Clipe – Consciência Negra – O Brasil é isso aí



Fonte: https://youtu.be/e_NYKnKMRU4

Contudo que a lei 10.639/2003 que trata sobre a história da vida dos negros e a lei 11.645/2008, remete sobre a vida indígena. Ainda precisa melhorar as políticas públicas no Brasil, por meio, de debates, palestras, discussões, parcerias com dos movimentos negros e com empresas, com ONGs, projetos de governo juntamente com a Secretaria de Educação e que possa ocorrer efetivação de políticas públicas, na busca de Direitos civis, de Cidadania, por espaços de Igualdades.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar no contexto da trajetória da pesquisadora, tanto acadêmica como profissional no magistério, foi possível perceber a importância de discutir e analisar a questão dos negros no ambiente escolar, principalmente, nos livros didáticos com acesso digital, utilizados como recursos imprescindíveis no processo de ensino aprendizagem nas escolas públicas do ensino médio, em que se tornou necessário o aprofundamento neste tema. Tendo como base de investigação: Quais as contribuições e implicações do livro didático, tanto impresso como digital, de História do Estado do Paraná, apresentando em seu conteúdo a temática da questão dos negros. A pesquisa propõe analisar em relação aos conteúdos, aos exercícios e às ilustrações, entre outros, acerca da visibilidade dos negros nos livros didáticos, por meio de blog, de políticas públicas, em busca de aceitação de livro didático, que contemple os conteúdos sobre a História e Cultura Afro-brasileira. Tendo em vista que já existe esse material disponível nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, só falta o Paraná adotar, com publicação recente de 2010.

A partir desta perspectiva, foi possível analisar os conteúdos do livro didático, tanto impresso como digital, de História, que é utilizado nas escolas públicas do Estado do Paraná, em nível de Ensino Médio, além de verificar as atribuições de uso deste material em sala de aula, no período de 2006 a 2010. Diante do contexto histórico, enfocando a temática dos negros buscou-se, por meio desta análise, responder ao problema de pesquisa, evidenciar a história do livro tradicional e didático, e qual a importância deste material para a educação segundo Gutenberg. Diante disso, também foi possível compreender, conceituar e caracterizar o livro didático, tanto impresso como acesso digital. Ainda, usando como base Gutenberg, do qual se pode compreender a concepção da aplicação de livro didático desde o ano de 1970. Diante disso, também foi possível compreender, conceituar e caracterizar o livro didático tanto impresso como de acesso digital. Além desta análise histórica, o estudo dessa dissertação, além de estruturar a pesquisa em sete capítulos, sendo o primeiro composto pela introdução, justificativa, problema de pesquisa e objetivos.

Para tanto, se faz necessário identificar as contribuições e as implicações dos conteúdos do livro didático, tanto impresso como digital de História diante da temática referente aos negros. Desta forma, surgiu a necessidade de criar um *blog*, para divulgar informações pertencentes à temática pesquisada. Durante a pesquisa, foi

possível constatar nas obras inúmeras imagens de negros, que representaram apenas a história da escravidão, com conteúdo estereotipado e fragmentado, mesmo com a implementação da Lei nº 10.639/2003, entre outros, que permite a inclusão.

Considerando a trajetória para a reeducação das relações étnico-raciais, no Brasil, torna-se imprescindível fazer insurgir das duras aflições e temores que têm sido suscitados, pois devido aos resquícios da escravidão, ainda existe discriminação racial. Entretanto, é preciso compreender que o sucesso de alguns tem o preço da marginalização, da desigualdade social e de imposição do outro.

Para que seja praticável arquitetar ou reconstruir a sociedade que se quer, não se pode esquecer o passado, referente a história e a história de vida, partindo desta premissa de discussões, bem como políticas públicas, com a participação de todas as esferas públicas e privadas. Desta forma, será possível construir um futuro com melhor avanço na sociedade brasileira. Salientando o respeito com a diversidade cultural em todas as etnias, sem distinção de cor, classe social ou religião, segundo preconiza a Constituição Federal de 1988.

Conforme apresentado no primeiro capítulo, para atingir os objetivos propostos na dissertação, optou-se por uma metodologia de abordagem qualitativa do tipo descritiva para a compreensão e a interpretação do fenômeno pesquisado. Diante desse contexto, considera-se que para ter o acesso digital demanda de conexão com a rede/web e internet, sendo que muitas escolas não dispõem desse material de acesso à internet. E, ainda, quando tem é de forma muito precária, dificultando o desenvolvimento educacional.

Por essa razão, o livro impresso, além de ser fundamental no âmbito educacional, é o material de suma importância para uso do professor em sala de aula. Também a pesquisa em discussão tem a preocupação com a invisibilidade dos negros, nos livros didáticos, tanto impressos como digitais, bem como na imprensa, nos meios de comunicações, nas instituições entre outros.

Porém, percebe-se a consistência da importância tanto do professor como da utilização do livro didático no âmbito educacional. Mesmo com acontecimentos de invisibilidade dos negros, nos livros didáticos, com imagens discriminatórias, preconceituosas, pejorativas e alguns discursos no cotidiano entre os alunos, os professores, os funcionários e os familiares de forma negativa, na maioria das vezes estes reafirmam estigmas e preconceitos, que supervalorizam o modelo ocidental de cultura em detrimento da cosmovisão de cultura africana ou indígena. Ainda assim, o

Estado do Paraná, sobretudo em Curitiba, apresenta alguns recursos mínimos de combate ao racismo, como forma de estratégias para diminuir o racismo e na tentativa de buscar um ambiente efetivo de aprendizagem e harmonioso para construção de cidadania. Uma das discussões é por meio da Equipe Multidisciplinar, promovida pela Secretária da Educação do Estado do Paraná.

E, mesmo assim, ainda existem dificuldades com relação à discriminação racial, preconceito e inúmeras vezes estas pessoas têm os direitos violados, principalmente, no que tange a educação de qualidade. E, com isso, apresentam-se outros problemas paralelos ao racismo como enfoques sociais, trazendo consequências para a economia brasileira, como a falta de oportunidades, não conseguindo bons empregos com salários de igualdade comparada com as pessoas de cor branca. O Brasil, apesar de apresentar uma diversidade cultural, assegurada pelos os princípios básicos e pela legislação brasileira, sobretudo o Estatuto da Igualdade entre todos e os Direitos Humanos. E pelo Código Penal é previsto como crime a prática de racismo, sendo este crime entendido como inafiançável e imprescritível.

Com base neste relato, a pesquisa teve início com a trajetória profissional da pesquisadora, ressaltando ainda a importância de discutir a tese dos negros no âmbito escolar, principalmente, nos livros didáticos, tanto impressos como digitais, que são utilizados como soluções no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas. A importância de evidenciar a trajetória da pesquisadora, em virtude de ter sofrido a questão de racismo nos bancos escolares, bem como no Ensino Fundamental da escola pública e no Ensino Superior de uma instituição privada, tornou-se necessária para enfatizar que a sua experiência profissional e acadêmica são exemplos de superação.

Contudo, a nação brasileira é a segunda no índice de maior população de negros no mundo, perdendo somente para a Nigéria na quantidade de afrodescendentes. Porém, o Brasil foi o último país a deixar a escravidão. Após muitas lutas, fez-se por meio da Lei Áurea, por meio do Líder do Zumbi dos Palmares e do recente Movimento Negro, pela Constituição Federal de 1988, pela implementação da Lei nº 10.638/2003 e pela Abolição da Escravidão no Brasil. Apesar de existirem todos os direitos, expressos em aparatos legislativos, ainda se registram muitas notícias de casos de escravidão, discriminação racial e preconceito no Brasil, em especial no Paraná, conforme um breve resumo demonstrado sobre o caso de racismo sofrido

pela pesquisadora na introdução dessa dissertação. E, ainda, entre os Estados do Sul, o Paraná foi o único que não aceitou adotar o material didático referente ao conteúdo de representação “A África está em Nós, História e Cultura Afro-brasileira”, livros (1-2-3-4-5). Isso demonstra falta de interesse em políticas públicas.

Porém, há pouca representatividade da história dos negros nos livros didáticos, tanto impressos como digitais. Os conteúdos de História são apresentados apenas pelo viés da escravidão, enfocando os fatos mencionados. Assim, mesmo nos livros didáticos, são encontrados conteúdos com imagens dos negros, de forma estereotipada, desprezível e negligenciada, com a desigualdade explícita.

Na maioria dos livros de História não consta os acontecimentos de forma realista e completa, para compreensão e aquisição de conhecimento dos alunos, muitas vezes, tais registros são descritos de maneira fragmentada, e relatados por um único viés.

Diante deste contexto, pode-se perceber que os conteúdos apresentados mostram a desvalorização dos negros. Desta forma, conclui-se que há outras formas de compreender e visualizar a História da escravidão no Brasil e no Mundo. O professor precisa estar munido de diversos materiais sobre os conteúdos apresentados, tais como: *blog*, pesquisa, incentivo a participar de palestras, discussões, entre outros. Por conta desta análise do denominado “Livro Didático”, apresentou-se o conceito e as características do livro didático, bem como a utilização deste no processo de escolarização e o “*Blog*”, como veículo de comunicação e de divulgação dos conteúdos dos livros didáticos, tanto impressos como digitais, de acordo com a constatação de imagens nos mesmos formatos, em resumo sobre a escravidão e de enfoque pejorativo.

De acordo com a pesquisa, tornou-se necessário além da implementação e a alimentação do *blog*, com objetivo de conscientização acerca da importância de imagem de forma positiva dos negros nos livros didáticos, tanto impressos como digitais, para a educação, para a diversidade étnico racial e cultural e, também, podendo ser por meio de palestras, que contribuam levando esse conhecimento específico para os professores e alunos da rede pública. Percebe-se, ainda, a precisão de formação continuada de professores, e mais participação de professores negros, em sala de aula, sobretudo em nível superior, como também em minicursos, palestras, entre outros.

O aprofundamento dessas questões aponta para a necessidade de se repensar

a estrutura dos livros didáticos, os currículos, os tempos e os espaços escolares, a formação de professores/as e o currículo escolar. É preciso lembrar que, apesar de aspectos culturais e uma descendência comum, o povo negro não se constitui em um bloco homogêneo. Ainda que o racismo possui interesses particulares, necessidades e desejos diferentes de acordo com a localização geográfica, o nível socioeconômico, a geração e as crenças religiosas, entre outros.

As condições dos livros didáticos e a escola, muitas vezes, desconhecem e desconsideram essa realidade. É comum o pensamento de que a luta por um ambiente educacional é suficiente para garantir a igualdade de tratamento a todas as pessoas (SANTOS, 2009).

De acordo com a realização dessa pesquisa de dissertação para evitar crenças equivocadas. Seria necessário corromper a ordem dos currículos escolares, que acredita em insistir em produção cultural eurocêntrica como único conhecimento científico do saber. O restante vem das contribuições dos diferentes grupos, que constituíram o Brasil: os brancos, os negros e os índios. Quais as vozes culturais, quais saberes e fazeres se produziram das relações entre as diferentes culturas elaboradas por indígenas, negros e brancos? Essa relação de construção da nação brasileira há a necessidade de os livros didáticos serem representados por mais vozes como do negro, do branco e do indígena, para que o futuro seja escrito por diversidades. Se faz necessário romper o silêncio a que foram relegados negros e indígenas na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem histórica positiva de si mesma.

Diante desta análise, a pesquisa realizada considerando que a discussão sobre o tema proposto, enfoca o material pedagógico frente às tecnologias e torna-se importante escrever e publicar artigos em revistas e em periódicos, bem como em procurar sempre se apresentar atualizado participando de diversos eventos como palestras, fórum, congressos nacionais e internacionais, entre outros. A importância de escrever biografia e livros referentes à história dos negros, com autoestima e valorização dos mesmos nos livros didáticos, e por meio do *blog* como produto de veículo de comunicação, podendo complementar o conteúdo do livro didático.

Desta forma, foi possível contribuir por meio de divulgação, sobretudo para aquele que se encontra na inferioridade da marginalização na sociedade democrata como o racismo, com o objetivo do desenvolvimento efetivo de políticas públicas, discussão, debate entre outros. Além disso, existe possibilidade de dar continuidade

ao aprofundamento no Doutorado em Educação com maior objetivo de trabalhar em busca da igualdade étnico racial, porque por meio da educação de qualidade para todos é que se pode alcançar os objetivos na sua magnitude.

REFERÊNCIAS

ADUAN, Wanda Engel. Educação e exclusão: o caso do Brasil. In: SIMONETTI, Cecília; BLECHER, Margaret; GARCIA MENDEZ, Emílio (Org.). SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO, 3, 1994, São Paulo. **Anais...**São Paulo: Malheiros, 1994. p. 229-233.

_____. A África, a educação brasileira e a geografia. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei número 10.639/2003**. Brasília: MEC, 2005. p. 167-184.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALLPORT, Gordon William. **Mas, afinal, o que é o preconceito**. Curitiba: [s. n.], 1954.

ALVES, Mirian. **Cadernos Negros Poesia e Contos. (Organização). Quilombhoje**. São Paulo: 27 volumes e 38, publicados de 1978 a 2003. Site: <<http://www.quilombhoje.com.br/oslivros/resenhaintro2.htm>>.

AMORA, Antônio Soares, **Minidicionário da língua portuguesa**. Ed. Saraiva, 2009.

ANJOS, Rafael Sânzio Araújo dos. A utilização dos recursos da cartografia conduzida para uma África desmistificada. **Revista Humanidades**, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, v. 6, p. 12-32, 1989.

AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 6. ed. São Paulo: Summus, 1998.

ARAÚJO, Emmanuel. **A construção do livro: princípios da técnica de editoração**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2008.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Gestão de processos comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.

BARBIER, Frédéric. **História do livro**. Tradutor: Valdir Heitor Barzotto. São Paulo: Paulistana, 2008.

BARBOSA, Rui. Obras didáticas. (Traduções). **Obras completas**. Vol. II, tomo III, manuscrito organizado para publicação (Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa).

_____. Discursos parlamentares (Câmara dos Deputados). **Obras completas**. Vol. VI e VII, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

_____. Reforma do ensino secundário e superior. **Obras completas**. Vol. IX, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942. 16.

_____. Discursos parlamentares. Centenário do Marquês de Pombal. O desenho e a arte industrial. **Obras completas**. Vol. IX, tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948.

_____. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras completas**. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

_____. Discursos parlamentares. Emancipação dos escravos. **Obras completas**. Vol. XI, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BEOZZO, José Oscar. **Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983.

BITTERNCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção repensando o ensino).

BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: UnB, 1983.

BOGDAN, Robert C; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto, 1994.

BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.

BRASIL, PNLA, **Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adulto**, 2004. Lei 10.639/2003. Parecer do CNE 03/2004 resolução 01/2004. Site: portal.mec.gov.br > Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivilconstituicao/constituicao.htm> 06>. Acesso em: 12 dez. 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/leis/9394.htm>. Acesso em: 12 dez. 2014.

BRASIL/MEC. Guia de livros didáticos: PNLD 2010 – Apresentação. Brasília, 2009, 52p. BRASIL/Ministério da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2008: Ciências Séries/anos finais do ensino fundamental. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2003. Disponível em: site www.fnede.gov.br. Acesso em: 08 a 28 jun. 2009.

BRASIL/Ministério da Educação e Cultura do Brasil. Livro didático – PNLD. MEC. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnded.htm>>, 2010.

BRASIL/Ministério da Educação e Cultura do Brasil. Resolução/CD/FNDE. Nº 003 de 21 fev. 2001. Disponível em: <<http://fnde.gov.br>>.

BRASIL/Ministério da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2011: Séries/anos finais do ensino fundamental. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2009. Disponível em: Site: www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico.

CAMARGO, Oswaldo de. **O negro escrito**: apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Assessoria de Cultura Afro-Brasileira, 1987.

CAMPOS, Arnaldo. **Breve história do livro**. Porto Alegre: Mercado aberto/Instituto estadual do livro, 1994.

CASTELLÓN, Lucía A. JARAMILLO, Oscar C. **Los desafios de la educación superior en la sociedade de la sociedade de la información**. In MELO, J. M. et al. (Orgs). Sociedade do Conhecimento: aportes latino americanos. São Bernado do Campo: Umesp, 2005.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información**: economia, ssociedad y cultura. v. 1. Madrid: Alianza, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo preconceito e discriminação racial na educação infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1998.

_____. Eliane dos Santos. **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CENSO, IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/discriminacaoracial/racismo>>. Acesso em 04/11/2012.

CHARTIER, Roger. The End. Of the Reign of the Book. Trad. Eric. D Friedman Source. **Substance**, v.26, n. 1, issue 82: Special Issue: Metamorphoses of the Book, 1997, p. 9-11.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. São Paulo, S.P: Cortez, 2008.

COUTINHO, Clara Pereira; BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista. **Comunicação educacional**: do modelo unidireccional para a comunicação unidireccional na sociedade do conhecimento. In Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) Actas do 5º Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM). Braga: Universidade do Minho, 2007.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamorette**: mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottman, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEBRET, Jean Baptiste. **A viagem pitoresca e história ao Brasil**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1989.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1999.

DEMO, Pedro. **O porvir**: desafio das linguagens do século XXI. Curitiba: IBPEX, 2007.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUTRA, Eliana de Freitas. **A nação dos livros**: a biblioteca ideal na coleção Brasileira”, In: Política e Nação.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-yves. **Políticas, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII –XX. São Paulo: Anna Blume, 2006.

EVARISTO, Conceição, Cadernos, **Cadernos Negros, Quilombhoje**, 1978. v. 36. Disponível em: Site: <<http://www.quilombhoje.com.br>> Acesso em: 23 dez. 2015.

FERNÁNDEZ, Sagredo; TEMIÑO, Maria Blanca Espinosa. Del libro, al libro electrónico. Nuevas Tecnologías y Recurso Didácticos. España, nº 167, 2000. p. 84-93. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=191565>>. Acesso em: 07 fev. 2009.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela (Org). **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

FISCHER. Steven Roger. **História da leitura**. Trad. Cláudia Freire. São Paulo: Unesp, 2006.

_____. **História da escrita**. Trad. Mirna Pinky. São Paulo: Unesp, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.

_____. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2004.

FRISON, Marli Dallagnol et al. Livro didático como instrumento de apoio para construção de propostas de ensino de ciências naturais. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de Ciência**, 7, 2008. Florianópolis, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ENPEC, 2009.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **Perspectiva** [online], São Paulo, v. 14, n. 2, p. 03-11. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200002>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Flávio dos. **História e historiografia da escravidão no Brasil: identidades, caminhos e percursos**. In: UNB. Centro de Educação à Distância. Educação Africanidades Brasil. Brasília: UnB/CEAD, 2006 a. p.109-121.

GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas, mocambos e comunidades de Senzalas – Século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. **A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil escravista, século XII a XIX**. São Paulo: Unesp, 2005.

GORENDER, Jacob. **Brasil em preto e branco**. São Paulo: Senac, 2000.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: EDUSP, 2005.

HASERBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Minas Gerais: Ed. UFMG. 2005.

História Ensino Médio. Secretaria da Educação do Estado do Paraná. CHAVES, Edilson Aparecido. CARDOSO, Fábio de Oliveira. IACHTECHEN, Fabio Luciano. SANTOS, Juraci. FRONZA, Marcelo. FRANCISCO, Marli. GUARIZA, Nádía Maria. DIAS, Sueli. CANHA, Vanderléia. Curitiba: SEED-PR, 2006.

ILLERA, J. L. R. El libro electrónico. **El Profesional de La Información**, [Espanña], v. 12, n. 6, p. 482-486, nov./dez. 2003. Disponível em: <http://www.edicionesdelsur.com/articulo_61.htm>. Acesso em: 07 fev. 2009.

_____. Lei 10639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 2003. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação, Brasília, DF, 1996. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 jun. 2011.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003a, p. 01. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 25 jun. 2011.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 931, de 21 de março de 2005. Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e sua composição. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 mar. 2005. Seção 1, p. 17.

IRELAND, Dennis Timothy; FÁVERO, Osmar (Org.). **Educação como exercício de diversidade**. Brasília, DF: [s. n.], 2007. (Coleção educação para todos)

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, [s.d.], 2014. Disponível em: Site: <<http://diversidade.mec.gov.br/>>.

LEONEL, Zélia. **Contribuição à história da escola pública. (Elementos para a crítica da teoria liberal da educação)**. Campinas, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1994. (Tese de Doutorado).

LIBÂNEO, Luís Carlos. **Democratização da Escola Pública**. A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1990.

_____; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LOPES, Ana Lúcia. **Caminhos e descaminhos da inclusão: o aluno negro no sistema educacional**. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MAGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARQUES, Gabriel. **Da senzala à unidade racial: uma nova abordagem da realidade racial no Brasil**. Brasília: Planeta Paz, 1996.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e a biblioteca**. São Paulo: Ática, 1998.

MOURA, Clóvis. **Brasil em preto e branco**. São Paulo: Global, 1983.

_____. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kebengele. Racismo esta luta é de todos. **Revista Raça Brasil**. São Paulo, n. 50, out. 2000. P. 13-15.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Nova fronteira, 2000.

NEGRÃO, Esmeralda V. Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos e infanto-juvenis. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Cortez, 1988.

NEI, Lopes, **História e Cultura Africana e Afro-Brasileira**. São Paulo: Balsa Planeta, 2008.

NETO, Luiz Caldeira Brant de Tolentino. **O Processo de Escolha do Livro Didático de Ciências por Professores de 1ª a 4ª séries**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 2003.

NOME impresso na luta contra a escravidão. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/historia/nome-impresso-na-luta-contraa-escravidao-633jw6y2rodallninjhyrqhgy>>. Acesso em: 24 maio 2017.

NOGUEIRA JUNIOR, Arnaldo. **Projeto Releituras**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.releituras.com/machadodeassis_bio.asp>. Acesso em: 07 fev. 2017.

OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. **O livro didático**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares S. A., 1968.

OLIVEIRA, João Batista Araújo et al. **A política do livro didático**. São Paulo: Unicamp, 1984.

OLIVEIRA, Julvan Moreira de. **Descendo à mansão dos mortos... o mal nas mitologias religiosas como matriz imaginária e arquetipal do preconceito, da discriminação e do racismo em relação à cor negra**. 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade e Educação do Estado de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Michele Marcos de. Proposta de Metodologia para Desenvolvimento de Proposta Inovador Livro Digital. Tese (Mestrado em Engenharia de Produção) - Departamento de Engenharia de Produção, da Universidade do Estado do Paraná. Curitiba, 2004. PIZIDORO. **Livro digital**. Disponível em: <<http://livrodigital.wetpaint.com/account/pizidoro>>. Acesso em 14. Out. 2012.

OMETTO-NASCIMENTO, Tânia Aparecida et al. A evolução do ensino de genética no nível médio e a engenharia genética. In: **Congresso Nacional de Genética**, 46. 2000, Águas de Lindóia. São Paulo: SBG, 2000. v. 23. p. 179-180.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1969). Disponível em: <<http://2.mre.gov.Br/dai/racial.htm>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

ORLANDI, PULCINELLI, Eni. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

PAIVA, Ana Paula Mathias de. **A aventura do livro experimental**. São Paulo: Edusp, 2010.

PAIXÃO, Marcelo J. Um olhar sobre as desigualdades raciais em Salvador e Região Metropolitana. **Jornal Apartheid Baiano**, [Salvador], out. 2000. p. 2.

_____. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PFROMM NETTO, Samuel. **O livro na educação**. Rio de Janeiro: Primor/INL, 1974.

PINSK, Daniel. **O uso do livro eletrônico o ensino superior sob a ótica dos professores de editorais**. 132 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Programa de pós-graduação em Administração em Universidade de São Paulo: São Paulo. 2009.

PINSK, Mirna. **Nó na garganta**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PINTO, Regina Pahim. Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, 1993, n. 86, p. 25-38. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/936/94> >. Acesso em: 12 fev. 2016.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: DUARTE, Evandro C. P.; BERTÚLIO, Dora L. L.; SILVA, Paulo V. B. (Coord.) **Cotas Raciais no Ensino Superior entre o Jurídico e o Político**, Curitiba, PR: Juruá, 2008, p. 15 e 16.

PIZIDORO, Antônio Luiz. **Livro digital**: matéria da educação básica. Disponível em: <<http://livrodigital.wetpaint.com/account/pizidoro>> Acesso em 14. Out. 2012.

PRECONCEITO. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 602-604. PROJETO Gutenberg. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

QUEIROZ, Renato da Silva (Org). **Raça e diversidade**. São Paulo: Educação São Paulo/Estação Ciência, 1996. p. 255-275.

_____. (Org.). **Nova Escola**. São Paulo: Abril, 1996, p. 45 e 56.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

_____. Quilombos e revoltas escravas no Brasil: “Nós achamos em campo a tratar da liberdade”. In: **Revista USP**, São Paulo, v. 28, dez./fev., 1995-1996. p. 14-39.

RIBEIRO, Esmeralda, **Cadernos Negros, Quilombhoje**, 1978. Disponível em: Site: <<http://www.afirma.info.br>> e <<http://www.quilombhoje.com.br/>>, volume 38, p. 179.

RIBEIRO, Gerlaine Marinotte; CHAGAS, Ricardo de Lima; PINTO, Sabrine Lino. O renascimento cultural a partir da imprensa: o livro e sua nova dimensão no contexto social do século XV. **Akrópolis**, Umuarama, PR, v. 15, n. 1 e 2, p. 29–36, 2007.

RELEITURAS. **Biografia:** Machado de Assis. Disponível em: <http://www.releituras.com/machadodeassis_bio_imp.asp>. Acesso em: 20 maio 2017.

ROJO, Roxane. Livros em sala de aula: modo de usar. In: BRASIL/MEC (Ed.). **Materiais Didáticos:** escolha e uso. Brasília: [s. n.], 2005. p. 35-43. (Boletim 14).

ROLLEMBERG, Graziella. **História:** Paraná - ensino fundamental: 4º ou 5º ano. São Paulo: Ática, 2012. (Coleção regionais).

RONCARI, Luiz. **Literatura brasileira.** São Paulo: Edusp, 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Literatura e ideologia.** São Paulo. Globa, 1985.

SABINO, Fernando. **A Companheira de Viagem.** Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1965.

SÁEZ, Carlos. El libro electrónico. **Scrineum**, [S. l.], n. 2, 2000, sem páginas. Disponível em: <<http://scrineum.unipv.it/saez.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

SANTOS, Luislinda Dias de Valois. **O negro no século XXI.** Curitiba: Juruá, 2009.

SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima dos (Org.). **Ações Afirmativas:** políticas públicas contra desigualdades. São Paulo: DP&A, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos na perspectiva constitucional. 11. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SILVA, Amaury; SILVA, Artur Carlos. **Crimes de Racismo.** Leme: J. H. Mizuno, 2012.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático.** Salvador: CED/CEAO, 1995.

_____. **A representação social do negro no livro didático:** o que mudou? Por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8688/1/Ana%20Ceia%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

SILVA, Hayana Crislayne Benevides da; TEODÓSIO, Mônica Silva da. **A imagem do povo negro no livro didático do primeiro ciclo inicial do ensino fundamental.** In: Fórum Internacional de Pedagogia, 4., 2012. **Forum...** Parnaíba: Realiza, 2012. p. 1-13. Disponível em: <http://fe99ab94c9aad28b84538cc3756afc65_1084>. Acesso em: 20 out. 2015.

SILVA, Marcos Rodrigues da. **O negro no Brasil e histórias e desafios**. São Paulo: FTD, 1987.

SOUZA, Marcilene Garcia de. **O Papel das lições curitibana na produção da invisibilidade do negro em Curitiba**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Setor de Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

TARDELLI, Marlete Carboni. **O ensino de língua materna**: interações em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2002.

TAYLOR, Charles. The politics of recognition. In: _____ et al. (Orgs.) **Multiculturalism: examining the politics of recognition**. Princeton: Princeton University, 1994. p. 25-73.

TEIXEIRA, Rozana. A representação social do negro no livro didático de história e língua portuguesa. In: Congresso Nacional de Educação, 3, 2009. **Anais...** Curitiba, PR: PUCPR, 2009. Disponível em: <<http://2079.1091.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2015. p. 392-402.

TRIVELATO, Silvia Luzia Frateschi. **Ensino de genética**: um novo ponto de vista. São Paulo: Faculdade de Educação, 1988.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASSILION, Magda; ROWLEY, Jennifer. Progressing the definition of e-book. **Library Hitech**, [S. l.], v. 26, n. 3, p.355-368, 2008.

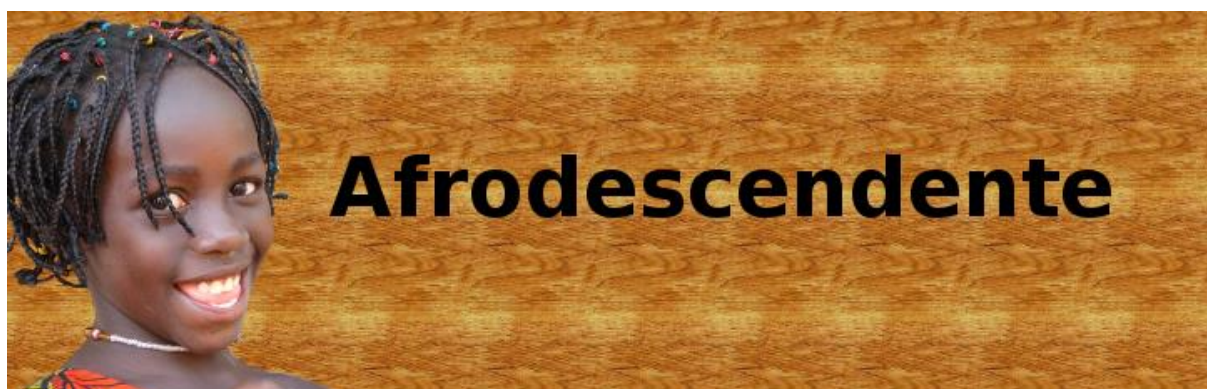
VERCENE, Rosa Maria Aparecida Nechi; SILVINO, Eliziane França Moreira. O Livro Didático e suas implicações na prática do Professor nas escolas Públicas de Guajará-Mirim. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, v.4, n.4, p. 83-102, jan./jun. 2008.

VERGARA, Sylvia. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VIEIRA, Antônio. **Sermões e carta. Antologia**. Rio de Janeiro: Agir, 1633.

VIEIRA, Sofia Lerche. Escola: função social, gestão e política educacional. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela (Org.). **Escola**: função social, gestão e política educacional. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012, v. 1, p. 129-145.

ANEXOS



Fonte: <https://afrodescendente.files.wordpress.com/2016/04/bannerafro937x2321.png>

FILME: MÃOS TALENTOSAS

24 DE JUNHO DE 2016 ~ ROSELADAO ~ EDITAR



Fonte: https://youtu.be/XQ_srzs-Ebg



Fonte: <https://youtu.be/t1YFcIDIMzE> Fonte: <https://youtu.be/Ee0cZRZ4G4Y>

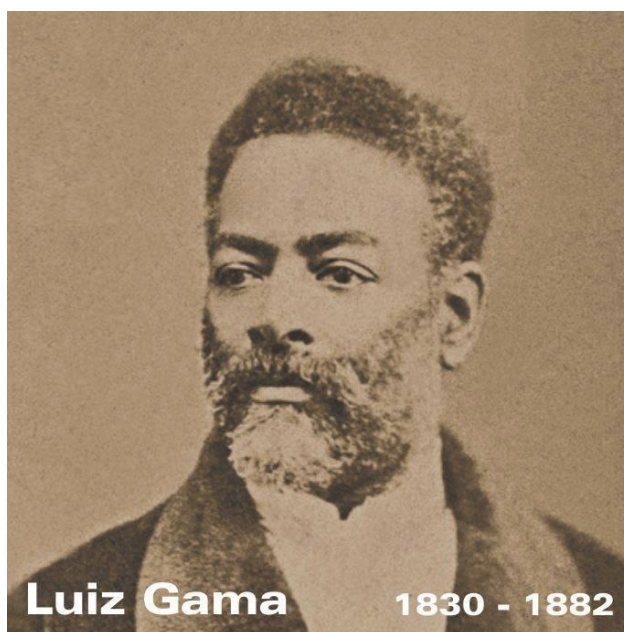
Esse filme, além de ser motivacional, ele apresenta condições de autoestima para os estudantes. Será um excelente filme com qualidade, preciosidade e assim traz um incentivo de crescimento sobretudo na educação, vale a pena ser apreciado.

ABOLICIONISTA QUE LIBERTOU MAIS DE 500 ESCRAVOS SERÁ RECONHECIDO PELA OAB

27 DE MAIO DE 2016 ~ ROSELADAO ~ EDITAR

Biografia de Luiz Gama

Quem foi Luiz Gama? O que ele representou para a sociedade brasileira? Porque não consta nos livros didáticos como aquisição de conhecimento para os estudantes sobretudo de escolas públicas? O justificaria esses personagens negros fora dos livros didáticos?



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/63/Luiz_Gama.jpg/240px-Luiz_Gama.jpg e <https://i2.wp.com/www.museuafrobrasil.org.br/images/default-source/noticias/luiz-gama.jpg>

Luiz Gama, obteve contribuições importantes para a nação brasileira, desta forma apresentou-se uma carreira brilhante na academia de letras, poeta, advocacia e como jornalista foi um dos mais defensores dos abolicionistas.

FILME: QUASE DEUSES

30 DE JUNHO DE 2016 ~ ROSELADAO ~ EDITAR

Este filme traz um legado de conhecimento, de aprimoramento, de lição de vida, é fantástico, sensacional, sem palavras para expressá-lo.



Fonte: <https://youtu.be/Qx0Ohh1FfEU>

Um filme emocionante, demonstra parceria na vida das pessoas, tolerância, mas sobretudo, quebra de paradigmas, preconceito, discriminação racial. De acordo com apresentação demonstrado neste filme, evidência a necessidade de buscar conhecimento com determinação e perseverança. Mas acima de tudo valorizar a história de pertencimento, resgate de identidade. Para então, alcançar conquista de sucesso tanto na vida pessoal como profissional, sem distinção de cor, etnia, religião ou crença.

Também será recomendado para todos os tipos de públicos, em especial interessado na área da educação, diversas da saúde, médico e cientista, entre outros.



Fonte: <https://youtu.be/Qx0Ohh1FfE>

FILME: QUANTO VALE OU É POR QUILO?

29 DE MARÇO DE 2017 ~ ROSELADAO ~ DEIXE UM COMENTÁRIO

~ EDITAR



Fonte: <https://youtu.be/pRjhvfQtGig>

A apresentação deste filme, sendo apenas um trailer com participação de autores brasileiros. Se encontra disponível no “youtube”, trazendo uma grande reflexão sobre os direitos sociais. Porém traz um panorama de pobreza, de miséria, de desigualdade social, “tão difícil o quanto é sobreviver em sociedade, para suportar a dor do próprio sofrimento humano”. “Ainda que acredita-se no ser humano, mas por vezes, o maior problema da humanidade é não conseguir enxergar outro, por meio de sua semelhança, é pensar que outro, não tem valor, não tem sentimentos, não tem amor próprio, não tem identidade”. É pensar que domínio sobre outro, faça com que a pessoa, não seja representada como ser humano, ou seja, um ser insignificante. E desta forma, devasta a natureza humana, por meio de humilhação, discriminação racial, preconceito, injúria racial e corrupção, entre outros. Trazendo conceito de diversas dificuldades.

A apresentação deste *blog* busca ir além do muro das escolas, por meio do empoderamento, da diversidade, da conquista de espaço, de oportunidade, da alteridade, da autoestima, do pertencimento, mas o principal objetivo é o respeito pelo ser humano...

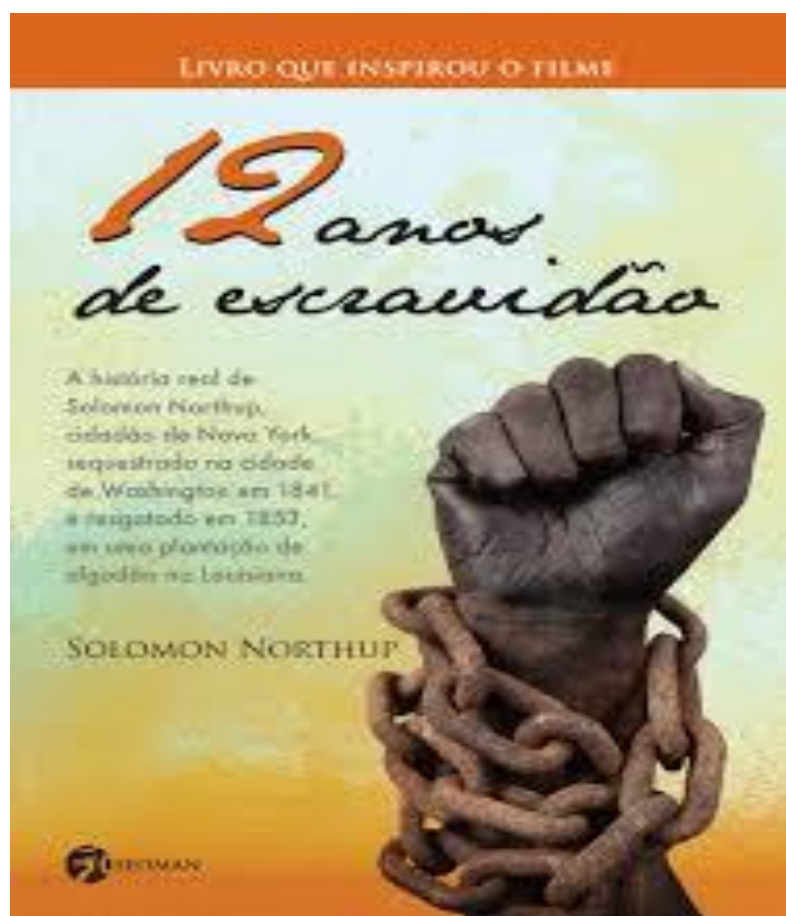
FILME: 12 ANOS DE ESCRAVIDÃO. BASEADO EM FATOS REAIS.



Fonte:<https://i.ytimg.com/vi/vhdliSEJoG4/hqdefault.jpg?custom=true&w=246&h=138&stc=true&jpg444=true&jpgq=90&sp=67&sig=hDId0Fned5juPvqIU2R-i8w4oNc>



Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/hCrcjnKWWBE/hqdefault.jpg?custom=true&w=246&h=138&stc=true&jpg444=true&jpgq=90&sp=67&sig=ccpNvUc-1Qwh22tA7RKPwgV8F6w>



Fonte: https://encrypted-tbn1.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcR_2jV-31gxYyhaKLJyGyWd4bivSDObfeK6olt3TzHJGmF5QzIYjg

IN MEMORIAN – NEGROS QUE FIZERAM A HISTÓRIA DO BRASIL

7 DE NOVEMBRO DE 2016 ~ ROSELADAO ~ EDITAR

Este conteúdo fez parte da história do Brasil e que deveriam contar nos livros didáticos, para conhecimento tanto dos alunos como dos professores da escola pública. Mesmo com existência de nome de rua e bairro na cidade de Curitiba/Paraná. Porém oculto.



Fonte: <https://youtu.be/LvZBCs7vcBI>

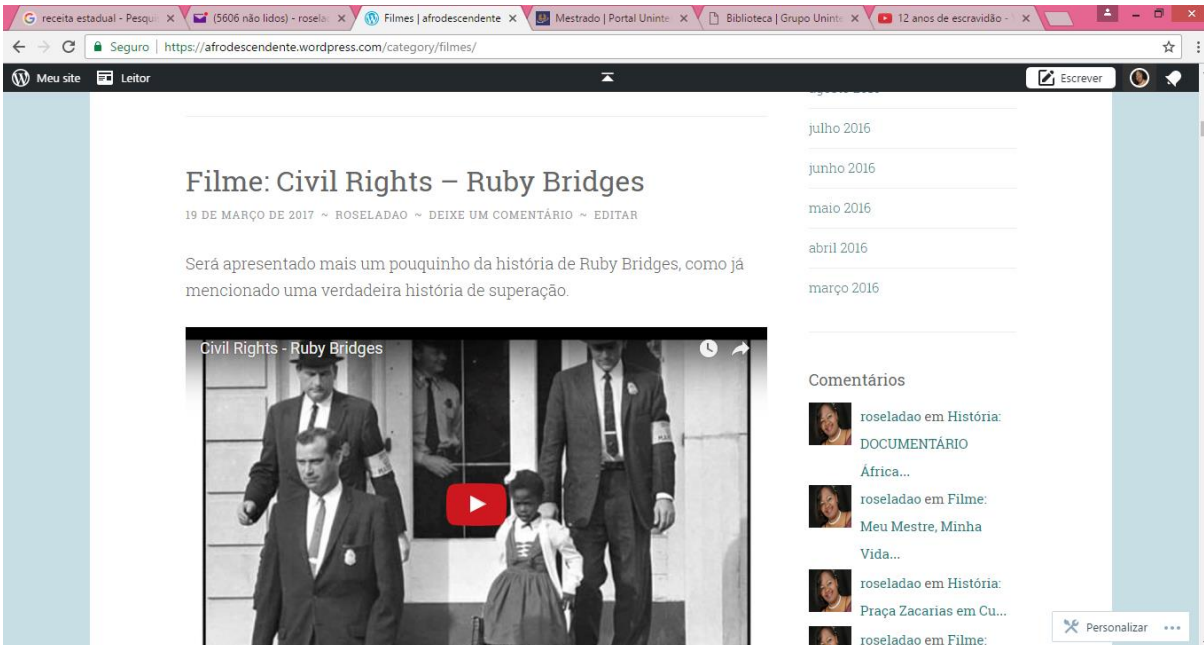
In Memoriam – Homenagem aos negros que fizeram a história do Brasil. Música “Sentinela” de Milton Nascimento, cantada por ele e Nana Caymmi.

A importância de se incluir esses personagens negro e afrodescendente no currículo escolar tornando necessário o cumprimento dos seus direitos e deveres de cidadania, por meio de pesquisas, de estudos. Além disso, percebe-se, que esse é notório a invisibilidade de personagens “negros” de conhecimento e reconhecimento com base na História do Brasil e da Cultura da África nos livros didáticos.

FILME: CIVIL RIGHTS – RUBY BRIDGES

19 DE MARÇO DE 2017 ~ ROSELADAO ~ EDITAR

Será apresentado mais um pouquinho da história de Ruby Bridges, como já mencionado uma verdadeira história de superação.



The screenshot shows a web browser window displaying a WordPress blog post. The browser's address bar shows the URL <https://afrodescendente.wordpress.com/category/filmes/>. The page title is "Filme: Civil Rights – Ruby Bridges" and the author is "ROSELADAO". The post content includes the text: "Será apresentado mais um pouquinho da história de Ruby Bridges, como já mencionado uma verdadeira história de superação." Below the text is a video player with a red play button and the title "Civil Rights - Ruby Bridges". To the right of the main content, there is a sidebar with a monthly archive (July 2016, June 2016, May 2016, April 2016, March 2016) and a "Comentários" (Comments) section. The comments section shows several entries from the user "roseladao em História:" and "roseladao em Filme:". A "Personalizar" button is visible at the bottom right of the sidebar.

Fonte: <https://youtu.be/ecBORXfap9A>

Uma história real de uma criança negra ocorrida na América, em 14 de novembro de 1960.

MÚSICA: WHITNEY HOUSTON – GREATEST LOVE OF ALL

2 DE ABRIL DE 2017 ~ ROSELADAO ~ EDITAR

Hoje será compartilhado a apresentação da música da cantora Whitney Houston, por meio deste blog com uma voz invejável e lindíssima.

The screenshot shows a web browser window displaying a WordPress blog post. The address bar shows the URL: <https://afrodescendente.wordpress.com/2017/04/02/musica-whitney-houston-greatest-love-of-all/>. The page content includes the text: "Hoje compartilho a apresentação da música da cantora Whitney Houston, por meio deste *blog* com uma voz invejável, lindíssima...". Below the text is a video player for Whitney Houston's "Greatest Love Of All" on Vevo. The video player has a play button and a "Compartilhar" (Share) button. Below the video, the source is listed as: "Fonte: <https://youtu.be/IYzIVDIE72w>". To the right of the main content, there is a sidebar with sections: "Novidades" (News) listing "Diversidade: Pé de Amor, Conheça a história de fé da Maria Lata D'água - 13 de Outubro de 2016", "Cultura: CULTNE - Mulher Negra Brasileira - Olivia Santana - Mini Doc", and "Música: Whitney Houston - Greatest Love Of All". Below this is a "Categorias" (Categories) section with "Cultura", "Curiosidade", and "Diversidade".

Fonte: <https://youtu.be/IYzIVDIE72w>

Uma mulher que traz uma representatividade no meio artístico internacional e também como uma mulher negra de sucesso, em ascensão social mesmo com adversidade do século XXI, buscando assim interação da diversidade e alteridade, entre outros.

MÚSICA: ESMERALDA ORTIZ – GUERREIRA – CD COMPLETO

26 DE MARÇO DE 2017 ~ ROSELADAO ~ EDITAR

Este CD gravado recentemente no ano de 2016, por é de uma grande GUERREIRA, uma história de vida muito sofrida na infância e na adolescência e de muita coragem ao mesmo, sobretudo o livro ESMERALDA, com o título, Por que não dancei, apresentado neste blog. Como canal de apoio de comunicação e divulgação destes trabalhos apresentados por diversos autores, atores, atrizes, cantores, entre outros, que corroboram representando a diversidade cultural, a história do Brasil e do Mundo. Diante disso, os sinceros agradecimentos à todos que participam, fazendo a diferença, ao demonstrar que é possível, estar inserido em qualquer ambiente. Então desistir de sonhos almeçados e o mais importante é acreditar na sua vida, para que

um dia possa ser mudado. Assim como assim como da personagem Esmeralda que conquistou o seu espaço.

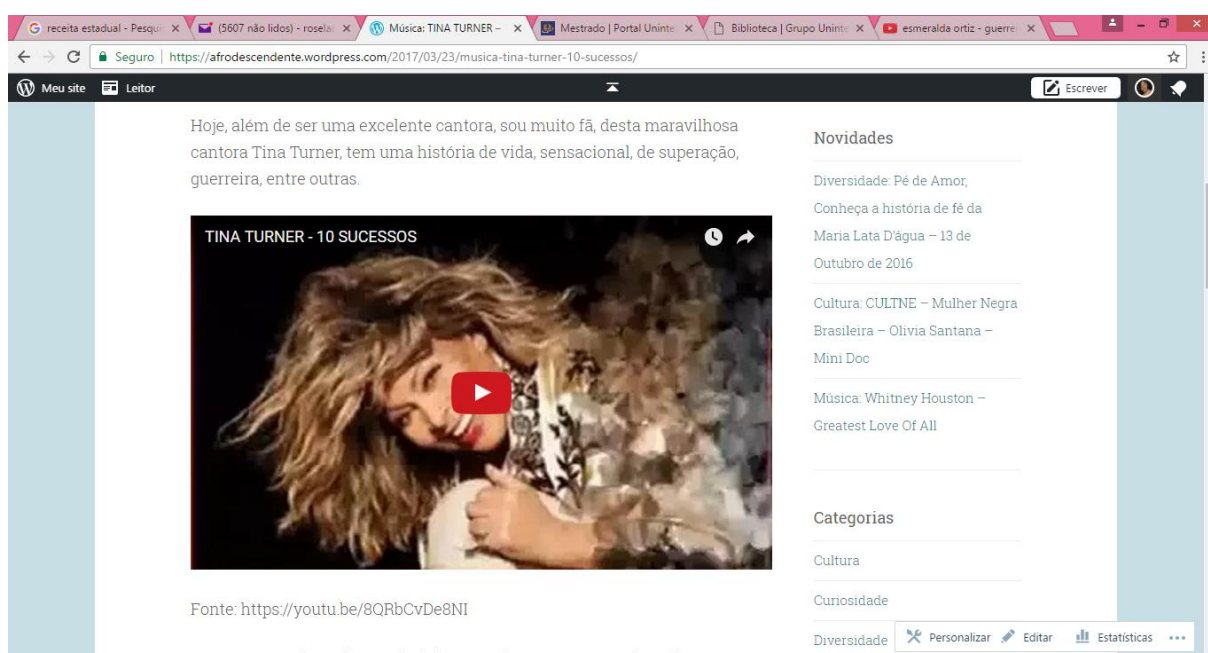


Fonte: <https://youtu.be/iY78fpZ1yWo>

MÚSICA: TINA TURNER – 10 SUCESSOS

23 DE MARÇO DE 2017 ~ ROSELADAO ~ EDITAR

Hoje será apresentada músicas, de uma excelente cantora, com uma história de vida de superação e de admiração pela vida artística da cantora, entre outras.



Fonte: <https://youtu.be/8QRbCvDe8NI>

Fonte: <https://youtu.be/8QRbCvDe8NI>

Apresentação de estilo musical dos 10 melhores sucessos, além de ser considerada a “Rainha do Rock”, também já participou de alguns filmes nos anos de 1980.

LIVRO: INDICAÇÕES DE LEITURAS DIVERSAS

20 DE FEVEREIRO DE 2017 ~ ROSELADAO ~ EDITAR

Indicações de algumas leituras relacionado ao assunto que busca trazer representatividade sobre o tema A presença/ausência dos negros e negras, como resgate histórico, cidadania e identidade, etc.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.) Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

MUNANGA, Kebengele. (Org.) Estratégias e políticas de combate e discriminação racial. São Paulo: Universidade de São Paulo-EDUSP, 1996.

OLIVEIRA, Eduardo. Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente. Fortaleza, 2003.

Estes livros indicados para a leitura, são excelentes e acessível de compreensão, é recomendável tanto para professores como para alunos, e também para qualquer outro público que interessa pelo assunto.

2º – Martin Luther King Jr.

MAIOR FEITO: “Foi o maior defensor dos direitos dos negros dos EUA e um dos maiores do mundo”.



Fonte: https://dandoumaideia.files.wordpress.com/2012/11/luther_king_mlk-792204_130201125_std.jpg?w=600&h=741

Martin Luther King, Jr. natural da cidade de Atlanta, nascido em 15 de janeiro de 1929, foi um pastor protestante e ativista político estadunidense. Tornou-se um dos mais importantes líderes do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, e no Mundo, com uma campanha de não violência e de amor ao próximo. Foi ministro Batista, King tornou-se um ativista dos direitos civis no início de sua carreira. Liderando várias marchas e manifestações que culminaram em seu famoso discurso em Washington: “I Have a Dream”. Em 14 de outubro de 1964 King recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo o combate à desigualdade racial através da não violência. Nos próximos anos que antecederam a sua morte, ele expandiu seu foco para incluir a pobreza e a Guerra do Vietnã, alienando muitos de seus aliados liberais com um discurso de 1967 intitulado “Além do Vietnã”. King foi assassinado em 4 de

abril de 1968, em Memphis, Tennessee. Ele recebeu postumamente a Medalha Presidencial da Liberdade em 1977 e a Medalha de Ouro do Congresso em 2004; Dia de Martin Luther King, Jr. foi estabelecido como um feriado federal dos Estados Unidos em 1986. Centenas de ruas nos EUA também foram renomeadas em sua homenagem.

Num contexto histórico Martin Luther e Nelson Mandela, representaram e representam um marco zero, para conquistar Direitos Civis, Deveres e de Cidadania, em busca de igualdade. Além das conquistas internacionais, trouxe forte influência de paz mundial para todos os países em especial para o Brasil. A partir deste momento, ocorrem diversos movimentos; “negros” e sindicais em prol de exercícios de Direitos de Igualdade e de Cidadania para a população “negra” e pobre. Diante disso, tem sido observado uma representatividade e ainda sendo considerado uma das pessoas mais importante no contexto histórico, sobre a questão de discriminação racial e social, trazendo uma responsabilidade e credibilidade, por vezes, fora do comum. Porém, pouco referenciado no livro didático. Precisa ser discutido e representado de forma efetiva os personagens “negros” no ambiente educacional.